



# ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA POLÍTICA EM SERGIPE:

contexto político, engajamento individual e atuação profissional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Angelo Roberto Antonioli

VICE-REITOR

André Maurício Conceição de Souza

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADORA DO PROGRAMA EDITORIAL

Messiluce da Rocha Hansen

COORDENADORA GRÁFICO DA EDITORA UFS

Renata Voss Chagas

O CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UFS

Adriana Andrade Carvalho  
Albérico Nogueira de Queiroz  
Ariovaldo Antônio Tadeu Lucas  
Dilton Cândido Santos Maynard  
Eduardo Oliveira Freire  
José Raimundo Galvão

Lêda Pires Corrêa  
Maria Batista Lima  
Maria da Conceição V. Gonçalves  
Maria José Nascimento Soares  
Péricles Moraes de Andrade Júnior  
Vera Lúcia Correia Feitosa

CAPA

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**PDDESIGN**  
GRUPO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE DESIGN DA UFS  
[Jeane de Santana]

[Ilustração da capa de Jean Carlo da Silva]



Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"  
CEP 49.100-000 – São Cristóvão - SE.  
Telefone: 2105 - 6922/6923. e-mail: editora@ufs.br  
[www.ufs.br/editora](http://www.ufs.br/editora) [editoraufs.wordpress.com](http://editoraufs.wordpress.com)

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Editora.



Wilson José Ferreira de Oliveira (Org.)

**ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA POLÍTICA EM SERGIPE:**  
contexto político, engajamento individual e atuação profissional



**Editora UFS**

**SÃO CRISTÓVÃO -SE**  
**2014**



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Engajamento e militância política em Sergipe : contexto político, engajamento individual e atuação profissional / Wilson José Ferreira de Oliveira (Org.). – São Cristóvão : Editora UFS, 2014.

204 p.

E57e

ISBN: 978-85-7822-451-6

Grupos sociais – Aspectos políticos – Sergipe. 2. Redes de relações sociais. 3. Assistência social. I. Oliveira, Wilson José Ferreira de.

CDU 316.35(813.7)



*“An ethnography study – all else being equal – is likely to grant descriptive and/or explanatory priority to the ways in which ‘insiders’ on the whole understand their existence”.*

Edward Schatz, *Political Ethnography*, 2009.





# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	9
Wilson José Ferreira de Oliveira	9
Referências	23
<hr/>	
<b>Capítulo I – Gênese e Diferenciação do Ambientalismo</b>	27
<b>Wilson José Ferreira de Oliveira</b>	27
1.1. Emergência, expansão e diferenciação organizacional	31
1.2. Poluição, ativismo e construção de causas ambientais	40
Considerações finais	55
Referências	59
<hr/>	
<b>Capítulo II - Redes Sociais, Trajetórias e Oportunidades Político-Culturais na Mobilização “Homossexual” em Aracaju (1981-1985)</b>	65
<b>Marcos Ribeiro de Melo</b>	65
2.1. Sobre as categorias analíticas: trajetórias, redes sociais e oportunidades político-culturais	67
2.2. Modos de ação coletiva “homossexual” em Aracaju e a trajetória de lideranças (1970-1985): religião, filantropia, arte e “desmunhecação”	74
Considerações finais	83
Referências	85
<hr/>	
<b>Capítulo III- Espaços de Politização e Processos de Engajamento</b>	89
<b>Ernesto Seidl</b>	89
3.1. Espaços múltiplos de inserção	90
3.2. Processos de engajamento	95
3.3. Espaço escolar e ativismo político	98
Considerações finais	109
Referências	113



<b>Capítulo IV - Altruísmo e Engajamento Político: as lógicas sociais de inserção no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil</b>	119
<b>Raquel Santos Sousa</b>	119
4.1. Contextos de socialização e formação de disposições	121
4.2. Socialização religiosa e a questão altruísta	131
4.3. Socialização católica-espírita e conduta humanitária	134
4.4. Redes sociais e engajamento individual	142
Considerações finais	148
Referências	153
<hr/>	
<b>Capítulo V - Investimento Profissional e Engajamento na Construção de Causas: os advogados na defesa dos direitos humanos</b>	155
<b>Fernanda Rios Petrarca</b>	155
5.1. Contestação política e violação dos direitos humanos	157
5.2. Condições de investimento profissional e de engajamento na defesa dos direitos humanos	162
5.2.1. Origens sociais	165
5.2.2. Formação profissional e entrada no mercado de trabalho	168
5.2.3. Engajamento, vínculos políticos e redes de relações	171
Considerações finais	177
Referências	179
<hr/>	
<b>Capítulo VI – Configurações Políticas no Serviço Social: militância, contestação e engajamento dos assistentes sociais</b>	183
<b>Cândida Margarida Oliveira Matos</b>	183
6.1. Origem social dos assistentes sociais e disposições para a prática política	187
6.2. Militância, contestação e engajamento dos assistentes sociais	193
Referências	202



# Introdução

Wilson José Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>

---

Nos últimos anos, a produção acadêmica sobre engajamento e militância política consolidou-se no âmbito das ciências sociais como um domínio de investigação que desfruta de grande prestígio, como demonstram o aumento expressivo da produção acadêmica e a grande renovação conceitual e metodológica em torno da temática dos movimentos sociais, ocorridos nos últimos anos (FILLIEUELE; AGRIKOLIANSKY; SOMMIER, 2010). Sem dúvida, as sucessivas rupturas em relação a problemas de pesquisa, modelos de análise, teorias, conceitos e procedimentos metodológicos, consagrados social e cientificamente como legítimos, constituíram uma das condições de possibilidade dessa acentuada renovação e diversificação conceitual e metodológica (OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, observa-se que as manifestações e protestos ocorridos durante o “Maio de 68” nos EUA e na Europa constituíram um dos ingredientes importantes das rupturas em relação às abordagens então dominantes e da renovação e diversificação teórica e conceitual em relação à temática da ação coletiva e dos movimentos

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Ciências Sociais (DCS), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Antropologia (PPGA). É pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (<http://leppufs.blogspot.com.br/p/coordenacao.html>) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Pesquisador do CNPq. Email para contato: [etnografia.politica@gmail.com](mailto:etnografia.politica@gmail.com) e [wjfoliveira@msn.com](mailto:wjfoliveira@msn.com)

sociais. Isso porque o aparecimento de mobilizações diferentes das operárias e sindicais, que tinham se fixado nas ciências sociais como uma espécie de “protótipo” para a maioria dos estudos, influenciou a emergência, ainda nos anos de 1970, das principais críticas e reformulações relacionadas a tais abordagens. Em consonância com a emergência de tais mobilizações e de suas influências sobre a reformulação da literatura acadêmica da ação coletiva e dos movimentos sociais, no início da década de 1970 surgiram novas abordagens no âmbito das ciências sociais.

Desse modo, a literatura internacional, a partir de finais dos anos de 1960, passou por significativos avanços quanto ao desafio de elaborar novas perspectivas teórico-conceituais sobre a relação entre estruturas, processos e interações no estudo dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2010; ALONSO, 2009). Neste contexto, as abordagens norte-americanas passaram a enfatizar as inovações culturais e as mudanças fomentadas pelas mobilizações coletivas em lugar da preocupação anterior com a “adaptação dos indivíduos às estruturas sociais”, que resultava na definição de tais mobilizações dentro da problemática da “ordem” e da “anomia social”: nessas novas vertentes, as mobilizações coletivas estavam respaldadas em uma série de fatores estruturais cujas influências deveriam ser previamente examinadas para a apreensão da emergência e do desenvolvimento dos movimentos sociais. Assim, nos EUA a ênfase estava na compreensão do próprio processo de mobilização, enfatizando, num primeiro momento, a investigação dos recursos materiais, humanos e organizacionais que tornam possíveis o surgimento e a permanência dos movimentos sociais. E, num segundo momento, as estruturas formais e informais e os processos propriamente políticos que possibilitam a emergência de novos canais e formas de expressão política para os grupos sociais. Posteriormente, algumas vertentes começaram a se deter na investigação do conjunto de concepções, crenças e valores, bem como dos laços interpessoais e das redes formais e informais vinculadas ao surgimento, à longevidade e às transformações dos movimentos sociais no decorrer do tempo (OLIVEIRA, 2010; ALONSO, 2009; TONI, 2001).



Na Europa, esse contexto será o marco do surgimento de abordagens que vão desvincular a noção de movimento social das mobilizações operárias, na medida em que estas passam a ser consideradas como “um” tipo histórico de mobilização coletiva e não mais como “o” movimento social (SPANOU, 1991): criticam-se, por um lado, as definições do operariado como categoria exclusivamente econômica e, por outro, a negligência quanto às mobilizações coletivas de outros atores sociais em função da excessiva preocupação com as lutas operárias e sindicais. As novas abordagens se centram na produção de uma “interpretação efetivamente cultural” para as novas mobilizações que emergiram no “Maio de 68”, colocando em jogo a relação entre posição de classe, formulações identitárias e mudanças macro-históricas na compreensão do “novo sujeito revolucionário” (ALONSO, 2009, p. 59). Aos poucos, essa preocupação com a condição de classe e a emergência de um “novo sujeito revolucionário” desloca-se para a apreensão das desigualdades de condições e dos respectivos capitais e recursos em relação às trajetórias sociais dos militantes e para a investigação dos processos de engajamento individual (OLIVEIRA, 2010; FILLIEULE, 2001).

Nos últimos anos, têm se observado um diálogo e esforço crescentes no sentido de evidenciar as vinculações entre as abordagens que focalizam as relações entre as estruturas sociais, políticas e culturais, os processos e dinâmicas organizacionais e as que se centram na constituição e posição social dos militantes, nas dinâmicas interacionais e nas lógicas processuais do engajamento individual (FILLIEULE; AGRIKOLIANSKY; SOMMIER, 2010). Sem descartar a pertinência da estrutura e dos recursos organizacionais que possibilitam o surgimento dos movimentos sociais, e em contraponto às abordagens centradas no “pertencimento de classe” dos militantes, um contingente significativo de trabalhos tem salientado a importância dos “laços interpessoais” e das “redes preexistentes” para a adesão e a continuidade do engajamento em movimentos sociais (GOHN, 1997). Conforme tais abordagens, a vinculação anterior ou simultânea a redes sociais constitui um espaço prévio de socialização, de formação das identidades e de aproximação das principais lideranças, organizações e

princípios ideológicos que elas defendem (DIANI; McADAM, 2003). Por isso, as “disposições psicológicas”, os recursos organizacionais e institucionais, bem como as características de classe, somente funcionam como condições efetivas de engajamento quando aparecem associadas à existência de laços interpessoais e de vínculos anteriores com participantes dos movimentos. Dessa forma, um dos principais problemas destacados por tal literatura refere-se à relação entre a inscrição dos atores numa multiplicidade de mundos sociais e as dinâmicas de engajamento individual (FILLIEULE, 2001).

Diferentemente dessas situações, a produção brasileira e latino-americana tem sido caracterizada por posturas teóricas e metodológicas “híbridas”: baseadas em uma grande quantidade de estudos empíricos e descritivos que foram incorporados a orientações teóricas e metodológicas importadas da Europa, fundamentalmente o paradigma dos NMS; utilizando-se de forma não crítica certas “categorias que se opõem no debate teórico” e que estão à margem do debate dos europeus com o paradigma norte-americano ocorrido nos anos de 1980 (GOHN, 1997, p. 13-14; ALONSO, 2009; OLIVEIRA, 2008). Em consonância com isso, as apropriações da literatura internacional e, mais especificamente, das teorias dos “Novos Movimentos Sociais” foram orientadas pela preocupação teórico-normativa de defender a novidade, autonomia e resistência dos movimentos populares na “luta contra o Estado” (SADER; PAOLI, 1986; CARDOSO, 1987).

Ao lado dessa reflexão sobre os limites da mudança política insuflada por esses movimentos, a pesquisa sobre os movimentos sociais organizou-se na América Latina em torno da questão da autonomia em relação às estruturas sociais e políticas do autoritarismo. E também foi com base nessa questão que ela buscou avaliar sua capacidade de mudar os sistemas políticos e as sociedades, e de construir espaços públicos democráticos (GOIRAND, 2009, p. 337).

Orientada, inicialmente, pela busca de uma “via alternativa entre autoritarismo, populismo e revolução”, em continuidade com as próprias lutas e demandas dos movimentos sociais, grande parte das pesquisas e estudos realizados foram direcionados para a questão da “autonomia”

dos movimentos sociais e para o tratamento das mobilizações coletivas como uma “fonte possível de inovação social” (id., 2010, p. 455). A predominância e persistência de uma abordagem em termos de “autonomia, de transformação e de afirmação identitária” constituem, ainda hoje, um dos principais obstáculos que contribui para que os esforços de teorização sejam parciais e limitados (ibid., p. 460).

No âmbito dos estudos sobre “participação”, as dificuldades não são muito diferentes, na medida em que partem de um conjunto de valores e de categorias políticas e sociais vinculadas à imposição do ideal de “democracia” como um valor universal para as sociedades atuais. Como se sabe, a noção de “participação” está cultural e historicamente ligada à ideologia fundadora dos regimes ocidentais. E como herdeira da “aspiração burguesa, no século XVIII, de controlar a gestão do Estado”, o soberano, ela constitui uma das categorias que estão na base da atribuição de uma “competência política” ao indivíduo (MEMMI, 1985, p. 315).

A participação é então uma produção cultural historicamente dada, geográfica e politicamente situada, o que não é sem efeito para a compreensão dos comportamentos e da produção politológica. Além do mais, a participação não é uma representação neutra: é uma norma. [...] Fundamento teórico da democracia, a participação é não somente legítima: ela é desejável (MEMMI, 1985, p. 316; 325).

Aceitando como “clara e evidente” tal representação da democracia e dirigindo o olhar para o engajamento político com base em tais fundamentos históricos e culturais, a grande maioria dos trabalhos produzidos pelas ciências sociais tende a associar as condições e as dinâmicas da participação à existência e ao funcionamento da democracia (ibid., p. 318). Disso resulta certa inclinação dos trabalhos de se colocarem, de uma maneira ou de outra, numa perspectiva “legalista” e “normativa” de “sustentação do ideal democrático” (ibid., p. 320). No caso brasileiro, isso se manifesta através da utilização de conceitos e perspectivas voltadas para a avaliação de “instituições participativas” (como orçamento participativo [OP], conselhos gestores de políticas públicas, etc.): de seu grau de institucionalidade,

de seu impacto sobre as políticas públicas e de suas contribuições efetivas para o desenvolvimento do “potencial deliberativo” e para o “aprofundamento da democracia” no Brasil (AVRITZER, 2004, 2007).

Como consequência disso, um conjunto de processos que têm caracterizado os movimentos sociais contemporâneos, em diferentes países e lugares, tem sido mal interpretado e pouco explorado pela literatura brasileira, na medida em que são vistos como sinal de “refluxo” e de “perda de autonomia” dos movimentos sociais: a diminuição da intensidade das mobilizações de rua em certos períodos, a profissionalização política dos militantes, a ruptura entre dirigentes e simples aderentes, as trajetórias de ascensão social dos ativistas, os itinerários de desengajamento, as interações entre esfera institucional e não institucional, a intensa circulação dos militantes entre movimentos sociais, partidos políticos e administrações públicas, a institucionalização de novos canais de mediação das demandas sociais, etc. (ibid., p. 460-464).

Para observar essas mobilizações, parece indispensável não mais se limitar à avaliação do impacto, da contribuição ou do sentido da contestação, recorrendo a outros instrumentos conceituais e metodológicos da sociologia da ação coletiva: não só a identificação dos recursos e estratégias mobilizadas pelos atores, a observação das práticas da contestação, a análise das lógicas das organizações, como também um olhar na direção das trajetórias militantes, da reconstituição do espaço social e político ocupado pelos movimentos – perspectivas necessárias para renovar nossa abordagem dos movimentos sociais da América Latina (GOIRAND, 2009, p. 345).

Nos últimos anos, é notável a produção de trabalhos que sinalizam tanto para uma “retomada e revalorização” quanto para uma renovação desta área de investigação no Brasil (SILVA, 2010). De um lado, o diálogo com vertentes norte-americanas com base na utilização do modelo da *contentious politics* e de uma série de conceitos e perspectivas vinculadas a tal produção acadêmica, tais como: “estruturas de oportunidades políticas”, “processo político”, “ciclos de protesto”, “quadros de interpretação”, “redes sociais”, etc. De outro lado, a incorporação de vertentes francesas através de pesquisas vol-

tadas para a apreensão da relação entre posição social (e respectivos capitais e recursos mobilizados), disposições e processos de engajamento individual. Isso pode ser observado, entre outras coisas, pelos vários artigos e dossiês recentemente dedicados à temática da militância política e dos movimentos sociais. Dentre os dossiês cabe destaque para: Sociedade e Estado (2006); Antropolítica (2007); Estudos Históricos (2008); Caderno CRH (2008); Lua Nova (2009); Pró-posições (2009), Cadernos CERU (2009) e Revista Brasileira de Ciência Política (2010). Entre os artigos destacam-se: Moreno e Almeida (2009), Coradini (2002, 2007), Engelmann (2006), Oliveira (2008, 2010), Petrarca (2008), Reis (2008) e Seidl (2009).

Todavia, um dos desafios ainda persistente na incorporação, pela produção acadêmica brasileira, do instrumental conceitual e metodológico vinculado aos recentes desenvolvimentos da sociologia da ação coletiva diz respeito à ausência de confronto entre vertentes francesas e norte-americanas, diferentemente do observado na literatura internacional. Pelo contrário, persiste na produção acadêmica nacional certa tendência de continuidade na importação e “difusão de abordagens conceituais, de problemáticas e de interpretações homogêneas” com base na inserção e circulação de estudantes e pesquisadores entre grupos e redes de pesquisa vinculadas a universidades e instituições dos EUA e da França, contribuindo, assim, para que os esforços de teorização continuem parciais e limitados (GOIRAND, 2010, p. 460).

Este livro sobre as condições e as dinâmicas do engajamento e da militância política que estamos apresentando reúne estudos que têm como referencial temporal e geográfico o estado de Sergipe e pretende preencher certas lacunas da literatura nacional no tocante ao estudo dessa temática, uma vez que, ainda hoje, há uma forte concentração das investigações nas regiões sul e sudeste com base na persistência de pressupostos políticos e culturais de que o Nordeste é uma região de baixa participação (AVRITZER, 2007). Ao mesmo tempo em que contribuem para diminuir essa defasagem, os trabalhos aqui reunidos vão muito além do simples propósito de dar uma maior visibilidade ao “caso” de Sergipe.

Antes disso, eles se inserem nessas tentativas recentes de renovação dessa temática de investigação através da confrontação teórica de certos conceitos e metodologias vinculadas às vertentes norte-americanas e francesas, no intuito de tanto explicitar seus fundamentos e os princípios que as orientam em relação ao espectro de posições existentes no universo da chamada “teoria dos movimentos sociais”, quanto de avaliar seu potencial explicativo para situações como a brasileira. Por isso, não obstante as diferenças de abordagens e de universos pesquisados, parte-se do pressuposto de que é no desenvolvimento desta capacidade de confrontação teórica e empírica que novos problemas e dimensões de investigação mais próximos da realidade são continuamente levantados. Desse modo, deve ficar claro que as preocupações e orientações que fundamentam o conjunto de pesquisas que servem de base para tais artigos são de natureza bem distinta das que, ainda hoje, estão vinculadas aos paradigmas dominantes da “autonomia” e da “participação”.

De maneira geral, o conjunto dos artigos selecionados possibilita recortar três temáticas principais da reflexão sobre as condições e as dinâmicas de emergência do engajamento e da militância política: em primeiro lugar, a relação entre estruturas organizacionais e políticas no surgimento e transformação das formas de mobilizações coletivas (capítulos I e II); em segundo, as condições e lógicas sociais do engajamento individual em organizações e movimentos sociais (capítulos III e IV); em terceiro, as dinâmicas e os efeitos do engajamento e da militância política sobre os processos de formação e de atuação profissional (capítulos V e VI).

O capítulo I, intitulado *Gênese e diferenciação do ativismo ambiental*, constitui um desdobramento de investigações anteriores sobre as lógicas sociais de engajamento na defesa de causas ambientais (OLIVEIRA, 2008, 2010). Nele, examinam-se as condições e as dinâmicas sociais, políticas e culturais de emergência e de transformação do ambientalismo no Brasil, destacando-se sua intensa diversificação regional. O autor demonstra que o contexto político de “redemocratização” constitui um marco do processo de expansão e de diferenciação regional do ativismo ambiental no Brasil e que tal processo é



um dos ingredientes principais para a compreensão das dinâmicas de emergência e de consolidação do ativismo ambiental em Sergipe. Nesse sentido, somos conduzidos ao desafio de considerar as dinâmicas de emergência e expansão do ambientalismo no Brasil em suas relações com formas de configuração que resultam de combinações variadas entre as estruturas organizacionais e políticas, os processos de engajamento individual e as dinâmicas de construção de causas ambientais. O material utilizado como fonte de informação consistiu, primeiramente, no levantamento de informações e na constituição de um banco de dados sobre 957 organizações não governamentais existentes no Brasil, com base na consulta ao Cadastro Nacional de Instituições Ambientais (ECOLISTA) elaborado pelo Instituto de Estudos Ambientais MATERNATURA. Os dados disponíveis em tal cadastro possibilitaram reunir informações relevantes a respeito das organizações vinculadas à defesa do meio ambiente no Brasil, tais como: localização geográfica (estado e região), ano de fundação, fontes e tipos de recursos financeiros, recursos humanos (número de sócios, voluntários e funcionários), participação em fóruns, redes e coalizões de movimentos sociais (locais, nacionais e internacionais). O outro tipo de informação resultou da análise de uma série de estudos sobre as dinâmicas de construção de causas ambientais e sua articulação com diversas reivindicações e demandas sociais e políticas.

O capítulo II, intitulado *Redes sociais, trajetórias e oportunidades político-culturais na mobilização "homossexual" em Aracaju (1981-1985)*, investiga as condições histórico-sociais de constituição do movimento "homossexual" na cidade de Aracaju a partir das trajetórias de dois ativistas do Grupo Dialogay de Sergipe. O trabalho está centrado nas relações entre as redes sociais estabelecidas, as causas defendidas pelos agentes e as oportunidades e restrições político-culturais entre 1981 e 1985, anos de criação e do primeiro arrefecimento das atividades do grupo. Como fontes para o trabalho foram utilizadas atas de reuniões, correspondências ativas da organização, jornais, entrevistas biográficas e trabalhos sobre a instituição. No artigo, o leitor encontrará primeiramente um debate acerca das escolhas teóricas norteadoras da análise, fundamentadas nas categorias de "oportunidades político-culturais", de "processo de identificação" e de "trajetória". Após a expo-

sição dos recortes teóricos que nortearam a análise, o autor se debruça sobre as condições de constituição do movimento “homossexual” em Sergipe e a análise dos itinerários dos agentes.

O capítulo III, intitulado *Espaços de politização e processos de engajamento*, se detém na articulação entre as condições de constituição de espaços de militância associativa em Sergipe e os condicionantes dos processos de engajamento e militância individual. O material mobilizado como fonte de informação é constituído de entrevistas biográficas com dirigentes e ex-dirigentes de organizações de portes distintos dedicadas a questões diversas, tais como: defesa de homossexuais, ambientalismo, filantropia, sindicatos de professores universitários e de petroleiros, religião católica, movimentos negro e afroreligioso e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Uma das principais constatações feitas pelo autor com base no exame dos itinerários sociais dos indivíduos em questão aponta uma militância ativa de grande parte deles em partidos políticos. Em boa medida, este envolvimento partidário ocorre simultaneamente ao engajamento associativo e, com frequência, o precede. Além disso, condições de socialização familiar e religiosa favoráveis, escolarização elevada, passagem pelo espaço universitário, eventos biográficos marcantes, ativismo militante e vinculações partidárias precoces, militâncias múltiplas constituem os principais componentes dos itinerários examinados, cujas combinações, embora específicas e irredutíveis, parecem esboçar algumas linhas das modalidades de engajamento e militância no contexto de Aracaju.

O capítulo IV, intitulado *Altruísmo e engajamento político: as lógicas sociais de inserção no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil*, dá continuidade às discussões sobre as condições e as lógicas sociais de ingresso de militantes em grupos mobilizados na causa do combate ao câncer infanto-juvenil. O material empírico que serviu de base para a pesquisa foram 18 entrevistas biográficas com ativistas da Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia de Sergipe (AVOSOS), conhecida também como Casa de Apoio à Criança com

Câncer Tia Ruth, fundada em 1982, e do Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Sergipe (GACC/SE), fundada no ano de 1999. Como a autora demonstra ao longo do texto, não é uma vontade individual que determina a entrada na militância, de modo que é preciso identificar como as disposições para o engajamento e a militância se constroem a partir dos diferentes contextos e ordens de experiências (familiar, escolar, religiosa, profissional) dos indivíduos, aspectos estes que podem conduzi-los à identificação com ideais humanitários. Com base neste entendimento, a pesquisa salienta o conjunto de elementos ou fatores que geraram as escolhas de tal tipo de engajamento por parte dos militantes, destacando-se os diferentes contextos de socialização, o ambiente familiar, religioso e escolar como fundamentais para a formação de disposições para ideais humanitários e a pertinência das redes sociais formais e informais como mais um recurso que interfere na opção por esse tipo de engajamento. O artigo demonstra que a relação entre profissão e militância política está estreitamente ligada ao papel que exercido historicamente pela esfera política para a ampliação das formas de atuação profissional. Quanto a isso, destaca também que a expansão universitária contribuiu para a diversificação das possibilidades de investimentos profissionais, salientando que as assessorias técnicas prestadas para movimentos sociais se apresentam como forma de “expansão horizontal” da profissão. Por fim, observa ainda que, no decorrer das décadas que seguem o término da ditadura militar, houve uma ampliação dos movimentos sociais, o que contribui para modificar as modalidades de engajamento dos advogados na defesa de causas sociais.

O capítulo V, intitulado *Investimento profissional e engajamento na construção de causas: os advogados na defesa dos direitos humanos*, analisa os profissionais do direito que, em nome de um conhecimento jurídico, atuam na defesa e promoção dos direitos humanos em Aracaju. A autora questiona a forma como o “profissional militante” é conduzido a fazer uso de dois “registros de legitimação”, que são as competências profissionais e a ação política. O artigo demonstra que a figura do profissional militante se constitui na circulação entre

o espaço profissional e o engajamento político, entre a profissão, as associações militantes e as instituições públicas. Esta múltipla inserção exerce um papel importante nos processos de reelaboração da imagem do profissional e do sentido atribuído ao conhecimento especializado. Como destaca a autora, a investigação da relação entre o engajamento na construção de causas e os investimentos profissionais dos advogados que lutam em prol dos direitos humanos constitui uma abordagem pertinente para a apreensão das condições de acúmulo e reconversão de recursos profissionais em recursos políticos e militantes. O material utilizado como fonte de informação tem como base a aplicação de questionários e a realização de entrevistas biográficas com tais profissionais, com o intuito de observar as condições objetivas do engajamento. Tais instrumentos permitiram apreender: as origens sociais; a socialização militante passada; os investimentos sociais e profissionais múltiplos (diacrônicos e sincrônicos) e as redes de relações que conduzem ao engajamento. De maneira geral, o artigo conclui que, muito mais do que uma simples inserção no mercado e uma retribuição profissional do militatismo, tal investimento tem um peso decisivo no comprometimento profissional desses advogados, contribuindo para mantê-los no espaço profissional. Isso equivale a dizer que o engajamento na defesa dos direitos humanos constitui uma experiência importante que permite a eles dar uma coerência à sua atuação profissional, contribuindo para ocupar um papel social valorizado e que apresenta uma importante utilidade e visibilidade social.

O capítulo VI, intitulado *Configurações políticas no Serviço Social: militância, contestação e engajamento dos assistentes sociais*, apresenta as configurações políticas dos assistentes sociais militantes em Aracaju, analisando as relações entre a lógica de construção da participação política e a contribuição da formação e dos espaços sócio-ocupacionais dos profissionais de Serviço Social na militância. O artigo demonstra que a formação intelectual é um recurso altamente privilegiado, autorizando a adoção de atitudes na sociedade, apresentando-se de várias maneiras e assumindo significados diversos. A autora demonstra que os processos de socialização primária e

secundária influenciam nas configurações que os assistentes sociais apresentam ao longo de sua trajetória política.

Cabe salientar, por fim, que tais investimentos de pesquisa não são fruto de interesses de pesquisa meramente ocasionais e casuais. Pelo contrário, eles fazem parte de uma das linhas de pesquisa principais do Laboratório de Estudos do Poder e da Política da Universidade Federal de Sergipe (LEPP-UFS). Nesse sentido, as preocupações temáticas vinculadas às pesquisas realizadas estão baseadas no intercâmbio dos pesquisadores e dos integrantes do referido laboratório com outros centros de pesquisa nacionais e internacionais, bem como na participação em fóruns e grupos de pesquisa que têm interesses de pesquisa e perspectivas semelhantes, através da apresentação de trabalhos e da coordenação de grupos de trabalho em congressos nacionais e internacionais. Exemplo disso é o intercâmbio com pesquisadores radicados na Argentina e no Brasil integrantes do Grupo de Estudos sobre Processos de Politização no Cone Sul (CAS/IDES Argentina) e do Grupo de Pesquisa "Associativismo, Contestação e Engajamento" vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tais parcerias estão associadas a uma série de iniciativas. Em primeiro lugar, está o diálogo iniciado entre pesquisadores que trabalham essa temática em vários países da América Latina (Chile, Argentina e Brasil) nas Jornadas Internacionales de Estudio sobre Militantismo, ocorridas no Chile em 2007. Em segundo, a coordenação do "GT 10: Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política" na XXVI Reunião Brasileira de Antropologia, em 2008, na cidade de Porto Seguro. Em terceiro, a participação na organização da Mesa 2 do "GT Antropologia Política" do IX Congreso Argentino de Antropología Social durante o IX Congreso Argentino de Antropologia Social, também em 2008. E, por fim, a coordenação do "GT 58: Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política" na VIII Reunião de Antropologia do MERCOSUL, em 2009, na cidade de Buenos Aires e do "GT 19: Antropología, Compromiso Militante y Participación Política" na IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL, em 2011, na cidade de Curitiba.



Desse modo, tal publicação constitui tanto uma forma de consolidação de tais investimentos quanto uma possibilidade de expandir preocupações e orientações de pesquisa para um público mais amplo. Por isso, vale lembrar mais uma vez que não se trata apenas de estudos de caso sobre as dinâmicas do engajamento e da militância política em Sergipe, e, sim, de pesquisas que investigam e procuram explicações para o fenômeno da militância política a partir do diálogo e do confronto com o instrumental conceitual e metodológico das vertentes principais no estudo da referida temática.



## REFERÊNCIAS

---

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais – um balanço do debate. São Paulo, **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009.

**ANTROPOLÍTICA: Revista Contemporânea de Antropologia.** Dossiê: A política e o popular: reflexões sobre militância e ações coletivas. Niterói: UFF, n. 23, 2007.

AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo.** São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **A participação social no Nordeste.** Belo Horizonte: EDU-FMG, 2007.

**CADERNO CRH.** Salvador, v. 21, n. 54, 2008.

**CADERNOS CERU:** Revista do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP. São Paulo, v. 20, n. 1, jun. 2009.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-36, 1987.

CORADINI, Odaci L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 28, p. 181-203, 2007.

\_\_\_\_\_. Escolarização, militantismo e mecanismos de “participação” política. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 103-153, 2002.

DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds.). **Social movements and networks: relational approaches to collective action.** New York: Oxford University Press, 2003.

ENGELMANN, Fabiano. Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas. **Lua Nova**, São Paulo, 69, p. 123-146, 2006.

**ESTUDOS HISTÓRICOS.** Rio de Janeiro, n. 42, 2008.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.

\_\_\_\_\_; AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. **Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découverte, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, 2009.

\_\_\_\_\_. Penser les mouvements sociaux d'Amérique Latine: Les approches des mobilisations depuis les années 1970. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 60, n. 3, p. 445-466, 2010.

**LUA NOVA:** Revista de Cultura e Política. Dossiê – De volta aos movimentos sociais. São Paulo, 76, 2009.

MEMMI, Dominique. L'engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. **Traité de science politique: v. 3: L'action politique**. Paris: PUF, p. 310-366, 1985.

MORENO, Rosangela C.; ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 40, p. 130-142, 2009.

OLIVEIRA, Wilson J. F. de. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, p. 49-77, 2010.

\_\_\_\_\_. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008.

PETRARCA, Fernanda Rios. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 13, p. 311-329, out. 2008.

**PRO-POSIÇÕES:** Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP. Dossiê –

Educação e política: novas configurações nas práticas de militância. Campinas, v. 20, n. 2, 2009.

REIS, Eliana T. Em nome da “participação popular”: constituição de uma “causa legítima” e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 5, n. 9/10, p. 105-132, 2008.

**REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**. Dossiê Movimentos sociais e ação coletiva. Brasília, n. 3, 2010.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-68, 1986.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, p. 21-40, 2009.

SILVA, Marcelo K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.

**SOCIEDADE E ESTADO**. Brasília, v. 21, n. 1, 2006.

SPANOU, Calliope. **Fonctionnaires et militants: L’administration et lês nouveaux mouvements sociaux**. Paris: l’Harmattan, 1991.

TONI, Fabiano. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 79-104, 2º semestre de 2001.





# Capítulo I

## Gênese e Diferenciação do Ambientalismo

Wilson José Ferreira de Oliveira

---

Esse artigo se insere numa problemática de investigação mais geral referente às condições e às dinâmicas sociais, políticas e culturais de emergência e de transformação do ambientalismo no Brasil e constitui um desdobramento de investigações anteriores sobre as lógicas sociais de engajamento na defesa de causas ambientais (OLIVEIRA, 2005, 2008, 2009, 2010)<sup>1</sup>. Esse conjunto de pesquisas tem nos colocado diante do desafio de examinar os processos de expansão e de diversificação do ambientalismo em suas relações com as particularidades das estruturas organizacionais e políticas favoráveis ao processo de emergência das organizações, mobilizações, protestos e engajamento individual na defesa de causas ambientais.

No intuito de dar continuidade a tal desafio, esse artigo destaca, por um lado, a grande diferenciação regional das organizações vinculadas aos processos de emergência e de difusão de causas ambientais no Brasil e, por outro, suas relações com as dinâmicas de emergência do ativismo

<sup>1</sup> O material que serve de base para este artigo resulta de pesquisas diversificadas que contaram com apoio da CAPES (através de bolsa de doutorado), do CNPq (através de financiamento de projeto de pesquisa) e também da Universidade Federal de Sergipe (por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC). Agradeço à Bolsista de Iniciação Científica Mayara Silva Nascimento pela construção do banco de dados sobre as organizações ambientalistas no Brasil.

ambiental e com as formas de construção de causas ambientais. Não obstante a importância disso, a literatura nacional tem dado pouca atenção a esse tipo de reflexão. Logo de início, observa-se que ainda são poucos os trabalhos na literatura nacional que focalizam as condições históricas e sociais de emergência e de transformação do ambientalismo no Brasil. Várias são as razões que explicam isso.

Em primeiro lugar, estão os obstáculos vinculados às próprias condições sociais, intelectuais e institucionais de formação e de exercício das ciências sociais no Brasil e seus efeitos sobre a consolidação dos estudos e pesquisas referentes às problemáticas ambientais (ALONSO; COSTA, 2002; OLIVEIRA, 2008). Como se sabe, grande parte da produção nacional sobre a temática ambiental tem sido pautada por uma forte imbricação entre as abordagens científicas e o debate político que se expressa pelo viés político e engajado e pela concentração das pesquisas e reflexões a respeito de tal temática na questão do desenvolvimento sustentável (ALONSO; COSTA, 2002). Com isso, o interesse pelo movimento ou ativismo ecológico foi praticamente abandonado pela literatura, passando-se a privilegiar os estudos dos processos de degradação ambiental, o que conduziu à multiplicação dos estudos sobre os impactos socioambientais do desenvolvimento econômico e político e sobre as estratégias alternativas representadas pelas mobilizações ambientalistas (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Nessa perspectiva, a própria ideia de tomar o ambientalismo como objeto de estudo e de buscar compreender suas condições de emergência e dinâmicas de diversificação e diferenciação soa como algo estranho e até mesmo incompreensível como tarefa própria das ciências sociais, uma vez que isso requer um mínimo de distanciamento do pesquisador em relação ao seu engajamento político na defesa ambiental e se apresenta bem menos promissor do que evidenciar as inúmeras situações de degradação ambiental existentes. Nesse sentido, tal produção tem contribuído muito mais para a construção e publicização dos próprios problemas ambientais socialmente legítimos do que para a formulação de uma agenda própria de pesquisas das ciências sociais sobre as dinâmicas de emergência e de difusão do ambientalismo no Brasil.



Em segundo lugar, e em decorrência disso, estão certas dificuldades vinculadas à persistência, na produção acadêmica nacional sobre movimentos sociais, da importação e “difusão de abordagens conceituais, de problemáticas e de interpretações homogêneas” com base na inserção e circulação de estudantes e pesquisadores entre grupos e redes de pesquisa vinculadas a universidades e instituições dos EUA e da França, contribuindo, assim, para que os esforços de teorização continuem parciais e limitados (GOIRAND, 2010, p. 460). Tal situação, associada à ausência de confronto entre as principais vertentes da sociologia da ação coletiva e do militantismo, diferentemente do observado na literatura internacional, conduz à proliferação de estudos empíricos e descritivos, com base na interpretação homogênea de determinados conceitos e problemáticas, bem como à ausência de estudos comparativos de maior alcance com base no confronto das principais alternativas teóricas existentes (GOHN, 1997; GOIRAND, 2010; OLIVEIRA, 2010).

Por fim, em alguns casos em que se pode encontrar uma reflexão mais geral sobre o ambientalismo brasileiro, isso é feito tendo como base apenas sua dinâmica de emergência e mudança em certas situações regionais. Geralmente são aqueles estados e regiões que tiveram certa preponderância política na consolidação do ativismo ambiental nacional, como é o caso, entre outros, de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que são utilizados como referência da análise, sem considerá-los à luz das variações quanto às condições e formas de emergência do ambientalismo nas diversas regiões brasileiras. Na verdade, em vez de estabelecer princípios e traços mais gerais referentes ao ambientalismo brasileiro em seu conjunto e que expliquem tamanha diferenciação na defesa de causas ambientais, aceita-se como dado o pressuposto de que o que aconteceu nesses estados, ou estava também acontecendo nos demais, ou então explicitava uma tendência do que deveria acontecer num futuro próximo.

Sendo assim, esse artigo segue um percurso pouco usual em matéria de reflexão sobre o ambientalismo no Brasil, objetivando levantar algumas pistas que nos conduzam a uma maior atenção e

sistematicidade no tratamento das condições e dinâmicas diversificadas de constituição de causas ambientais no Brasil. Tal formulação nos remete ao problema das condições e dos processos sociais, políticos e culturais que tornam possível a emergência de mobilizações e de protestos ambientais.

No tratamento dessa problemática, as análises orientadas pelas teorias da estrutura de oportunidades e dos processos políticos constituíram um ponto de partida fundamental, ao demonstrarem a pertinência do exame das características do contexto político no qual ocorre o ingresso em organizações de movimentos sociais e como tal contexto influencia tanto a estrutura organizacional dos movimentos quanto seus referenciais ideológicos e suas estratégias de ação (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996; PASSY, 1998). Todavia, em que pese a relevância desse ponto de partida, a apreensão dos processos de engajamento individual em mobilizações e protestos coletivos constitui um dos problemas que não foram adequadamente considerados no âmbito de tais abordagens (TARROW, 2009; MATHIEU, 2002). Uma das alternativas propostas para contornar tal problemática tem sido a de investigar as relações entre as particularidades das configurações políticas e as condições e os processos de engajamento individual na defesa de causas coletivas (FILLIEULE, 2001; DEVAUX, 2005b; OLIVEIRA, 2010). Para dar conta de tal desafio, um dos procedimentos presentes em grande parte da literatura consiste em examinar os recursos e os respectivos vínculos sociais e políticos que conduzem os indivíduos ao engajamento e à permanência no ativismo em diferentes contextos políticos (OLIVEIRA, 2005).

Com base em tais orientações, levanta-se a hipótese de que o contexto de abertura política e de redemocratização constitui um marco do processo de expansão e de diferenciação regional do ambientalismo no Brasil. Tal processo representa um dos ingredientes principais para a compreensão das dinâmicas de emergência e de consolidação de causas ambientais, na medida em que o tipo de contexto influencia a conformação dos tipos de causas, assim como dos respectivos atores, recursos e vínculos associados ao ambientalismo.



O material utilizado como fonte de informação consistiu, primeiramente, no levantamento de informações e na constituição de um banco de dados sobre 957 organizações não governamentais existentes no Brasil, com base na consulta ao Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas (ECOLISTA) elaborado pelo Instituto de Estudos Ambientais MATERNATURA. Os dados disponíveis em tal cadastro possibilitaram reunir informações relevantes a respeito das organizações vinculadas à defesa do meio ambiente no Brasil, tais como: localização geográfica (estado e região), ano de fundação, fontes e tipos de recursos financeiros, recursos humanos (número de sócios, voluntários e funcionários), participação em fóruns, redes e coalizões de movimentos sociais (locais, nacionais e internacionais). O outro tipo de informação resultou da análise de uma série de estudos sobre as dinâmicas de construção de causas ambientais e sua articulação com diversas reivindicações e demandas sociais e políticas.

Tal material possibilitou elaborar uma espécie de quadro geral do período de surgimento e de expansão das organizações vinculadas à defesa de causas ambientais no Brasil. Com base em tal caracterização, foi possível elaborar algumas hipóteses de trabalho para a investigação das modalidades de carreiras militantes das lideranças ambientalistas. Por fim, procurou-se levantar algumas indagações referentes ao desafio de integrar a análise das estruturas organizacionais e políticas e das dinâmicas de engajamento individual à investigação dos processos concretos de associação de causas diversificadas à defesa ambiental. Ou seja, dessa forma é possível levantar certas questões pertinentes às dinâmicas de diversificação e diferenciação da temática ambiental no Brasil com base na comparação das formas de combinação entre estruturas organizacionais e políticas, dinâmicas de engajamento individual e processos concretos de construção de causas ambientais.

## 1.1. Emergência, expansão e diferenciação organizacional

Em pesquisa anterior, observamos que, no caso do Rio Grande do Sul, do total de associações existentes entre 1970 e 2004, apenas 18% foram criadas nos anos de 1970, enquanto que um percentual de

82% corresponde às que surgiram entre meados dos anos de 1980 e o início dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2005). Tal constatação não parece específica ao caso considerado, pois, quando se examinam os dados disponíveis sobre o período de criação de associações ambientalistas em outros estados e regiões do Brasil, somos remetidos a um padrão similar de surgimento e de expansão do associativismo. Nesse sentido, observa-se que, do total de 957 organizações ambientalistas existentes no Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas elaborado pelo Instituto de Estudos Ambientais MATERNATURA, 13,30% foram criadas até finais da década de 1970. No entanto, quando nos reportamos à década de 1980, esse percentual fica em 36,10%, e, na década de 1990, fica em 31,90%. Quando agregamos os dados das décadas de 1980-1990, o percentual de fundação de organizações ambientalistas eleva-se para 67,90%. Com base nisso, pode-se dizer que grande parte das organizações existentes até o ano de 2008 foi fundada justamente nos anos de 1980-1990, já que, posteriormente à década de 1990, esse índice sofre uma clara redução para 18,70%. Uma constatação semelhante pode ser feita quando examinamos as informações disponíveis sobre o associativismo em outras bases de dados. Um bom exemplo disso é o levantamento feito pela ABONG, que comprova que 80,69% das organizações associadas à mesma foram criadas nas décadas de 1980-1990 (ABONG, 2006), evidenciando que isso não se reduz ao caso do ambientalismo. Nesse sentido, pode-se dizer que, em consonância com o que tem acontecido em outros movimentos sociais, os anos de 1980-1990 constituem um dos marcos principais da expansão do associativismo ambientalista brasileiro.

Não obstante as diferenças de abordagens, tanto a literatura nacional quanto a internacional (e mais precisamente, a europeia e norte-americana) têm abordado a grande proliferação de organizações ambientalistas ocorrida durante os anos de 1980-1990, em diferentes situações nacionais, como exemplo da tendência geral de institucionalização da ação associativa e de profissionalização de suas atividades. Nesse sentido, tais estudos têm salientado que uma das principais transformações ocorridas na defesa de causas ambientais, a partir do final dos anos de 1980, tem sido a regularização do acesso das associações aos espa-

ços e processos formais de produção de políticas públicas, assim como a profissionalização de seus integrantes e de suas atividades (OLLITRAULT, 2001; ANQUENTIN, 2002; GALLET, 2002; ROOTES, 1999).

Conforme tais abordagens, o crescimento acentuado da quantidade de ONGs conduziu a uma maior dispersão das intervenções e bandeiras de luta das organizações ambientalistas, como também à fragmentação e atomização de suas ações numa infinidade de conselhos, comitês e instâncias formais de proteção ambiental, tanto no âmbito local e regional quanto nacional e internacional. Paralelamente a isso, destaca-se também a diferenciação dos repertórios de ação militante, conforme as vinculações de seus principais dirigentes a redes nacionais e internacionais de organizações e movimentos sociais e a fundações e órgãos de financiamento. Tal diferenciação conduziu, por um lado, à intensificação dos processos de profissionalização de algumas associações, através da contratação de técnicos em caráter permanente com base em recursos obtidos pela adesão às campanhas ambientais propostas por organizações e fontes nacionais e internacionais de financiamento; e, por outro, à maior institucionalização das ações associativas, no sentido de que os espaços e as modalidades de intervenção das mesmas passaram a se concentrar na esfera institucional e com base na utilização de competências técnicas e científicas como os principais recursos de militância. Em decorrência de tais mudanças, os recursos militantes requeridos para a participação regular das ONGs ambientalistas em tais instâncias e para suas intervenções públicas têm como base principal o recrutamento de dirigentes dotados de elevada formação técnica e científica e a utilização de competências de expertise adquiridas através da formação universitária e profissional. Segundo essa literatura, tal aspecto não parece ser uma característica exclusiva do movimento ambientalista, podendo ser igualmente observado na defesa dos direitos humanos e de causas humanitárias (AGRIKOLIANSKY, 2002; SIMÉANT; DAUVIN, 2002), na militância sindical (MATONTI; POUPEAU, 2004; WAGNER, 2004), entre outros.

Para grande parte da literatura nacional, a institucionalização e a profissionalização do ambientalismo também têm se apresentado como um dos traços predominantes nas investigações e análises produzidas pelos principais grupos de pesquisa sobre a problemática ambiental (ALONSO; COSTA, 2002a, 2002b). Esse é o caso daqueles trabalhos que enfatizam a maior difusão e institucionalização da problemática ambiental nas mais diferentes organizações e setores da sociedade (VIOLA, 1992), como também dos que salientam, mais especificamente, a intensificação do processo de profissionalização das organizações ambientalistas e a contratação de técnicos como forma de legitimação de suas atividades e intervenções públicas (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Mesmo nos trabalhos que examinam o problema da constituição de mecanismos e instituições de participação na formulação e implementação de políticas ambientais, as análises enfatizam o papel preponderante da expertise como instrumento de imposição e de legitimação das decisões. Seguindo esse tipo de caracterização, algumas perspectivas têm destacado que a rotinização e institucionalização dos procedimentos e a concentração dos processos decisórios nas mãos de poucos especialistas que detêm os conhecimentos técnicos, jurídicos e científicos requeridos constituem os principais fatores responsáveis pela falta de incorporação da participação democrática e igualitária nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais (ZHOURI; LASCHEFSKY; PEREIRA, 2005; LEITE LOPES, 2004).

Sem descartar a pertinência desse tipo de análise, um dos aspectos que ainda necessita de aprofundamento em situações como a brasileira diz respeito às diversas formas de configuração do processo de expansão do ambientalismo a partir dos anos de 1980. Assim, quando se examina a distribuição do conjunto de ONGs vinculadas à defesa ambiental no Brasil, observa-se que existem variações significativas em relação à quantidade de organizações existentes, bem como aos recursos financeiros e organizacionais disponíveis para a estruturação e o funcionamento das associações.



Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que a dita profissionalização não constitui algo tão corriqueiro no universo considerado. É o que se constata quando se consideram os principais indicadores de profissionalização do associativismo comumente utilizados pela bibliografia. Nesse sentido, observa-se que, do total de 881 ONGs para as quais se dispõe de informações a respeito, 61,9% não contam com funcionários remunerados para a realização de suas atividades, enquanto que somente em 33,3% dos casos há entre 1 e 10 funcionários trabalhando na associação, e 4,8% são aquelas que têm de 11 a 50 funcionários em seu quadro de pessoal. Tal aspecto condiz com o que se observa em termos do orçamento anual de tais organizações, pois, das 384 ONGs de que se dispõe de informação sobre isso, apenas 20,8% têm orçamento anual de até R\$ 500.000,00 e, em 18% dos casos, o orçamento fica em torno dos R\$ 100.000,00. Já para 61,2% dos casos, esse valor oscila entre R\$ 5.000,00 e R\$ 50.000,00. Sem dúvida, por essas informações pode-se dizer que a grande maioria das ONGs dispõe de um orçamento anual suficiente apenas para aluguel e manutenção de uma sede. São poucas as que têm condições de recrutar e manter um quadro funcional permanente para a realização das tarefas necessárias ao funcionamento da organização. Isso está associado ao fato de que grande parte dessas ONGs depende quase que exclusivamente do trabalho de voluntários para o desempenho de suas atividades.

Como se pode ver, considerando o quadro total de ONGs existentes no Brasil, há uma clara desigualdade em termos dos recursos financeiros e humanos para que as ONGs consigam desempenhar suas atividades de forma profissionalizada. Isso não implica a negação do fenômeno da profissionalização do ativismo, mas apenas exige que se defina com mais precisão onde e a partir de quando tal fenômeno pode ser encontrado no universo investigado. É o que se observa quando as informações acima são examinadas com base na respectiva região onde se encontram localizadas as associações, bem como no período de fundação de tais ONGs.

No que diz respeito à distribuição regional do total de organizações ambientalistas existentes no Brasil, observa-se que 55,1% estão

localizadas no Sudeste, 27,1% no Sul, 9,7% no Centro-Oeste, 5,8% no Nordeste e 2,3% no Norte. Ou seja, enquanto que, num extremo, o total de associações se aproxima de 527 (Sudeste), no outro, esse índice não passa de 22 (Norte). Essa acentuada distinção em termos do número de organizações se desdobra também em marcadas diferenças quanto aos indicadores de profissionalização acima apontados. Desse modo, é também nas regiões Sudeste e Sul que se encontram as organizações que dispõem de maiores orçamentos anuais para organizar suas atividades. Assim, entre as que dispõem de um orçamento de até R\$ 500.000,00, um percentual de 59% corresponde àquelas sediadas no Sudeste, de 20,5% no Sul e de 14,1% no Centro-Oeste, enquanto que no Nordeste esse índice fica em 5,1% e no Norte em 1,3%. Índices praticamente iguais por região são observados nos níveis orçamentários anuais menores, como o de R\$ 100.000,00. Tais diferenças estão associadas também ao tamanho do quadro de pessoal que trabalha nessas ONGs nas respectivas regiões. Quanto a isso, observa-se que, entre as ONGs que dispõem de 1 a 10 funcionários, 56,8% estão sediadas no Sudeste, 25,0% no Sul e 11,6% no Centro-Oeste, enquanto que 4,1% são do Nordeste e 2,1% do Norte. Semelhante observação se aplica ao caso daquelas cujo quadro funcional varia entre 11 e 50 funcionários. Merece destaque nesse caso, e deveria ser objeto de investigações mais aprofundadas, o fato de as regiões Nordeste e Norte apresentarem índices mais expressivos que os anteriores: 56,4% são ONGs do Sudeste, 17,9% do Nordeste, 12,8% do Sul, 7,7 do Norte e 5,1% do Centro-Oeste. Todavia, mesmo com essas pequenas mudanças quanto às variações regionais, chama a atenção o fato de que a existência de associações que dispõem de um quadro funcional expressivo não constitui uma realidade nacional, mas é algo circunscrito e particular a certos estados e regiões.

Além disso, o desafio de dar maior atenção ao âmbito regional pode tomar como ponto de partida o período de fundação de tais associações. Nesse sentido, quando se analisa o período de fundação das organizações ambientalistas conforme sua localização regional, observa-se que é apenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que o índice de fundação de organizações na década de 1980-1990 se

aproxima do que tem sido destacado pela literatura. Ou seja, no caso da região Sul, o percentual das organizações que foram fundadas nessas décadas é de 71,40%, no da Sudeste é de 68,20% e no da Centro-Oeste é de 68,30%. Já no caso das regiões Norte e Nordeste, tais percentuais são bem diferenciados. Além de um número bem menor de organizações em relação ao total existente nos outros estados, o período de fundação das mesmas situa-se de forma predominante nos anos de 1990-2000. Assim, observa-se que, na região Nordeste, um percentual de 42,90% corresponde às organizações que foram criadas nos anos de 2000, e de 38,10% àquelas fundadas nos anos de 1990, enquanto que na região Norte esses percentuais são, respectivamente, de 52,90% e de 29,40%. Desse modo, no caso das regiões Norte e Nordeste, são raras as associações criadas durante os anos de 1990 e, quando isso ocorre, trata-se, geralmente, de organizações voltadas à problemática conservacionista e de proteção dos animais.

Quanto a isso, observa-se ainda que tais características estão associadas a diferenças no tocante à articulação das ONGs com redes nacionais e internacionais de movimentos sociais. Nesse sentido, um dos exemplos relevantes é o percentual de organizações que participam do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). Ou seja, do total de ONGs ambientalistas que fazem parte de tal fórum, apenas 1,40% são da região Norte e 3,80% do Nordeste, enquanto que o índice correspondente ao Sudeste é de 63,20%, de 20,30% ao Sul e de 11,30% à região Centro-Oeste.

Tais diferenças não constituem aspectos de pouca importância para a compreensão das condições e dinâmicas de emergência e de constituição das mobilizações ambientalistas no Brasil. Elas remetem a diferenças significativas quanto aos graus e tipos de estruturas e de recursos organizacionais vinculados à defesa de causas ambientais nas respectivas regiões do Brasil. E, como tais, elas demonstram o quanto as caracterizações do ambientalismo brasileiro a partir de tendências de intensificação da institucionalização e da profissionalização não podem ser aceitas como dadas e evidentes no território brasileiro, na medida em que se observa uma profunda variabilidade nas formas de organização e de funcionamento das organizações ambientalistas.

Tal dimensão de análise é fundamental e deve ser tratada com mais seriedade e atenção, na medida em que os vínculos anteriores, momentâneos e/ou ulteriores estabelecidos com associações, estruturas comunitárias, organizações civis e autoridades sociais nos permitem apreender o conjunto de “recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização (McCARTHY; ZALD, 1977). Isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos”, que favorece a organização e constitui a base organizacional para as mobilizações coletivas e os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52). Dessa maneira, as diferenças entre as regiões quanto ao tipo de estrutura organizacional articulada ao ambientalismo brasileiro não devem ser tomadas como uma divisão entre regiões com maior organização (Sul e Sudeste, principalmente) e aquelas com menor organização (Norte e Nordeste). Caracterizações desse tipo têm sido feitas nas análises das formas de participação, de modo que as respectivas regiões são classificadas em situações nas quais há participação *versus* aquelas nas quais a participação não existe e que são definidas como não participativas (AVRITZER, 2007).

Contrariamente a isso, pode-se dizer que tal análise nos coloca diante de dois tipos principais de estruturas e de recursos organizacionais: de um lado, regiões em que a emergência do ambientalismo ocorreu no início da década de 1970 e se desdobrou na criação, durante os anos de 1980-1990, de um número significativo de organizações e da maior concorrência entre elas por recursos financeiros e organizacionais de fundações e organizações nacionais e internacionais (LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2008); de outro lado, regiões em que a emergência de organizações ambientalistas ocorreu num período mais recente e em que suas estruturas e recursos organizacionais estão intensamente interligados a outros tipos de associações, estruturas comunitárias, organizações civis e autoridades sociais.

Mais do que simplesmente indicar tais diferenças, o desafio principal colocado por tais dados consiste em examinar as condições sociais, políticas e culturais de possibilidade dessa forte diferenciação regional do ativismo ambiental. Como já tem sido assinalado, desde



muito tempo, por diferentes vertentes de investigação dos movimentos sociais, elas dizem respeito a traços centrais das estruturas organizacionais e políticas vinculadas aos processos de emergência, de consolidação ou de declínio de coletividades ou grupos mobilizados (PIERRU, 2010; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996).

Por isso, a investigação dos recursos organizacionais e de suas relações com o ambiente político onde estão inseridos os movimentos sociais constitui uma dimensão pertinente para a apreensão de certas diferenças e particularidades quanto aos princípios e graus de estruturação organizacional, das condições de possibilidade e dos processos de emergência e de desenvolvimento de organizações e mobilizações coletivas, não devendo ser vista como sinal de ausência ou falta de organização. Muito mais do que a existência ou não de vínculos com organizações partidárias e com o Estado, o que se observa são diferenças quanto às formas de como se configura tal relação e às estruturas e tipos de instituições e redes sociais que conectam tais universos sociais nas diferentes regiões do país. Com base nisso, é possível uma melhor compreensão das regularidades e das especificidades regionais, bem como de sua relação com certas caracterizações do ambientalismo que se encontram na literatura pertinente.

Sem dúvida, a dimensão organizacional não é suficiente para dar conta de tal desafio. Por isso, é preciso examinar as relações propriamente políticas que podem pesar de maneira favorável ou desfavorável ao surgimento e à diferenciação de mobilizações e movimentos sociais (ALONSO, 2009; TARROW, 2009; MATHIEU, 2002, 2010; TONI, 2001). Isso nos permite justamente evitar o perigo de reduzir a dimensão organizacional a uma mera identificação da quantidade e dos tipos de organizações e de recursos disponíveis, colocando-nos o desafio de dar conta de como eles são produzidos a partir das interações das organizações e grupos mobilizáveis com o ambiente político: as potenciais coalizões e estratégias adotadas pelos governantes.

Isso implica considerar o modo de estruturação e de funcionamento do sistema político mais amplo como um aspecto inseparável da investigação das condições de possibilidade de mobilizações e

movimentos sociais. Nesse sentido, a pesquisa se orienta, em linhas gerais, para a apreensão do modo de estruturação e funcionamento do Estado e respectivas instituições políticas e administrativas, da multiplicidade de atores e aliados e do grau influência e de alinhamentos existentes entre eles, dos conflitos e divisões entre as elites políticas e dirigentes (TARROW, 2009; ALONSO, 2009; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996; TONI, 2001). Como salienta Mathieu (2010), a análise das relações de interdependência entre movimentos sociais e campo político (outros movimentos e organizações sociais, dinâmicas partidárias, eleitorais e administrativas, dispositivos jurídicos, etc.) constitui uma ferramenta fecunda para dar conta tanto dos embates e relações que os separam e distanciam bem como da diversidade de vínculos que os unem e os aproximam.

## 1.2. Poluição, ativismo e construção de causas ambientais

A existência de organizações e de mobilizações voltadas para a defesa de causas ambientais no Brasil não se reduz à década de 1970 e nem resulta de macroprocessos de difusão internacional, de universalização e de globalização de causas ambientais. Isso porque os discursos e as mobilizações ambientalistas não se desenvolvem acima dos constrangimentos políticos e institucionais particulares que influenciam a adesão e a participação dos respectivos atores sociais na defesa de tais causas.

Nesse sentido, observa-se que, desde o final do século XIX, a defesa de parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientalistas em diferentes regiões do Brasil. Isso já foi bem salientado para certos estados das regiões Sudeste e Sul (LOUREIRO; PACHECO, 1995; URBAN, 2001; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007; OLIVEIRA, 2008). E, ao que tudo indica, constitui também um dos traços da emergência do ambientalismo em Sergipe. Semelhantemente ao que ocorreu no âmbito nacional, entre as primeiras formulações em matéria de legislação ambiental de Sergipe está o Código Florestal Ser-

gipano, instituído através da Lei nº 656 de 03 de novembro de 1913. É também em vinculação com isso que se encontram as primeiras manifestações de personalidades contrárias à exploração dos recursos florestais, como é o caso da posição do escritor, jornalista e político Clodomir Silva e de seu Álbum de Sergipe (GUIMARÃES, 2008).

Com base nisso, pode-se dizer que, em linhas gerais, o ambientalismo brasileiro anterior à década de 1970 esteve estreitamente vinculado à problemática da conservação e da preservação de sítios, paisagens e recursos naturais, assim como de espécies animais, florestas, lagos, etc. Mesmo as mobilizações e as principais organizações que foram criadas no início da década de 1970 ainda mantinham certa continuidade com essas problemáticas que remontam ao final do século XIX. No entanto, a década de 1970 se caracteriza também pela modificação das reivindicações e do potencial de mobilização em defesa de causas ambientais. Nesse sentido, ela constitui um marco importante do processo de configuração do ambientalismo no Brasil como uma esfera de politização de diferentes espaços sociais (OLIVEIRA, 2008). É somente nos anos de 1970 que a questão ambiental emerge como uma questão política no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada à “agenda dos problemas nacionais” e os problemas ambientais começam a “ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país” (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 138).

Trata-se, portanto, de um novo começo na medida em que os tipos de reivindicação que são levantados e as formas de intervenção utilizadas pelas organizações e dirigentes já não correspondem ao que ocorria anteriormente, durante a fase conservacionista ou preservacionista (OLIVEIRA, 2005). Esse período é caracterizado pelo questionamento da forma de organização da sociedade, pois era o modelo de civilização que provocava a destruição da natureza ou de parte dela, de modo que somente uma mudança global nas estruturas econômicas, sociais e culturais da civilização poderia solucionar a crise ambiental (MAFRA, 1995), como também pela utilização de novos repertórios de

ação, que incluíam ações coletivas de denúncia e de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização em torno de diversos temas (URBAN, 2001).

Tais mobilizações eram realizadas em um contexto político nacional ainda marcado pela existência de um regime autoritário, em vigor desde a segunda metade da década de 1960, e que se caracterizou, entre outros aspectos, pela limitação formal das possibilidades de participação política. Várias organizações políticas que lutaram contra o golpe militar, como o movimento estudantil e certos grupos de esquerda, haviam sido perseguidas e proibidas de se manifestar, ao passo que muitas lideranças saíram do país e passaram a viver no exílio até meados dos anos 1980 (LANDIM, 2002). Já na esfera internacional, em decorrência das mobilizações desenvolvidas nos anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos, voltadas para a promoção de um espaço internacional de expressão e de reivindicação (OLLITRAULT, 1999), encontra-se um cenário no qual a problemática ambiental emerge como um “discurso sem opositores”, como uma dessas “causas generosas que suscitam a priori a simpatia e que nenhum ator tem o interesse em colocar em causa” (JUHEM, 2001, p. 10), destacando-se como um dos marcos principais do período a realização, em 1972, da Conferência de Estocolmo.

Essa combinação de um contexto político nacional fortemente fechado (TARROW, 2009) com a emergência internacional de uma causa consensual, formada por interesses e reivindicações que dizem respeito à humanidade como um todo (JUHEM, 2001; AGRIKOLIANSKY, 2002), constitui um aspecto recorrente na emergência de uma grande variedade de agências governamentais, organizações, mobilizações e formas de engajamento em defesa de causas ambientais nas diferentes regiões brasileiras.

Esse é o caso da criação de agências governamentais especificamente voltadas para a proteção ambiental. Assim, observa-se que o início da estruturação administrativa das agências governamentais responsáveis pela defesa ambiental no Brasil tem sido vinculado à realização da I Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Hu-

mano, em Estocolmo, no ano de 1972. Ele resultou inicialmente de pressões de grupos ambientalistas estrangeiros diante da controvérsia gerada pela posição do governo brasileiro, juntamente com outros países em desenvolvimento, de priorizar o “crescimento acelerado em detrimento de questões ligadas à preservação do meio ambiente” (LOUREIRO; PACHECO, 1995, p. 138). Tal posição tratava a problemática ambiental como “a antítese do desenvolvimento almejado” com o argumento de que “a principal poluição era a miséria” e de que “a proteção ao meio ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos para pôr obstáculos à industrialização do Terceiro Mundo” (MENEZES, 1995). Foi diante da necessidade de se conformar às pressões de instâncias internacionais que foi criada em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Sua criação visava, entre outros objetivos, atenuar as críticas e pressões feitas por organismos e entidades ambientalistas internacionais, bem como colocar o Brasil numa posição favorável à obtenção de empréstimos e investimentos estrangeiros. Não havia qualquer definição clara e objetiva de uma política ambiental para o país a ser conduzida por essa secretaria. Foi atribuído a ela apenas um rol de objetivos de difícil operacionalidade. (MENEZES, 1997, p. 80).

Tal secretaria deveria funcionar como o órgão normativo e de coordenação da área de meio ambiente no país, estando vinculada ao Ministério da Saúde e se inserindo dentro da Política Nacional de Saneamento. Por isso, seus objetivos prioritários estiveram inicialmente voltados para a conservação dos recursos ambientais e para o controle da poluição industrial. Suas primeiras intervenções ocorreram em resposta a uma situação de contaminação já estabelecida com o funcionamento da fábrica de celulose Borregaard de Porto Alegre, e as principais formulações e medidas implementadas por tal secretaria estiveram direcionadas para a problemática da poluição ambiental (ANDREOLI, 1992; BONES; HASSE, 2002). No entanto, sua criação e funcionamento ocorreram de forma desarticulada de órgãos mais antigos, como o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da

Pesca (SUDEPE), que tinham atribuições tanto normativas quanto financiadoras de projetos de reflorestamento e que, no caso do segundo, estavam ligados ao desmatamento de extensas áreas da Floresta Amazônica. É somente em 1989, ou seja, 16 anos após sua criação, que a SEMA passou a fazer parte, juntamente com esses outros órgãos, de uma estrutura unificada, formando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).

A implantação de órgãos estaduais de meio ambiente esteve inicialmente vinculada à formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que atribuía aos estados e municípios competências específicas no controle da poluição causada pelo funcionamento das indústrias. Desta forma, a atuação de tais organismos estaduais esteve diretamente ligada ao tratamento dos problemas já existentes causados pela poluição industrial (ANDREOLI, 1992; LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2005). Quanto a isso, cabe salientar que as principais leis de proteção ambiental, assim como as secretarias e conselhos estaduais em Sergipe, foram criadas justamente no decorrer desse “processo de criação de organismos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de meio ambiente em diversos estados, o que ocorre no plano federal com o surgimento da SEMA, em 1973”, bem como pela formulação de um conjunto de medidas voltadas para o problema da poluição (GUIMARÃES, 2008, p. 81).

Mas as diretrizes contidas no II PND eram muito fragmentadas, tinham um caráter essencialmente corretivo e não possibilitavam uma organização de conjunto, resultando na expansão de estruturas descentralizadas em relação ao âmbito federal e muito marcadas pelo contexto próprio de cada estado ou região. Em decorrência dessa acentuada descentralização e fragmentação dos âmbitos municipal, estadual e federal na implantação de políticas ambientais, os conflitos entre as agências governamentais foram constantes e ampliados ainda mais com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, a qual introduziu a ação concorrente da União, estados e municípios como corresponsáveis pela garantia da qualidade ambiental (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Como salienta Andreoli (1992, p. 19),

Essas indefinições, aliadas às áreas de vácuo institucional causadas pelo avanço de legislação sem a respectiva estruturação dos órgãos, e aquelas sobreposições já citadas estabeleceram, em alguns casos, dificuldade de identificação da estrutura responsável, por parte da sociedade civil.

O combate à poluição constitui também um dos traços recorrentes das principais reivindicações, mobilizações e organizações vinculadas à defesa de causas ambientais que surgiram nas diferentes regiões brasileiras durante a década de 1970, podendo-se distinguir dois padrões principais de mobilização em defesa de causas ambientais: de um lado, a emergência de organizações especificamente voltadas para a defesa ambiental; de outro, a mobilização de estruturas associativas e comunitárias para obter acesso à agenda política de reivindicações econômicas, políticas e sociais diversificadas. Em certo sentido, as formas de configuração do ambientalismo nas diferentes regiões brasileiras resultam de combinações variadas desses dois extremos da luta em defesa de causas ambientais.

A grande maioria dos trabalhos que examinam a gênese e as transformações ocorridas no ambientalismo brasileiro têm como base o exame das condições e dos processos de formação de organizações e lideranças especificamente voltadas para a proteção ambiental e, de forma predominante, têm como base aquelas que surgiram nas regiões Sul e Sudeste (ANDREOLI, 1992; LOUREIRO; PACHECO, 1995; URBAN, 2001; BONES; HASSE, 2002; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007; OLIVEIRA, 2005, 2008).

Distinguindo-se do conservacionismo existente até então, tais organizações criticavam as características assumidas pela civilização urbano-industrial e tinham entre as suas principais reivindicações o combate à poluição do ar e da água e ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Nesse contexto político nacional fortemente fechado, o discurso contra a poluição não se apresentava como uma contestação política ao “regime autoritário” vigente no Brasil, aspecto esse que, certamente, contribuiu para o sucesso inicial das mobilizações levadas adiante pelos “fundadores” das primeiras organizações ambien-

talistas (OLIVEIRA, 2005; URBAN, 2001). Como bem salienta um dos ativistas do período em depoimento a Dreyer (2004, p. 192): “Não éramos vistos como uma ameaça direta, como subversivos. Nosso discurso era político, mas era um conteúdo difícil de decifrar. Não estávamos falando contra o regime, falávamos contra todo um modelo”. Todavia, mesmo que a ecologia tenha surgido nesse momento como uma espécie de “causa consensual”, trata-se de um discurso cujos “constrangimentos gramaticais particulares”, como salienta Juhem (2001, p. 26) a propósito do discurso humanitário, estão estreitamente vinculados às propriedades dos atores que o enunciam.

Quanto a isso, cabe observar que as lideranças das principais associações e mobilizações ambientalistas constituídas no início da década 1970 reuniam algumas propriedades que resultavam de sua inserção simultânea no espaço internacional e nos espaços nacional e local (PÁDUA, 1992; URBAN, 2001). Nesse contexto, a origem social elevada aparece, primeiramente, como uma das características principais do recrutamento e da seleção aos postos dirigentes nas organizações ambientalistas no início da década de 1970. No caso da região Sul, observa-se que a maioria dos dirigentes das primeiras associações eram filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juízes, de profissionais liberais, como advogados e engenheiros, e de oficiais militares com formação universitária. O fato de se tratar de lideranças recrutadas em famílias de posição elevada e vinculadas às elites dirigentes do “regime autoritário” era uma das condições que possibilitava a redução dos custos que a participação em mobilizações políticas poderia acarretar para os indivíduos nesse contexto.

Tais aspectos estão na origem do padrão geral de militância baseado fundamentalmente na bagagem cultural e política herdada do grupo familiar de origem e resultam em uma concepção de participação política fundada nas relações estabelecidas a partir da esfera familiar. Isso nos conduz a modalidades de inserção e concepções de política “particularística” (CORADINI, 1998), fundadas no “dom” e na “opinião pessoal” que decorrem de sua elevada condição social (BOURDIEU, 1979), e não a formas de participação que pressupõem a aquisição de



recursos militantes mediante filiação ou militância anterior em organizações políticas, partidárias e movimentos sociais. Quando isso ocorre, os recursos militantes adquiridos mediante a participação em associações ambientalistas representam o que Gaxie e Offerlé (1985, p. 111) definem como um “fim suplementar” que permite a tais dirigentes “maximizar outros bens raros” que possuem. Tais características conduzem a concepções e práticas que remetem sua atuação na área de meio ambiente às esferas da “ética”, da “filosofia” e dos “valores morais”.

Nos anos de 1980, ocorreu uma grande diversificação das formas de participação na defesa de causas ambientais (OLIVEIRA, 2005; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Nesse sentido, observa-se um aumento expressivo do número de organizações e de participantes nas mobilizações em defesa de causas ambientais, bem como uma maior diversificação dos tipos de reivindicação e de bandeiras de luta que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças ambientalistas (CARVALHO; SCOTTO, 1995). Assim, pode-se falar da década de 1980 como o marco da “explosão” do número de associações ambientalistas brasileiras. Tal aspecto está relacionado a mudanças ocorridas tanto no contexto político nacional quanto nas dinâmicas próprias do engajamento e da participação política e de suas relações com o espaço de formação e de exercício profissional.

Observa-se que na origem dessas mudanças se encontram, inicialmente, certas transformações vinculadas ao chamado processo de redemocratização. Trata-se de um contexto político em que o Brasil estava iniciando um longo processo de “abertura política” em relação ao regime autoritário e que se caracteriza por uma grande afluência de organizações, grupos e lideranças dos mais diversos setores sociais que se mobilizam contra a ditadura por meio de manifestações de rua pela “democratização” (LINZ; STEPAN, 1999). A partir da segunda metade dos anos 1970, as possibilidades de mobilização do ativismo ambientalista se expandiram acentuadamente, em decorrência de modificações nas “dimensões formais e informais do ambiente político” relacionadas à chamada “abertura política” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 4). Trata-se, mais especificamente, da diminuição da repressão aos protestos sociais em geral; da maior permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações

da “sociedade civil”; da diversificação de lideranças e movimentos sociais com o fim do bipartidarismo; da constituição de redes de aliança entre lideranças da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, da mídia, dos partidos políticos, das elites dissidentes e dos diversos movimentos sociais; da constituição de uma agenda ambientalista internacional após a Conferência de Estocolmo.

Esse contexto foi marcado também por transformações no espaço de formação escolar e profissional decorrentes da expansão e da diversificação do ensino superior. Todavia, muito mais do que uma simples expansão formal, houve, sobretudo, uma acentuada diversificação das redes sociais vinculadas à formação universitária (MISCHE, 1997; CORADINI, 2002). Como demonstra Mische (1997, p. 144), durante esse período, a maioria dos estudantes universitários era socializada, com mais frequência, “fora da escola”, por meio de redes diversificadas de estudo, trabalho e sociabilidade. Em associação com isso, assiste-se a uma ampliação das formas de participação social e política dos estudantes universitários em redes diversificadas de movimentos, partidos e outras organizações que se cruzam nas mobilizações pela “redemocratização”. Esse maior entrelaçamento de organizações diversificadas durante o processo de redemocratização favoreceu o surgimento de redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais extremamente interligadas e intensificou o “fenômeno da militância múltipla” (MISCHE, 1997). Sendo assim, a inserção e a militância anterior e/ou simultânea em múltiplas redes de organização e de movimento social constituem um dos aspectos recorrentes do engajamento e militância em organizações ambientalistas.

Esse conjunto de mudanças nas estruturas políticas propiciadas pelo processo de redemocratização e sua vinculação com a diversificação do ensino universitário contribuíram para a modificação do perfil dos ativistas das associações ambientalistas na medida em que influenciaram a transformação das próprias bases sociais e das dinâmicas de ingresso e de permanência em tal ativismo. Nesse sentido, observa-se que, diferentemente do que ocorria na geração anterior, o momento de ingresso no ativismo ambiental, a partir dos anos 1980,



coincidia com o início da formação universitária e com o processo de entrada no mercado de trabalho. Essa associação do engajamento político com a formação universitária e profissional não ocorria apenas no momento de adesão ao ambientalismo ou no momento posterior à entrada nas organizações ambientalistas. Pelo contrário, a inserção anterior ou simultânea em diversas redes de organização e de “movimento social” constituía um dos condicionantes principais do ingresso, da permanência e da ocupação de postos nas organizações e instâncias que atuavam na defesa de causas ambientais (OLIVEIRA, 2008).

Assim, a maioria dos que entraram no ambientalismo nessa época participaram das mobilizações estudantis pela “abertura democrática” e estavam vinculados, de maneira formal ou informal, a centros e diretórios acadêmicos, a sindicatos e a organizações profissionais, ao mesmo tempo em que se diziam “fundadores” ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. Desse modo, militantes vinculados às lutas estudantis passaram a integrar as organizações de mobilização em defesa de causas ambientais, dando origem a novas associações ambientalistas. Trata-se, portanto, de um período no qual ocorreu uma forte imbricação entre “lutas ambientais” e “sociais” e em que houve uma maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, ONGs “sociais” e grupos herdeiros dos movimentos populares da década de 1970, bem como a incorporação, de forma generalizada, de debates e reivindicações ambientais pelos setores empresariais, órgãos jurídicos, agências governamentais, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

Tais aspectos estão na origem de um padrão geral de participação no ambientalismo bem diferenciado daquele encontrado no período anterior. Trata-se agora de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, que têm como principal base de recursos as inserções e os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com organizações e movimentos sociais diversificados (estudantis, sindicais, partidários, religiosos). Tais características estão na origem de concepções e intervenções que remetem sua atuação na defesa do meio ambiente à capacidade de

submeter a formação escolar e universitária à politização das mais diferentes esferas de atividade com base no intenso engajamento político em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais”.

Em decorrência disso, um dos principais desafios encontrados no estudo do ambientalismo nos anos 80-90 não diz respeito tanto à distinção entre a maior ou menor ausência de participações anteriores desses militantes em outros tipos de organizações, e sim à multiplicidade de vinculações e de posições que eles acumulam simultaneamente em diversas redes de organizações e de “movimentos sociais”. Dito de outro modo, uma vez que a adesão ao ambientalismo não resulta da ruptura ou afastamento de tais vinculações, constituindo-se antes como uma forma de prolongamento das mesmas, o principal desafio na análise desse tipo de ativismo consiste justamente em apreender estas inscrições simultâneas dos dirigentes em redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais” como algo integrado à sua atuação profissional na proteção ambiental. Além disso, na medida em que se trata de atores que se caracterizam pela múltipla inserção e pelo acúmulo de posições simultaneamente em diversas redes de organizações sociais, circunstancialmente novos postos podem ser ocupados nas mais diferentes esferas com base em outras redes de relações às quais tais dirigentes se encontram vinculados.

Com isso, houve um crescimento considerável do potencial de retribuição da participação na defesa do meio ambiente a partir desse período. Isso porque esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras (LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2005, 2008; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Sendo assim, na medida em que os postos profissionais ocupados com base na participação em organizações ambientalistas estão fundados em recursos e vínculos estabelecidos pela inserção anterior ou simultânea das lideranças em organizações e movimentos sociais variados e no maior entrelaçamento entre as redes de liderança que atuam nessas diversas esfe-



ras de atividade, as retribuições obtidas pelo ativismo ambientalista se tornaram extremamente diversificadas.

Exemplos particularmente relevantes disso são as modalidades de carreiras de dirigentes ambientalistas que resultam da articulação do engajamento associativo em organizações ambientalistas com o intenso engajamento em organizações estudantis e partidárias. Tais trajetórias respaldam concepções da participação na defesa do meio ambiente que estão fundadas em princípios baseados na política partidária, no sentido de que esta constitui uma esfera de articulação de militâncias diversificadas e a defesa ambiental um tipo específico de esfera militante que deve estar necessariamente associada a outros tipos de organizações e “movimentos sociais” e, especialmente, à organização partidária (OLIVEIRA, 2008).

A análise das condições de emergência e de transformação das organizações e a caracterização dos padrões e modalidades de carreiras militantes das lideranças ambientalistas possibilitam apreender um conjunto de aspectos vinculados à maior expansão e diferenciação do ativismo ambiental nos últimos anos. Isso porque ela permite evidenciar as relações concretas dos aspectos vinculados às condições de emergência e de transformação da estrutura organizacional e política com as características decorrentes das lógicas sociais do engajamento individual.

No entanto, esse padrão de emergência e de transformação do ativismo ambiental não parece suficiente para explicar uma série de mobilizações que surgiram no país em finais dos anos de 1970 e que, ainda hoje, caracterizam a luta em defesa do meio ambiente. Trata-se daquelas que resultaram da mobilização de estruturas associativas e comunitárias e de organizações políticas e sociais diversificadas com o objetivo de lutar em defesa dos interesses da comunidade, por melhorias nas condições de vida, infraestrutura, urbanização, saúde pública, educação. Tais dinâmicas de mobilização constituem um padrão recorrente de construção de causas ambientais em diferentes regiões do país, desde o início dos anos de 1970.

Em Sergipe, uma das mobilizações emblemáticas dessa forma de luta em defesa de causas ambientais foi a mobilização contra a poluição causada pela implantação da Fábrica de Cimento Portland no bairro América em Aracaju (OLIVEIRA, 2008). Tal bairro ficava próximo à Casa de Detenção de Aracaju e foi povoado em decorrência da vinda constante de parentes dos presos para residir nas proximidades do presídio. No final dos anos de 1960, foi instalada ali a Fábrica de Cimento Portland com a promessa de geração de emprego para a população local. No entanto, pela baixa qualificação da população local, os ocupantes dos principais cargos e ocupações geradas vieram de fora do estado, restando para os que viviam no bairro apenas os baixos salários e a convivência diária com os “impactos negativos decorrentes da poluição atmosférica proveniente da fabricação do cimento” (OLIVEIRA, 2008, p. 89)<sup>2</sup>.

Tal situação foi objeto de uma série de ações de denúncia e de busca de soluções para os problemas causados pela poluição por parte da fábrica. Para isso, foi decisiva a atuação de lideranças da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA) e do pároco da Igreja São Judas Tadeu, edificada na localidade no ano de 1961. Um conjunto de ações denunciando a poluição causada pela fábrica foi inicialmente desenvolvido pelos próprios moradores durante a década de 1970, através de “abaixo-assinados, passeatas, faixas, pichações nos muros da fábrica, entrevistas aos jornais e emissoras de rádio, depoimentos nas missas, panfletos, carros de som para convocar os moradores para as reuniões, encenações de grupos de teatro nas escolas e cartazes” (ibid., p. 96) e, em 1983, com a criação da própria associação de moradores. No entanto, foi a partir do momento em que tal questão foi assumida pelo pároco da Igreja São Judas Tadeu que ela adquiriu maior “credibilidade e visibilidade”. Além de contar com a adesão de outros grupos da Igreja, as ações de denúncia constantemente feitas pelo pároco durante as missas, a re-

<sup>2</sup> As informações aqui reunidas sobre tal mobilização têm como base a dissertação de Valéria Maria Santana de Oliveira (OLIVEIRA, 2008), ainda que tenham sido selecionadas e redigidas conforme os propósitos próprios deste artigo.

alização de reuniões na paróquia e a promoção de abaixo-assinados possibilitaram trazer a público e chamar a atenção das autoridades e da população em geral para os sofrimentos dos moradores do bairro.

Nesse sentido, aos problemas causados pela fábrica de cimento estava associado um conjunto de sofrimentos que afligiam aquela população desde muito tempo: o completo abandono por parte das autoridades políticas e do Estado, a falta de infraestrutura e de saneamento básico responsável pelas péssimas condições higiênicas e sanitárias, as carências socioeconômicas, materiais e das condições de vida que enfrentavam. Por isso, reconhecia-se que, se a poluição causada pela fábrica era o “grande contribuinte para os males respiratórios” e até mesmo para os óbitos atestados, sua maior gravidade decorria de estar combinada com esse conjunto de carências que enfrentava a população. Um dos marcos dessa publicização do problema da poluição e de sua vinculação com os sofrimentos enfrentados pela população foi “a missa celebrada na TV pelo frei Florêncio, onde era dado espaço para que os moradores denunciassem os diversos problemas dos quais eram vítimas” (p. 95).

A associação de diversos problemas sociais à temática ambiental com base na utilização de estruturas associativas, comunitárias e religiosas diversificadas para lutar pela melhoria nas condições de vida, infraestrutura, saúde, etc. constitui um padrão característico das dinâmicas de construção de causas ambientais desde os anos de 1970. Em várias regiões do país, a luta contra a poluição constituiu uma forma de acesso à agenda política de questões econômicas, políticas e sociais (LOUREIRO; PACHECO, 1995; URBAN, 2001; BONES; HASSE, 2002; LEITE LOPES, 2004; OLIVEIRA, 2005; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Essa forma de combinação de reivindicações de ordens sociais diversificadas nas mobilizações ambientalistas não constitui um traço específico da situação brasileira, podendo-se encontrar padrão semelhante em diferentes situações e contextos políticos nacionais (ROOTES, 1999).

Um dos aspectos importantes desse padrão de construção de causas ambientais diz respeito à forma como combina organizações,



lideranças e estruturas comunitárias bastante variadas. Nesse sentido, ele nos mostra os limites das análises do ambientalismo centradas unicamente na investigação das dimensões organizacionais e políticas e dos processos de engajamento individual dos militantes e dirigentes ambientalistas, uma vez que nesses tipos de abordagens tais mobilizações não entram no escopo da investigação. Desse modo, somos conduzidos ao desafio de considerar as dinâmicas de emergência e expansão do ambientalismo no Brasil em suas relações com formas de configuração que resultam de combinações variadas entre as estruturas organizacionais e políticas, os processos de engajamento individual e as dinâmicas de construção de causas ambientais.



## Considerações finais

---

Um dos desafios que, ainda hoje, permeia as análises do ambientalismo no Brasil diz respeito à investigação das condições e formas de expansão e de diversificação regional das organizações, mobilizações e protestos em defesa de causas ambientais. Muito pouco tem sido feito a respeito disso, porque grande parte das investigações se centra no estudo de determinadas realidades locais e pressupõe que os acontecimentos ali observados resultam de dinâmicas mais gerais que dizem respeito ao Brasil como um todo. Isso aparece com mais propriedade nas pesquisas realizadas sobre o ambientalismo na região Sudeste. Nesses casos, as características políticas e culturais próprias de tal região são automaticamente tomadas como propriedades do ativismo ambiental no Brasil. Em outros casos, tais tentativas partem de pressupostos políticos e ideológicos que dividem as regiões do país entre aquelas “mais participativas” e as “menos participativas” (AVRITZER, 2007). Por fim, existem ainda aqueles trabalhos que reduzem as perspectivas dominantes na Europa e nos EUA a problemáticas e interpretações “homogêneas” através da importação de conceitos, metodologias e explicações acabadas para dar conta dos fenômenos associados ao engajamento político no Brasil (GOIRAND, 2010).

Esse artigo pautou-se por preocupações bem diferentes. O foco da análise consistiu em questionar algumas generalizações que têm sido feitas sobre o ativismo ambiental, tais como “profissionalização”, “institucionalização”, etc., com base na investigação dos processos diferenciados de emergência e de consolidação do ambientalismo nas diferentes regiões do Brasil. Assim, pôde-se observar que a investigação dos recursos organizacionais e de suas relações com o ambiente político onde estão inseridos os movimentos sociais constitui uma dimensão pertinente para a apreensão de certas diferenças e particula-

ridades quanto aos princípios e graus de estruturação organizacional dos processos de emergência e desenvolvimento de organizações e mobilizações coletivas. Isso possibilitou a identificação de estruturas organizacionais e políticas vinculadas à defesa de causas ambientais no Brasil que são muito diversificadas e que não correspondem às referidas generalizações. Além disso, as análises dos ativistas e lideranças ambientalistas e de suas dinâmicas de engajamento individual na defesa do meio ambiente possibilitaram apreender o quanto o processo de expansão e diversificação das organizações foi acompanhado por mudanças nas características e nas modalidades e padrões de carreiras militantes daqueles que se engajam nesse tipo de causa. Sendo assim, pode-se dizer que a articulação de análises sobre as estruturas políticas e organizacionais com aquelas voltadas para a apreensão das lógicas sociais do engajamento individual constitui um desafio extremamente relevante para melhor compreender as condições de emergência e de transformação do ambientalismo no Brasil.

No entanto, a incorporação de tal desafio deve levar em conta, também, a necessidade de dedicar maior atenção à investigação dos processos concretos de construção da defesa ambiental como um “problema público” e, principalmente, de sua associação com causas diversificadas (CEFAÏ, 1996, 2009). Nesse sentido, a análise da dinâmica de construção da poluição como uma problemática ambiental em Sergipe trouxe à tona a presença de estruturas organizacionais e comunitárias e de atores que não estavam voltados especificamente para a proteção ambiental. Longe de constituir um caso isolado, observa-se que, em várias regiões do país, a luta contra a poluição constituiu uma forma de acesso de causas diversificadas à agenda política. Por isso, tomar a expansão e a diferenciação do ambientalismo levando-se em conta apenas as organizações e atores voltados especificamente para a defesa do meio ambiente pode nos conduzir à elaboração de quadros bastante distorcidos e que não dão conta da diversidade de formas que as mobilizações e lutas ambientais tomaram nas diversas regiões no decorrer do tempo.

Nesse sentido, mesmo que diversos estudos tenham demonstrado que o contexto político denominado de abertura política e de redemocratização constitui um marco do processo de expansão e de diferenciação regional do ativismo ambiental no Brasil, isso não quer dizer que as dinâmicas de configuração das formas de mobilização em defesa de causas ambientais sejam idênticas nas diferentes regiões do Brasil. Para isso, é necessário dedicar maior atenção às dinâmicas de configuração do ambientalismo com base na comparação das formas de combinação entre estruturas organizacionais e políticas, dinâmicas de engajamento individual e processos concretos de construção de causas ambientais. Dito de outro modo, tal desafio implica que se considere a emergência de organizações especificamente voltadas para a defesa ambiental e a mobilização de estruturas associativas e comunitárias para acesso de reivindicações econômicas, políticas e sociais diversificadas à agenda política, como aspectos interdependentes da luta em defesa de causas ambientais.

Dessa forma, as análises das condições de emergência e das dinâmicas de transformação do ambientalismo no Brasil poderiam, finalmente, operar uma espécie de “descentramento” (BALANDIER, 2006) em relação às comparações que postulam uma hierarquia valorativa entre as situações que têm mais e as que têm menos organização, participação, mobilização, etc., com base na idealização de certas situações ocidentais como protótipo de organização, de ativismo e de mobilização em defesa de causas ambientais. Trata-se, portanto, de colocar no centro da análise a importância de compreender a mobilização em defesa de causas ambientais em sua conexão com diferentes grupos e espaços sociais, bem como em “lugares” e a partir de “categorias” e “práticas” próprias aos atores, as quais muitas vezes são negligenciadas ou tidas como “não políticas” e até mesmo “apolíticas” (MEMMI, 1985). Desse modo, a comparação se direciona para a apreensão das formas de configuração do ambientalismo como resultado de combinações variadas entre estruturas organizacionais e políticas, modalidades de carreiras de ativistas e pluralidade de modos de constituição de coletividades em defesa de causas ambientais.



Ao que tudo indica, tal desafio ainda está muito distante da produção atual, uma vez que ela persiste em priorizar a importação “homogênea” de problemáticas, conceitos e metodologias das principais vertentes dominantes, em vez de priorizar o diálogo e o confronto de tais perspectivas com base na investigação concreta das semelhanças e particularidades colocadas pelas condições de emergência e dinâmicas de transformação do ambientalismo no Brasil.



## REFERÊNCIAS

---

ABONG. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **ONGs no Brasil: perfil das associadas à Abong**. São Paulo: Abong, 2006.

AGRIKOLIANSKY, E. **La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945**. Paris: L'Harmattan, 2002.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. A. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos CEPRAB**, 79, p. 151-167, nov. 2007.

ALONSO, Â.; COSTA, V. Ciências Sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB**, ANPOCS, n. 53, p. 35-78, 2002a.

\_\_\_\_\_. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, p. 115-135, 2002b.

\_\_\_\_\_. As teorias dos movimentos sociais – um balanço do debate. São Paulo, **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009.

ANDREOLI, C. V. Principais resultados da política ambiental brasileira: o setor público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 10-31, 1992.

ANQUENTIN, V. Produire une politique municipale de l'environnement: La regulation des interactions des acteurs locaux par l'"expertise" In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. **Discours savants, discours militants: mélange des genres**. Paris: L'Harmattan, p. 129-151, 2002.

AVRITZER, L. (org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BALANDIER, Georges. Voir ailleurs, pouvoir ici. **Raisons Politiques**, n. 22, p. 15-22, maio 2006.

BONES, E.; HASSE, G. **Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

- BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-36, 1987.
- CARVALHO, I. C. de M.; SCOTTO, G. (coords.). **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphos, p. 25-101, 1995.
- CEFAÏ, D. Comment se mobilise-t-on? L'apport d'une approche pragmatiste à la sociologie de l'action collective. **Sociologie et Sociétés**, v. 41, n. 2, p. 245-269, 2009.
- CEFAÏ, D. La construction des problèmes publics: Définitions de situations dans des arènes publiques. **Réseaux**, v. 14, n. 75, p. 43-66, 1996.
- CORADINI, O. L. Escolarização, militância e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et al. (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 103-153, 2002.
- \_\_\_\_\_. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FELIX, L. O.; ELMIR, C. P. (Orgs.). **Mitos e heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 219-240, 1998.
- DEVAUX, S. **Engagements associatifs et postcommunisme**: Le cas de la République Tchèque. Paris: Belin, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Les nouveaux militantismes dans l'Europe élargie. Paris: L'Harmattan, 2005b.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. **La mondialisation des guerres de palais**: La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys". Paris: Seuil, 2002.
- DIANI, M.; McADAM, D. (eds.). **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2003.
- DREYER, L. **Sinfonia inacabada**: a vida de José Lutzenberger. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.
- EDER, K. **A nova política de classes**. Bauru (SP): EDUSC, 2002.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.
- GALLET, G. L'expertise, outil de l'activisme environnemental chez Greenpeace

France. In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M.; VERRIER, B. **Discours savants, discours militants: mélange des genres**. Paris: L'Harmattan, p. 109-128, 2002.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (org.). **Les élites socialistes au pouvoir: Les dirigeants socialistes face à l'État: 1981-1985**. Paris: PUF, p. 105-138, 1985.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOIRAND, Camille. Penser les mouvements sociaux d'Amérique Latine: Les approches des mobilisations depuis les années 1970. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 60, n. 3, p. 445-466, 2010.

GUIMARÃES, R. M. A. M. **Estado e política ambiental em Sergipe**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão, 2008.

JUHEM, P. La légitimation de la cause humanitaire: Un discours sans adversaires. **Mots**, n. 65, p. 9-27, 2001.

LANDIM, L. Experiência militante: história das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, n. 1, p. 215-239, 2002.

LEITE LOPES, J. S. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-1992). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 137-153, out./dez. 1995.

MAFRA, H. (org.). **Desafios e perspectivas do movimento ambientalista no Brasil**. Brasília: Fundação Francisco, 1995.

MATHIEU, L. Contexte politique et opportunités. In: FILLIEULE, O.; AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. **Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découverte, p. 39-54, 2010.

\_\_\_\_\_. Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l'analyse des mouvements sociaux. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 52, n. 1, p. 75-100, 2002.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. O capital militante: tentativa de definição. Tradu-

ção: Ernesto Seidl. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 155, p. 5-11, 2004.

McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (eds.). **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1996.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, May 1977.

MEMMI, D. L'Engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. **Traité de Science Politique**: v. 3: L'action politique. Paris: PUF, p. 310-366, 1985.

MENEZES, C. L. Emergência e evolução da política ambiental urbana no Brasil: do Estado Novo à Nova República. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 70-95, jan./fev. 1995.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 134-150, 1997.

NÉVEU, E. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 1996.

OLIVEIRA, V. M. S. **Movimento social e conflitos socioambientais no Bairro América – Aracaju/SE**: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000). 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFS, Aracaju, 2008.

OLIVEIRA, W. J. F. de. **“Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênese e redefinições do militância ambientalista no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008.

\_\_\_\_\_. Abertura política, militância múltipla e proliferação de protestos públicos em defesa de causas ambientais. **Cadernos CERU**, São Paulo: USP, v. 20, p. 223-239, 2009.

\_\_\_\_\_. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, p. 49-77, 2010.

OLLITRAULT, S. Les écologistes français, des experts en action. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, p. 105-130, février-avril, 2001.

\_\_\_\_\_. De la caméra à la pétition-Web: Le répertoire médiatique des écologistes. **Réseaux**, Paris: Hermès Science Publications, n. 98, p. 153-185, 1999.

PÁDUA, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice, p. 190-216, 1992.

PASSY, F. **L'Action altruiste**. Paris-Genève: Droz, 1998.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PIERRU, E. Organisations et ressources. In: FILLIEULE, O.; AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. **Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découverte, p. 19-38, 2010.

ROOTES, C. (Ed.). **Environmental movements: local, national and global**. London: Frank Cass, 1999.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-68, 1986.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, p. 21-4, 2009.

SIMÉANT, J.; DAUVIN, P. **Le travail humanitaire: Les acteurs des ONG, du siège au terrain**. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TONI, F. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 79-104, 2º semestre de 2001.

URBAN, T. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil, 1971-1991: da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 12, p. 132-161, 1992.



WAGNER, A-C. Syndicalistes européens: Les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 155, p. 13-34, décembre de 2004.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKY, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



# Capítulo II

## Redes Sociais, Trajetórias e Oportunidades Político-Culturais na Mobilização “Homossexual” em Aracaju (1981-1985)

Marcos Ribeiro de Melo<sup>1</sup>

---

Até recentemente, do ponto de vista histórico, pensar a si mesmo/a como um/a “homossexual” não era algo possível. Foucault (1988) data a invenção do personagem “homossexual”, psíquica e morfologicamente diferenciado, no século XIX<sup>2</sup>. Dentro desta mesma perspectiva, Hocquenghem (1980) afirma que este personagem permitiu abstrair um novo tipo social, tendo como ponto de partida os atos sodomitas, mas diferenciando-se destes, na medida em que “não eram mais os atos amaldiçoados por Deus que a sociedade punia, e sim uma identidade que ela reivindicava como causa final de tais atos, uma construção personológica racional” (p. 8).

O capitalismo industrial, a crescente urbanização das cidades e as proliferações discursivas médica-psiquiátrica, jurídica e literária sobre as práticas homoeróticas são elementos propiciadores, segundo as análises de alguns estudiosos (FOUCAULT, 1988; D’EMILIO, 1998; GREEN, 2000a, 2000b; GREEN; POLITO, 2006; FIGARI, 2007), do surgimento de uma “identidade homossexual” na segunda metade do século XIX tanto no Hemisfério Norte quanto na linha abaixo do

<sup>1</sup> Professor Assistente II da Universidade Federal de Sergipe (Departamento de Educação). Doutor em Sociologia (PPGS/UFS).

<sup>2</sup> Apesar da emergência, na década de 1970, do debate construtivista sobre a “homossexualidade” em oposição a uma discussão essencialista sobre o tema, muitos trabalhos, principalmente aqueles cujos autores se destacam como agentes engajados (TREVISAN, 2009; MOTT, 1994; 2003), reivindicam sua “universalidade temporal e espacial”.

Equador. Todavia, foi somente na segunda metade do século XX que estas condições possibilitaram “a constituição de um discurso ‘de reatção’: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (FOUCAULT, 1988, p. 96).

O presente artigo parte de duas premissas. A primeira é a de que, sendo a “homossexualidade” uma realidade linguística e historicamente circunscrita, e não uma realidade “natural” (COSTA, 1995; 2002), sua mobilização política é um espaço de produção e de disputas em torno de discursos sobre a “homossexualidade”. A segunda diz respeito à existência de mudanças neste tipo de mobilização na cidade de Aracaju/SE ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, em específico no que tange à consolidação dos discursos de afirmações identitárias, evidenciadas através do aumento da visibilidade social das “homossexualidades”; da diversificação dos segmentos identitários; do apoio e reconhecimento das “causas do movimento” pelo Estado; do incremento dos investimentos financeiros públicos nas atividades; da ampliação das redes sociais das instituições e de uma incipiente produção de expertises pelos agentes do movimento LGBT<sup>3</sup>.

A partir destas compreensões, o trabalho investiga as condições histórico-sociais de constituição do movimento “homossexual”<sup>4</sup> na cidade de Aracaju/SE. Estas condições são analisadas a partir das trajetórias de dois ativistas (dirigentes) do Grupo Dialogay de Sergipe, levando-se em conta as redes sociais estabelecidas, as causas defendidas pelos agentes, além das oportunidades e restrições político-

<sup>3</sup> Sigla referente ao Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

<sup>4</sup> Utilizamos a denominação movimento “homossexual” durante todo o texto para nos referirmos à mobilização existente no Brasil até o final da década de 1980 e início dos anos 1990. O movimento adotou as siglas GLT e, posteriormente, GLBT somente a partir de 1993 (FACCHINI, 2004). Em 2008, durante a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, convocada pelo governo Lula, as lideranças modificaram a posição para LGBT.



-culturais entre 1981 e 1985, anos de criação e do primeiro arrefecimento das atividades do grupo registradas em seus livros de atas. Como fontes para o trabalho foram utilizadas atas de reuniões, correspondências ativas da organização, jornais, entrevistas biográficas e trabalhos sobre a instituição.

O artigo está dividido em duas partes: na primeira o leitor encontrará um debate acerca das escolhas teóricas norteadoras da análise, fundamentadas nas categorias de “oportunidades político-culturais” (TARROW, 2009; McADAM, 2002), de redes sociais (DIANI, 2009; PASSY, 2009) de “processo de identificação” (BRUBAKER; COOPER, 2000) e de “trajetória” (LEVI, 2006).

Esclarecidos os recortes teóricos que nortearão nossa análise, num segundo momento, debruçar-nos-emos sobre as condições de constituição do movimento “homossexual” em Sergipe e a análise dos itinerários dos agentes.

## 2.1. Sobre as categorias analíticas: trajetórias, redes sociais e oportunidades político-culturais

As distintas modalidades de mobilização coletiva pós década-de 1960, a princípio surgidas em países do Hemisfério Norte, a exemplo do movimento ambientalista, do movimento étnico-racial, do movimento feminista e do movimento “homossexual”, inquietaram os estudiosos a partir da percepção de que os modelos interpretativos então disponíveis, como o “marxista tradicional” ou o paradigma norte-americano de “mobilização de recursos”, eram inadequados para as análises dos movimentos que naquele momento apareciam.

Entre estes modelos interpretativos, destacam-se o “Modelo Institucional/Organizacional” e o “Modelo dos Novos Movimentos Sociais”. Os debates produzidos pelas duas teorias

[...] se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal.

As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 53).

O “Modelo dos Novos Movimentos Sociais” criou esquemas interpretativos que enfatizam “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 1997, p. 121). Apesar de ser possível encontrar diferentes perspectivas analíticas no modelo dos “Novos Movimentos Sociais”, Pichardo (1997) aponta a existência de um conjunto de crenças e de conceitos centrais que poderiam ser resumidos na percepção de que este modelo é produto da mudança de uma economia industrial para uma pós-industrial. Desta maneira,

[...] a primeira reivindicação do paradigma dos novos movimentos sociais é que os movimentos contemporâneos são fundamentalmente diferentes em suas características daqueles movimentos do passado. Estas diferenças aparecem na ideologia e objetivos, táticas, estrutura e nos participantes dos movimentos contemporâneos (PICHARDO, 1997, p. 414).

Corroborando esta análise, Laclau (1986), um dos teóricos deste modelo interpretativo, assevera que as “novas lutas” geraram uma crise dos modelos tradicionais das ciências sociais no que tange à caracterização dos agentes sociais e às normas assumidas pelos conflitos entre eles. Laclau aponta três características denominadas de “conceituações tradicionais dos conflitos sociais” com as quais os “novos movimentos sociais” rompem diretamente: 1) a determinação das identidades dos agentes vinculadas às suas pertencas à estrutura social (“camponeses”, “burgueses”, “pequeno burgueses”, etc.); 2) a determinação dos conflitos em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário, teleológico, onde se compreende que os objetivos de mudanças sociais são alcançados não pela conscientização de seus agentes, mas por um movimento subjacente à História; 3) a redução dos espaços de conflito.

Ideologicamente, os “novos movimentos sociais” não focariam seus objetivos na redistribuição econômica, tendo sua ênfase na qualidade de vida e na preocupação com estilos de vida. Deste

modo, nesta perspectiva analítica, “esses ‘novos movimentos sociais’ não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, ‘no nível dos próprios problemas sociais’, seriam agentes de pressão social, voltados por persuadir a sociedade civil” (ALONSO, 2009, p. 60-61).

Goirand (2009), por sua vez, vê com ressalvas as “novidades” dos “novos movimentos sociais”. Para ela, estes movimentos têm a comum aspiração pelas mudanças sociais e políticas dos movimentos operários, e, ressalta a autora, esta categoria analítica foi empregada equivocadamente para “mobilizações muito heterogêneas, manifestando-se em ambientes políticos e sociais de uma extrema diversidade” (ibid., p. 325).

A respeito desta relação dos movimentos com o poder estatal, Gohn (2008) identifica contemporaneamente uma alteração do papel do Estado nas relações com a sociedade civil, denominado por ela como um papel contraditório, pois teria como mecanismo a cooptação do “sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protesto, agora parcialmente mobilizado por políticas sociais institucionalizadas” (p. 13). Desta maneira, a autora percebe uma fragilização dos movimentos sociais no Brasil a partir da década de 2000, pois:

[...] eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. Sabe-se que a conquista do poder político por setores que anteriormente estavam na oposição, em importantes aparelhos do Estado, levou à ampliação de políticas sociais voltadas para os excluídos, para criar redes de proteção aos chamados bolsões humanos de vulnerabilidade social. Mas isso não significa que houve fortalecimento das organizações populares. Ao contrário, muitas delas enfraqueceram-se. Seus líderes foram cooptados pelos aparelhos estatais e suas políticas compensatórias (GOHN, 2008, p. 60).

A percepção de Gohn expõe uma dicotomização nos modelos teóricos que, ou veem no Estado e nos processos de institucionalização a

destruição das mobilizações coletivas, ou vislumbram nestes mesmos elementos oportunidades político-culturais para seu fortalecimento e manutenção. Goirand (2009) interpreta estas perspectivas e as pesquisas fundamentadas nelas como vinculadas a posturas não distanciadas, que se esquivam da necessidade de observar as relações de forças e os diferentes contextos. Desta maneira, a autora percebe que um ponto de partida para as pesquisas deve ser a “hipótese de uma *dinâmica de interações múltiplas* entre os diferentes atores da ‘política contestatória’ que pode ser confirmada tanto pelos *percursos individuais dos militantes* quanto por sua *multiposicionalidade* ou pela convergência da contestação para certas organizações” (ibid., p. 340, grifo nosso).

Nesta direção, Gaxie (1977) aponta que tanto as contribuições dos agentes ao militantismo quanto suas recompensas/retribuições são resultado da relação entre as suas propriedades sociais (agentes) e os recursos da instituição à qual ele se vincula. As proposições deste autor servem como possibilidade explicativa das condições de sustentação de uma instituição a partir de uma série de lógicas de diversas ordens: afetivas, ideológicas, humanitárias, financeiras, etc.

Neste sentido, parece interessante à nossa análise a categoria de trajetória proposta por Bourdieu, na medida em que ela nos possibilita o acesso aos códigos de leitura que garantem aos agentes a posse da “política” com “autoridade”. A “trajetória” não deve ser confundida com “biografia” ou “história de vida” como comumente se empregam tais termos em alguns trabalhos acadêmicos, quando estes tratam a vida “como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos” (BOURDIEU, 1996, p. 76). Deve-se ter em conta o fato de que o agente, ao narrar sua “história de vida”, está construindo uma apresentação oficial de si, fundamentalmente cronológica e contínua. Por sua vez, a noção de “trajetória” implica a compreensão de que o agente ocupa uma série de “posições”, em um espaço em constante devir, submetido a transformações e, portanto, descontínuo.

Além disso, segundo Levi (2006), para Bourdieu, as trajetórias servem para ilustrar formas típicas de comportamento ou *status*, não sendo de uma pessoa singular, mas de um indivíduo que concentra



todas as características de um grupo. Desta feita, na construção das biografias há uma preocupação com o estabelecimento das “normas e regras estruturais (estruturas familiares, mecanismos de transmissão de bens e de autoridade, formas de estratificação ou de mobilidade sociais etc.)” (ibid., p. 175).

Para Fillieule (2001), quando aplicada ao engajamento político, a noção de trajetória permite perceber o militantismo como processo.

Ou seja, de trabalhar junto as questões das predisposições ao militantismo, da passagem ao ato, das formas diferenciadas e variáveis do tempo tomado pelo engajamento, de sua multiplicidade de engajamentos ao longo do ciclo de vida (ausência e deslocamento de um coletivo a outro, de um tipo de militantismo a outro) (FILLIEULE, 2001, p. 201).

Ainda na tentativa de compreender o engajamento individual das lideranças da mobilização “homossexual”, recorrer-se-á ao desvendamento das redes sociais às quais os agentes estão vinculados. Segundo Diani (2009), o uso da categoria “redes sociais” tem ganhado interesse nas ciências sociais por sua flexibilidade e por permitir pesquisas de fenômenos em mudança. Além disto, permite estudar as relações entre as macro e microestruturas e direciona os interesses das pesquisas aos mecanismos sociais e dinâmicas específicas dos movimentos, como: recrutamento, *framing*, adaptação tática de repertórios de ação e as redes sociais.

As redes sociais conectam os ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes a redes privadas e públicas. Amigos pessoais, parentes, colegas, vizinhos podem afetar a decisão de se envolver em um movimento. Os indivíduos podem também ser vinculados através de redes indiretas, geradas por articulação com atividades específicas e/ou eventos (DIANI, 2009).

Para Passy (2009), as redes sociais intervêm também na construção e socialização de identidades que habilitam os indivíduos a estabelecer uma proximidade cultural, criando disposições iniciais de participação. Elas também influenciam as definições e percepções

individuais que capacitam os agentes a decidirem acerca de seu envolvimento e o nível de intensidade deste.

Complementando o quadro teórico de nossa pesquisa, fazemos uso da categoria de “estruturas de oportunidades políticas”. Segundo Tarrow (2009), os confrontos políticos dependem da mobilização, da criação de meios e da capacidade de ação coletiva, estando relacionados e limitados pelas oportunidades políticas, mais do que pelos fatores econômicos e sociais. Ampliando esta perspectiva analítica ao tornar os fatores culturais e cognitivos vinculados às “estruturas de oportunidades políticas” e centrais aos estudos dos movimentos sociais, McAdam (2002) afirma ser difícil separar as mudanças objetivas das oportunidades políticas e os processos subjetivos de construção social e atribuição de sentido à participação dos sujeitos nos movimentos.

Ainda segundo ele, “[...] o analista de um movimento social tem duas tarefas: dar conta dos fatores estruturais que tenham reforçado objetivamente os grupos de oposição e analisar os processos que incidem na atribuição de significado e importância de algumas condições políticas modificadas” (McADAM, 2002, p. 47).

As considerações de Tarrow e McAdam reforçam a compreensão de que os movimentos sociais não são simples agregados de identidades e interesses, sendo sua atividade “uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 33).

Armstrong (2005), ao analisar a cristalização do movimento “lésbico” e “gay” na cidade de São Francisco (EUA) entre os anos de 1969-1973, através da rápida proliferação de uma diversidade de novas organizações “gays”, em contraste com a preexistência de organizações “homófilas” entre os anos de 1950-1960, assevera serem estas o resultado de decisões políticas tomadas em um contexto historicamente específico. Deste modo, no início da década de 1970:

[...] o relaxamento das crenças sobre a impossibilidade de uma mudança estrutural maior nos Estados Unidos, combinado com a interação intensa característica de crises e a interseção de distintas tradições culturais, criaram um contexto incomum de criativi-



dade coletiva. O encontro com a “New Left” apresentou aos ativistas homossexuais novas maneiras de pensar sobre a organização em torno da sexualidade. A apresentação de uma nova lógica identitária gerou novas estratégias como o “coming out”, paradas do orgulho, grupos de rap e “ataques culturais”. “Coming out”, a prática de revelar a identidade sexual para ganhos psicológicos, culturais e políticos, parece óbvia agora. Contudo, até que os ativistas homossexuais estivessem aptos a conceber a revelação pública da sexualidade como produtiva politicamente, a prática não se desenvolveu e não teria sido desenvolvida. Estas novas estratégias se desenvolveram através de diversos meios, neste caso, a combinação de elementos da “New Left” com os caminhos do movimento homossexual (ARMSTRONG, 2005, p. 175).

Desta forma, é clara a inadequação do uso da “identidade” como categoria analítica, na medida em que esta designa uma “condição” e, como é perceptível nas definições acima, os processos que envolvem as “construções identitárias” são complexos e englobam múltiplas esferas.

Numa pertinente crítica ao uso da “identidade” como categoria analítica, Brubaker & Cooper (2000) afirmam que as ciências sociais se renderam ao termo “identidade”, fato que acarretou custos intelectuais e políticos, pois se trata de uma categoria pouco clara e ambígua, que oscila entre teorizações que concebem as identidades como “essências” ou como “múltiplas, fragmentadas e fluidas”.

Como alternativa às confusões semânticas e às contradições geradas pelo uso da “identidade”, Brubaker & Cooper (2000) sugerem a utilização de outros recursos terminológicos: 1) processos de identificação, 2) autocompreensão, 3) *commonality*, *connectness*, *groupness*. Interessam-nos em específico os “processos de identificação”, termo que objetiva especificar os agentes que fazem a “identificação”, não se pressupondo que este processo (mesmo quando realizado por agentes poderosos, como o Estado) resultará necessariamente numa uniformidade interna. Essa “identificação” de si mesmo e de outros é intrínseca à vida social. Todavia, “a maneira como alguém identifica a si mesmo – e como alguém é identificado por outros – pode variar enormemente de um contexto para outro; a identificação de si e de outros é fundamentalmente situacional e contextual” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 14).

Apesar de o Estado ser o mais poderoso “identificador” por possuir recursos simbólicos e materiais para impor categorias e esquemas classificatórios, ele não é o único, pois “a categorização é um processo crucial nos ‘trabalhos institucionais’ em todos os tipos de espaços sociais, incluindo famílias, firmas, escolas, movimentos sociais e burocracias de todos os tipos” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 16). Deste modo, compreende-se que a mobilização política homossexual também contribui para a “identificação” da “homossexualidade” a partir da apropriação discursiva, forjada em sua naturalização a partir dos discursos psiquiátricos, como nos apontou Foucault (1988).

A partir destes referenciais analíticos, podemos nos debruçar sobre os dados de campo para realizarmos a análise da realidade da mobilização “homossexual” aracajuana no final da década de 1970 e início de 1980.

## 2.2. Modos de ação coletiva “homossexual” em Aracaju e a trajetória de lideranças (1970–1985): religião, filantropia, arte e “desmunhecação”

Os primeiros registros de um agrupamento de “homossexuais” em Aracaju remetem à década de 1970, com a formação de uma “comunidade homossexual católica” numa casa paroquial no bairro periférico do Siqueira Campos, na zona oeste de Aracaju (CINFORM, 2010, p. 4). Um de seus participantes, que em 1981 fundaria o “Grupo Dialogay de Sergipe”, assim descreve as atividades:

Como as Genis do Chico Buarque, os homossexuais mais afetados e cheios de maneirismos não tinham paz. Parece que eram feitos pra apanhar e pra cuspir. Era uma época difícil. Estávamos no final dos anos setenta e nos encontrávamos num bairro de periferia. Mas as criaturas saiam às ruas, me lembro muito bem, lá vinha coió, vaias e toda sorte de agressões e de humilhações. Xingamentos dos mais diversos. Eu, que vim de um lar cristão e sempre fui revoltado contra as injustiças, me aliei a um sacerdote que abriu as portas da sua casa paroquial, para dar espaço e ministrar aos homossexuais um conforto espiritual e uma palavra amiga. (I.C.L., 2005).



O período da ditadura militar foi pouco propício para o surgimento de uma mobilização política homossexual. Este cenário começou a se modificar, de maneira mais efetiva, a partir de 1978, no final do governo de Ernesto Geisel, com o arrefecimento do regime e o conseqüente retorno às ruas do movimento estudantil e dos operários dos setores de ponta das indústrias às greves. Embaladas por esse horizonte de mudanças, “[...] outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir. Homossexuais que se apresentavam como uma ‘minoridade oprimida’ juntavam-se, à sua maneira, ao coro de oposição à ditadura” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 81).<sup>5</sup>

Na cidade de São Paulo, em abril daquele mesmo ano, foi fundado aquele que é considerado o primeiro jornal de mobilização política em defesa da “homossexualidade” no Brasil, o *Lampião da Esquina*<sup>6</sup> e também o *Grupo Somos*, a primeira “organização duradoura e bem-sucedida de liberação de gays” (GREEN, 2000a, p. 432), que daria início à “primeira onda” do movimento “homossexual” no Brasil (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

<sup>5</sup> Nos Estados Unidos da América, neste mesmo período, em específico na cidade de São Francisco, o movimento identitário “gay” é descrito por Armstrong (2002) como culturalmente vibrante e politicamente poderoso. “Em 1979 havia mais bares gays em São Francisco do que em qualquer outro momento. As paradas anuais do dia da liberdade cresciam em enormes proporções. Um fluxo contínuo de novas organizações era criado em torno da identidade gay” (p.154).

<sup>6</sup> *Lampião da Esquina* reunia em seu conselho editorial uma significativa rede de “homossexuais” de classe média (jornalistas, escritores e intelectuais), entre eles: o antropólogo Peter Fry, o cineasta e crítico de cinema Jean-Claude Bernadet, o pintor Darcy Penteado, o então repórter e escritor Aguinaldo Silva, o crítico musical da revista *Veja* Antonio Chrysóstomo, o jornalista, escritor e ex-diplomata Gasparino Damata e os ativistas João Mascarenhas e João Silvério Trevisan (ambos com experiências em movimentos políticos homossexuais fora do Brasil) (GREEN, 2000a; FIGARI, 2007; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Nota-se entre os participantes um alto nível de titulação e, em alguns casos, experiências de internacionalização.

O *Lampião da Esquina* começou a ser divulgado e comercializado<sup>7</sup> em Aracaju, no ano de 1980, por um jovem operador de fotocópia e atendente em um cartório na capital chamado I.C.L.<sup>8</sup> Seu contato com o jornal, segundo relato, deu-se numa de suas participações, como estudante secundarista do Colégio Atheneu Sergipense, em uma das reuniões da “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência” (SBPC) ao final da década de 1970 (I.C.L., 2010a). O lançamento da revista aconteceu no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, com a presença da “transformista” baiana Suzana Vermont, personagem da noite soteropolitana naquele período (I.C.L., 2008).

A exposição do seu nome e endereço no folheto, como seu divulgador em Sergipe, resultou na vinda a Aracaju de K.M.S., presidente e fundador do primeiro Grupo Gay da Bahia (G.G.B.), com a proposta de criar uma organização, dentro dos mesmos moldes, em Aracaju<sup>9</sup>. I.C.L. se reuniu com alguns amigos<sup>10</sup> em sua residência, localizada em uma vila no centro da cidade, e fundou, no dia 14/03/1981, o “Grupo Dialogay de Sergipe” (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981).

K.M.S. se fez presente não somente na criação do grupo, mas também estabeleceu uma relação de contínuo incentivo à instituição, dispondo-se a participar das suas atividades, como se pode notar no trecho de uma carta destinada a I.C.L. em 15/08/1981 com o objetivo de realização de atividade em conjunto:

<sup>7</sup> Ressalta-se, entretanto, que, em sua entrevista, I.C.L. apresentou-se inicialmente não como divulgador da revista, mas como um de seus organizadores.

<sup>8</sup> Utilizamos iniciais fictícias para nos referir aos entrevistados e participantes do movimento.

<sup>9</sup> Estas afirmações são contestadas pelo vice-presidente do grupo no mesmo período. Segundo sua versão, o presidente do G.G.B. foi contatado pelos futuros componente do Dialogay para que o mesmo os auxiliasse na fundação de um grupo de mobilização “homossexual” em Aracaju.

<sup>10</sup> Em entrevista, T.D.U., então vice-presidente do Dialogay neste período, afirmou que o grupo era composto por amigos que haviam se conhecido em pontos de Aracaju frequentados por gays no início da década de 1980 (Praça Fausto Cardoso, Sorveteria Yara, banho doce na Praia de Aruana e Praia da Atalaia Nova). O perfil profissional dos participantes era variado, e incluía um cozinheiro, um bailarino, um decorador e dois cabeleireiros, tornando possível inferir que, provavelmente, tinham baixa escolaridade.



Querido I.C.L. e amigos do Dialogay, obrigado pela carta de 29/07 e as xerox do jornal. Continuem trabalhando sério, pois nossa causa merece. [...]. (I.C.L.) você tem liberdade para programar uma conferência ou palestra que poderia ter algum destes temas, você escolhe o que achar melhor: 1) História e Antropologia da sexualidade; 2) Homossexualismo e Heterossexualismo. Quanto ao encontro de São Cristóvão, quando eu for aí a gente acerta detalhes. Precisamos escrever para Recife e João Pessoa para fazer os convites. Quando eu for aí, nós conversamos tudo: barraca, alojamento, debates, etc. Do sul não virá ninguém, mas faremos uma prévia do 2º EGHON<sup>11</sup> aí em São Cristóvão (23 – 25 de outubro). (K.M.S., 1981).

Reforçando esta percepção, ao ser questionado em entrevista sobre a participação da liderança do G.G.B. junto ao Grupo Dialogay, I.C.L. afirma:

O líder do G.G.B., como militante, como professor da UFBA, como pesquisador da “classe”, [...], uma pessoa formada pela Sorbonne em Paris, ele não só ajudou a fundar o Dialogay, como tentou apoiar e fundar outras organizações LGBT na Bahia. E daí, eu sei que, depois do lançamento (do *Lampião na Esquina* em Aracaju), K.M.S. veio apoiar, veio dar palestra, mandava representantes, doou vários livros pra gente, cartazes, panfletos e divulgou o Dialogay. (I.C.L., 2010a).

A participação de K.M.S. pode ser caracterizada como uma oportunidade política que Tarrow (2009) denomina de “aliado influente”. Os títulos escolares de K.M.S., evocados na fala de I.C.L., refletem a importância dos mesmos para o grupo em sua legitimação<sup>12</sup>. Um dos protagonistas e pioneiros da militância “homossexual” brasileira, pro-

<sup>11</sup> Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados do Nordeste.

<sup>12</sup> É pertinente a esta reflexão registrar que, durante a minha inserção no campo para a coleta de dados, tenho sido constantemente convidado por alguns agentes (lideranças) a assumir atividades como: coordenação de atividades da organização, participação em mesas de eventos, escrita de projetos, entre outras. Isto corrobora a percepção da importância dos títulos escolares para o campo de mobilização política “homossexual/LGBT” e a constituição de uma rede social, composta por *experts*, que possam auxiliar os grupos em suas atividades e na defesa de suas múltiplas causas.

fessor universitário e doutor em Antropologia, a atuação de K.M.S. junto ao Dialogay indica uma “transferência” dos seus capitais militante<sup>13</sup>, intelectual e social à liderança do incipiente grupo, que gerou credibilidade à sua formação inicial e à sua permanência no cenário nacional e no próprio estado<sup>14</sup>, pois, diferentemente das formações dos outros grupos, onde a presença de intelectuais era notória, em Sergipe o movimento fora iniciado por estudantes secundaristas.

Por sua vez, a forte socialização religiosa de I.C.L. e sua experiência política como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado, no ano de 1980, foram também importantes na manutenção da organização. Nascido no ano de 1954, filho do meio de uma prole de 15 de uma família evangélica de poucos recursos, teve forte socialização religiosa. Sua mãe era dona de casa e zeladora da igreja que frequentavam, e seu pai era guarda noturno do município de Aracaju, ambos com baixo nível de escolarização (pai analfabeto e mãe com 1º grau incompleto). I.C.L., no início de sua adolescência, ao final da década de 1960, teve participação ativa na sua congregação, assumindo o posto de “presidente de classe da juventude” e “profes-

<sup>13</sup> De acordo com Matonti & Poupeau, o capital militante é uma dimensão do engajamento que diz respeito às aprendizagens adquiridas, em boa parte, no campo político, nele se valorizando, mas também se reconvertendo em outras esferas. É imprescindível, todavia, salientar a importância crescente, segundo os autores, do capital escolar para a aquisição do capital militante, pois sua transmissão tem se dado “cada vez menos em seus locais tradicionais e de geração em geração” (MATONTI; POUPEAU, 2004, p. 7), sendo as competências escolares a alavanca para sua aquisição.

<sup>14</sup> Apesar disto, não é incomum encontrar nas atas e correspondências do período relatos de “perseguição” e “rejeição” em relação à organização e a seus propósitos. Sobre a vinda do líder do G.G.B. à primeira palestra no Dialogay, por exemplo, um de seus integrantes, numa carta endereçada ao G.A.L.F./SP (Grupo de Ação Lésbica Feminista), expressa seu descontentamento em relação à Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur), que denominou de “máfia forte”, por ter cancelado a disponibilidade de seu auditório para o evento. Na ata do grupo referente à reunião do dia 12/09/1981, descreve-se: “o grupo todo foi à EMSETUR reclamar sobre a porta fechada para a realização da palestra do Professor da UFBA que debateria o tema “Sexualidade na Antropologia”, e nos liberaram a taxa no valor de CR\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) com as despesas gastas” (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981, p. 1).



sor de classe” numa igreja em Recife/PE. Lá aprendeu a mobilizar as pessoas e a realizar eventos (I.C.L., 2010a).

Após conflito com o pastor de sua instituição religiosa, que dizia respeito à sua orientação sexual, desvinculou-se do credo protestante, ingressando na Igreja Católica na década de 1970, na qual fundaria, de maneira clandestina, com a participação de um padre, uma “Comunidade Católica Homossexual”. “A gente se reunia no fundo da casa dele (do padre) para falar de Deus para a juventude homossexual, que não era pecado [...]” (I.C.L., 2010a).

Quanto à trajetória escolar, I.C.L. realizou seus estudos em escolas públicas, inicialmente no Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, indo posteriormente para o Colégio Costa e Silva e depois para o Colégio Atheneu Sergipense, onde cursou o segundo grau, não o concluindo. Ao ser questionado sobre a importância e utilidade de sua formação escolar, I.C.L. afirma que, além de ter possibilitado sua aprovação em um concurso público<sup>15</sup>, sua passagem pela escola lhe rendeu aprendizagens úteis à militância (I.C.L., 2010b).

Ao realizarem um balanço das atividades desenvolvidas pelo grupo desde sua criação até o ano de 1983, numa carta direcionada “aos grupos, revistas, jornais e ativistas”, contabilizaram-se como realizações do grupo: um ciclo de conferências com o fundador do Grupo Gay da Bahia, um piquenique, cinco palestras e debates, cinco shows, o lançamento de um livro de poesias (de uma ativista baiana), seis peças de teatro e a participação no I Encontro Cultural de Aracaju (I.C.L., 1983).

Este levantamento, todavia, não trouxe à tona o caráter filantrópico presente nos debates e em algumas ações. Na definição dos fundamentos do grupo, ainda em 1981, estabeleceu-se que o mesmo teria como um de seus objetivos “fazer trabalhos e pedágio para angariar fundos em filantropia e ajudar sempre aqueles homossexu-

<sup>15</sup> Desde 1985, I.C.L. é “auxiliar administrativo” da Petrobrás. Em 2005, foi transferido para São Sebastião do Passé/BA, onde fundou a ADAMOR (Associação em Defesa do Amor entre Iguais) (I.C.L., 2010b).

ais que vivem em bairros periféricos da cidade” (GRUPO DIALOGAY, 1981, p. 3). Além disso, é possível encontrar nos registros de atas a preocupação em ajudar orfanatos e um “homossexual” paraplégico que estaria sofrendo agressões. Tais propósitos do grupo parecem ter ligação com a socialização religiosa da sua liderança principal.

Por sua vez, o envolvimento do Dialogay com a área artística pode ser explicado pelo fato do seu vice-presidente, no período de 1981 a 1983, ser um ator amador. T.D.U. nasceu em Boquim/SE no ano de 1962, filho ilegítimo de um coletor de imposto federal, cuja família estava ligada à vida política da cidade. Recorda-se das origens familiares humildes, com a avó materna lavadeira e sem formação escolar. Mais velho de uma prole de 11 irmãos de sua mãe e de 32 filhos de seu pai (entre legítimos e ilegítimos), teve encontros esporádicos com o progenitor que, segundo seus relatos, davam-se apenas em suas férias. Entretanto, relata uma aproximação maior com um primo (que também é seu padrinho), vinculado à sua família paterna, e que teve/tem uma vida política intensa na sua cidade natal.

Saiu de Boquim aos 16 anos, segundo sua narrativa, em virtude da percepção da família sobre sua “sensibilidade”, sendo acolhido em Aracaju por uma tia materna. Aos 18 anos de idade, trabalhando numa livraria e terminando o 1º grau numa escola pública, engravidou uma colega da escola e voltou a morar com sua mãe (que neste período morava em Aracaju) por um curto espaço de tempo, junto com a jovem grávida.

Compreendendo ser aquela uma situação insustentável devido à sua orientação sexual, resolveu morar com o amigo I.C.L., também “homossexual”, no centro da cidade. A amizade fora construída nos pontos de encontro frequentados por “homossexuais” na região central da cidade (Praça Fausto Cardoso e Sorveteria Yara). No final daquele ano, 1979, quando completou a 8ª série, mudou-se para Salvador/BA a convite de um namorado. Lá se matriculou no primeiro ano do 2º grau e, por indicação de um amigo, deu início a um trabalho em outra livraria.



Permaneceu na capital baiana por pouco mais de um ano e, neste ínterim, participou de seminários do recém-inaugurado Grupo Gay da Bahia, onde manteve contatos com sua liderança, e, a partir de então, afirma ter percebido que a mobilização era o melhor caminho para a aceitação social da “homossexualidade”. Sua militância no grupo foi abreviada (durou cerca de dois anos, de 1981 a 1983) por desentendimentos com o presidente da instituição que, em parte, é justificada por uma centralização do poder e também, segundo seu relato, pela percepção de T.D.U. como outra liderança em potencial.

Após a saída do Dialogay, em 1983, filiou-se à Juventude do PCB e, em 1984, adentrou no movimento estudantil, tornando-se presidente do primeiro grêmio estudantil reativado no período pós-ditadura militar em Sergipe, numa escola pública localizada na região oeste da cidade. Após algumas experiências como proprietário de estabelecimentos comerciais voltados ao público “homossexual” (bares e uma boate), entre os anos de 1986 e 1990, retornou à sua cidade natal por dois anos, a convite do prefeito, para assumir o cargo de “diretor de Cultura, Esporte e Lazer”. Após isto, passou uma temporada trabalhando como ator fora do estado. Retornou mais uma vez à cidade, no final da década de 1990, para organizar o comitê eleitoral de seu primo e, após a vitória, assumiu um cargo de menor importância num programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, mas, após um ano, retornou às atividades teatrais.

Após seu retorno, no final da década de 2000, foi convidado pela Secretaria de Cultura do Estado para assessorar um projeto de interiorização do teatro e, em 2008, tornou-se presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão (SATED/SE). Apesar de sua desvinculação de organizações voltadas à defesa de causas “homossexuais”, ele se percebe como atuante no movimento “homossexual/LGBT”, na medida em que utiliza suas peças teatrais em defesa do homoerotismo, principalmente ao divulgar textos escritos por autores “gays” do estado de Sergipe e fora dele. Além disso, afirma que, ao participar de reuniões e debates onde haja a classificação da “homossexualidade” como algo a ser combatido, ele sempre se posiciona em defesa da causa, na “resistência”.

Quanto às “causas” abraçadas pelo Dialogay no período em que militou no mesmo, T.D.U. aponta para a necessidade, naquele momento, de dar visibilidade à “homossexualidade”; o que se refletia na estética adotada pelos integrantes do grupo que, naquela época, incluía o uso de brincos, cabelos compridos e coloridos. “A gente buscava ser visto, a gente buscava chocar para discutir. Pelo menos esse era o meu pensamento. [...]. Tornar visível (a ‘homossexualidade’), tornar combativa no sentido de provocar o embate. A proposta era deixar claro que éramos (‘gays’) e que a gente não tinha nenhum problema com isso” (T.D.U., 2010a).

Segundo MacRae (1982), os comportamentos de desmunhecação e escândalo e, em alguns momentos, até mesmo de violência foram adotados tanto por grupos nos Estados Unidos quanto na Europa no final da década de 1960, depois do aparecimento do movimento hippie, de contracultura e dos eventos de 1968 em Paris. “Assumir-se” era a palavra de ordem no início da década de 1980 na mobilização “homossexual” também no Brasil. Em Aracaju, os usos destes comportamentos são confirmados por Rosa (2005), que aponta, no início da década de 1980, a utilização do slogan “É legal ser homossexual” pelo Dialogay como estratégia de valorização da “prática homossexual”, com a “perspectiva de assumir-se em público, através de trejeitos, roupas e adereços, ou o simples ato de colocar um brinco na orelha, como uma espécie de transgressão e/ou ato de autoafirmação” (p. 23). Dessa maneira, cunhava-se aquilo que deveria ser a militância “gay” em Aracaju e seus objetivos naquele momento.

A segunda metade da década de 1980, entretanto, estabeleceu mudanças nos cenários mundial e brasileiro da mobilização “homossexual” não somente a partir de reconfigurações políticas e ideológicas, mas, principalmente, em função da epidemia da AIDS, que modificou as vidas e os corpos dos homens “gays”, suas crenças sobre o sexo saudável, seu orgulho identitário e suas organizações políticas e culturais (ARMSTRONG, 2002).



## Considerações finais

---

O engajamento individual dos agentes de uma mobilização política pode ser explicado por uma dinâmica complexa que envolve basicamente três elementos: a criação de disposição à militância, a inserção do agente em uma rede social que lhe possibilite exercer sua disposição e a existência de estruturas de oportunidades político-culturais.

O início da década de 1980 foi um momento propício para o surgimento de uma mobilização política “homossexual” em Aracaju. Além da abertura política gerada pelo fim do regime militar, o aparecimento na região sudeste do país e na Bahia de organizações e de agentes que constituíram redes institucionais de trocas, a exemplo da relação entre o Grupo Gay da Bahia e o Dialogay de Sergipe, foi importante para a constituição de uma mobilização em Aracaju.

As trajetórias das duas lideranças aqui expostas não incluem a aquisição de altos títulos escolares e de experiências de internacionalização que, comumente, caracterizam o recrutamento da militância segundo a literatura. Observa-se que, no estudo em questão, as redes sociais foram imprescindíveis para a militância dos agentes.

Tendo origens sociais humildes e baixos níveis de escolarização, a socialização religiosa de I.C.L. e o contato de T.D.U. com a vida política de sua família paterna geraram disposições importantes à mobilização política. Além disso, a inserção destes agentes numa rede de amigos e de relações afetivo-sexuais propiciou a percepção de si mesmos como “homossexuais” e a defesa daquilo que a militância brasileira, inspirada no movimento “homossexual” do Hemisfério Norte, forjara como as características “identitárias” de gays e lésbicas naquele período.





## REFERÊNCIAS

---

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ARMSTRONG, Elizabeth. **Forging gay identities**: organizing sexuality in San Francisco, 1950-1994. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

\_\_\_\_\_. From struggle to settlement: the cristalization of a field of lesbian/gay organizations in San Francisco, 1969-1973. In: DAVIS, Gerald et al. **Social movements and organization theory**. New York: Cambridge University Press, p. 161-187, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In.: **Razões Práticas. Sobre a Teoria da ação**. Campinas, Papirus, p. 74-82, 1996.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond "identity". **Theory and Society**, v. 29, p. 1-47, 2000. Disponível em: <<http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/brubaker/>>. Acesso em: 05 maio 2010.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

D'EMILIO, John. **Sexual politics, sexual communities**: the making of homosexual minority in the United States 1940-1970. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

DIANI, Mario. Introduction: social movements, contentious actions and social networks: 'from metaphor to substance'? In: DIANI, Mario; McADAM,

Doug. **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, p. 1-20, 2009.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS. In: UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard. **Construções de sexualidades**: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: Pallas, p. 151-168, 2004.

FIGARI, Carlos. **Os outros cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: post scriptum. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, février-avril 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAXIE, Daniel. Économie des partis et retributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, v. 27, n. 2, p. 123-154, fev. 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Est. His.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, jul.-dez. 2009.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

\_\_\_\_\_. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, 2000b. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a12.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HOCQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 41-47, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes de; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 167-182, 2006.

McADAM, Doug. Cultura y movimientos sociales. In: GUSFIELD, Joseph; RODRIGUEZ-CABELLO, Enrique Laraña. **Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. Barcelona: Centro de Investigaciones Sociológicas, p. 43-68, 2002.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, n.76, p. 11-48, 2009. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 12 abr. 2010.

MacRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: MacRAE, Edward et al. (org.). **Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, p. 99-111, 1982.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant: essai de définition. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 155, p. 5-11, 2005.

MOTT, Luiz. **Etno-história da homossexualidade na América Latina**. Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios, Bogotá, 1994. Disponível em: <[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Luiz\\_Mott\\_Volume\\_04.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Luiz_Mott_Volume_04.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PASSY, Florence. Social networks matter. But how? In: DIANI, Mario; McADAM, Doug. **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. New York: Oxford University Press, p. 21-48, 2009.

PICHARDO, Nelson A. New social movements: a critical review. **Ann. Rev. Sociol.**, v. 23, p. 411-430, 1997.

ROSA, Gilvan dos Santos. **Terceiro Setor: um estudo no Grupo Dialogay de Sergipe**. Monografia (Especialização no Terceiro Setor e Políticas Públicas) – Aracaju, Universidade Tiradentes, 2005.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## Jornais

MILITANTE deixa movimento gay após 30 anos de luta. **Cinform**, Caderno 1 Segurança/Cidade, Aracaju/SE, 15 a 21 de março de 2010, ano XXVIII, edição 1405, p. 4.

## Outros documentos

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE. Aracaju. **Ata de reunião realizada dia 14 de março de 1981**. Livro 1, p. 1.

I.C.L. Entrevista concedida a Marcos de Ribeiro de Melo em 31/03/2010a, Aracaju/SE.

I.C.L. Entrevista concedida a Diego Ramon Souza em 30/05/2010b, Aracaju/SE.

I.C.L.. Entrevistado por Marcelus Bragg. Disponível em: <<http://pessoal.atarde.com.br/marccelus/entrevistas.html>>. Acesso em: 15 set. 2009.

I.C.L. Entrevistado por Valdeck de Jesus. São Sebastião do Passé, Brasil. Disponível em: <<http://www.galinhapulando.com/visualizar.php?id=1118703>>. Acesso em: 24 já. 2010.

K.M.S. [Carta]. 15 ago. 1981, Salvador [para] T.D.U., Aracaju. 2f. Organiza atividades com o grupo Dialogay.

T.D.U. Entrevista concedida a Marcos Ribeiro de Melo em 21/10/2010, Aracaju/SE.

T.D.U. [Carta]. Jan. 1983, Aracaju [para] Grupos, revistas, jornais, ativistas gays do Brasil e de outro país, s/n. 1f. Aniversário de dois anos do Grupo Dialogay.



# Capítulo III

## Espaços de Politização e Processos de Engajamento

Ernesto Seidl<sup>1</sup>

---

O conjunto de reflexões apresentado nesse artigo é fruto de pesquisas realizadas no estado de Sergipe nos últimos quatro anos em torno de preocupações analíticas ligadas ao tema da militância<sup>2</sup>. Sinteticamente, podemos dizer que os eixos da problemática aqui enfrentada envolvem duas dimensões principais: em primeiro lugar, as condições de constituição de espaços de militância associativa em Sergipe; e em segundo, as dinâmicas dos processos de engajamento e militância individual, com atenção à militância múltipla e aos vínculos entre militância associativa e partidária.

Como mencionado na apresentação deste livro, se a quase inexistência de trabalhos dedicados aos movimentos sociais e à militância no estado de Sergipe sem dúvida estimula a produção de pesquisas,

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (<http://leppufs.blogspot.com.br/p/coordenacao.html>) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Pesquisador do CNPq.

<sup>2</sup> Parte dessas pesquisas contou com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), através de financiamento de projeto de pesquisa, e também da Universidade Federal de Sergipe, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Uma primeira apresentação desses resultados encontra-se em Seidl (2009a; 2009b) e é em parte aqui retomada.

ao mesmo tempo dificulta os esforços iniciais dos pesquisadores pela falta de alguns pontos de referência<sup>3</sup>. Assim, dadas as dificuldades de realizar um levantamento histórico circunstanciado das instituições, grupos e “movimentos” de caráter associativo no estado, optou-se pela tentativa de reconstituição do espaço de mobilização política através do estudo de itinerários sociais de dirigentes e ex-dirigentes de entidades sediadas na cidade de Aracaju. Vale dizer, apesar da consulta a fontes institucionais, o principal expediente utilizado foi o registro oral de narrativas biográficas associadas à formação de grupos ou organizações ativistas. Mais especificamente, o material mobilizado como fonte de informação é constituído, em seu grosso, por entrevistas biográficas com líderes e ex-líderes de organizações de portes distintos e dedicadas a questões diversas: defesa de homossexuais, ambientalismo, filantropia, sindicatos de professores universitários e de petroleiros, religião católica, movimentos negro e afroreligiosos e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cabe destacar que os casos aqui examinados não envolvem formas de militância ocasional, de adesões a título apenas formal ou de participações pontuais em instituições associativas, mas de investimentos pessoais intensos – embora nem sempre lineares ou contínuos – em espaços nos quais os indivíduos viam a ocupar posições de liderança ou destaque.

### 3.1. Espaços múltiplos de inserção

Uma das principais constatações feitas a partir do exame dos itinerários sociais dos indivíduos em questão aponta uma militância ativa de grande parte deles em partidos políticos. Em boa medida, este envolvimento partidário ocorre simultaneamente ao engajamento associativo e, com frequência, o precede. Em primeiro lugar, tal constatação sugere certa relativização das conclusões de pesquisas internacionais

<sup>3</sup> Além dos apresentados neste livro, entre os raros trabalhos sobre militância em Sergipe, destacamos os de Neves (2000; 2012) e de Souza (2009; 2012), sobre o “movimento negro”, de Carvalho (2013), sobre militância de leigos católicos, e de Figueiredo (2012), sobre a “condição de professor” e investimentos na esfera política.



que apontam uma dissociação entre militância associativa e militância partidária, da qual emergiriam comprometimentos mais especializados e voltados a causas específicas nos “novos movimentos sociais” (PERRINEAU, 1994; MATONTI & POUPEAU, 2004). Estes elementos estariam inseridos, segundo as indicações, em tendências mais de fundo das formas de engajamento e militância. Por um lado, uma menor atração exercida pelos espaços e formas tradicionais de participação (partidos e sindicatos) e, por outro, a diversificação ou alargamento das modalidades de engajamento político, aliado a um processo de individualização e de personalização, objetivada sobretudo em espaços associativos os mais variados. Assim, inicialmente parecia-nos plausível formular a hipótese de que a relativa escassez de espaços associativos mais profissionalizados e especializados - sobretudo ONGs - e, portanto, a estrutura limitada tanto de formas de cooptação e recrutamento quanto de possibilidades de realização de carreiras militantes, tenderia a proporcionar uma configuração de militâncias que entrelaçam inserção associativa e partidária (SEIDL, 2009a).

Por outro lado, estudos realizados no Brasil com participantes e promotores do 5º Fórum Social Mundial, sediado em Porto Alegre/RS em 2005 (CORADINI, 2008), e com militantes do Partido dos Trabalhadores (GAGLIETTI, 2003) e dos movimentos ambientalista (OLIVEIRA, 2005) e Economia Solidária, no Rio Grande do Sul (SILVA & OLIVEIRA, 2011) – portanto, em configurações muito distintas daquela de Sergipe - também destacam a alta relação entre pertencimento associativo e política partidária<sup>4</sup>. Progressivamente, pois, a formulação mais acima deixava lugar para novos questionamentos. Entre eles, a evidência de que a proliferação de entidades associativas ligadas às mais diversas “causas” e responsáveis por novas formas de pensar, falar e agir politicamente, no Brasil, parece em nada excluir a manuten-

<sup>4</sup> A pesquisa de Coradini com mais de dois mil entrevistados mostra que 81,6% dos indivíduos que participam de algum movimento ou organização social são filiados a partidos. Desses, a maioria pertence a sindicatos e associações de classe (25,7%) e ONGs (20,0%). Tomando a questão por outro ângulo, Gaglietti revela que 94,5% dos militantes do PT estudados em sua pesquisa passaram por movimentos coletivos como o estudantil, sindical, comunitário e religioso, embora parcela expressiva tenha se declarado, no momento da pesquisa, não engajada nos “movimentos sociais e populares”.

ção de vínculos com partidos políticos e sindicatos, duas instituições clássicas do espaço político<sup>5</sup>.

Nesta ótica, a estrutura de oportunidades políticas ao ativismo associativo teria uma relação mais complexa com a adesão ou não a agremiações partidárias. Vale dizer, a alta imbricação entre aqueles espaços não seria necessariamente resultado de uma baixa oferta para atuação associativa a indivíduos que, num suposto contexto de desinteresse pelos partidos - “descrença”, “desgaste”, “ineficácia”, “alta profissionalização dos quadros” -, buscariam participar ativamente da política por outros canais. Ao que tudo indica, a questão central estaria ligada a características estruturais do espaço político no Brasil, marcado por alta intersecção entre sindicatos, associações e partidos políticos e, em especial, forte dependência daquelas instâncias frente à órbita estatal.

Assim, a autonomia relativamente baixa do polo não-partidário da política frente ao polo partidário e ao Estado ou, por outro ângulo, o predomínio dos partidos e da esfera estatal em termos de capacidade de mobilizar recursos, definir e legitimar os temas da agenda social e política e, enfim, produzir resultados e gerar dividendos, ajudaria a explicar a importância de indivíduos devotados à intervenção política, quaisquer que sejam suas “causas”, estarem inseridos em partidos. Este dado explicaria, por sua vez, a dificuldade de afirmação de uma esfera associativa mais densa e com maior poder; isto é, não apenas com maior capacidade de atrair indivíduos para participar, mas também em melhores condições de retribuí-los ou satisfazê-los material, simbólica e psicologicamente.

Nossa historiografia política tem dado indicações claras sobre o padrão de relações entre Estado, partidos e movimentos sociais no Brasil republicano, destacando a proeminência da esfera estatal e as estraté-

<sup>5</sup> Um levantamento exploratório de instituições associativas apenas na capital Aracaju, cidade com cerca de 500 mil habitantes, apontou 34 entidades identificadas com a “causa de crianças e adolescentes”, 29 com a “defesa portadores de necessidades especiais”, 17 com o “movimento negro”, 10 com o “combate à homofobia”, 3 com a “causa das mulheres” e 3 com a “causa ambiental”.



gias de cooptação frente a sindicatos, partidos e movimentos, e também os ciclos de mobilização/repressão ligados às variações do regime político. Como demonstrado pela literatura, o período recente conhecido como abertura e redemocratização teve como atores centrais, pelo lado dos contestadores, certo tipo de sindicalismo vinculado intimamente ao Partido dos Trabalhadores, a Igreja católica como instituição (mas também certos grupos e tendências em seu interior) e algumas associações profissionais, sobretudo a Ordem dos Advogados do Brasil (GOHN, 1995; 2010; LANDIM, 2002; MISCHÉ, 1997; SADER, 1988).

Ressalte-se também que, durante a vigência do regime militar, o principal modelo de atuação militante dos chamados movimentos clandestinos, incluindo as guerrilhas, era o partidário<sup>6</sup>. Em síntese, o mais importante a reter nesse sentido é o papel e o peso decisivos de partidos, de sindicatos e da Igreja católica na constituição de organizações e de movimentos sociais – rotulados pelas Ciências Sociais brasileiras como *novos movimentos sociais* – que floresceram a partir do final da década de 1970 e cujo espaço de atuação, ao longo dos anos 1980 e 1990, conheceu fortíssima expansão e diversificação. De um lado, a Constituição de 1988 garantia legitimidade jurídica ao associativismo e, de outro, o repertório de causas expandia-se e as formas de organização modificavam-se, com destaque ao vigor do modelo das organizações não-governamentais.

Como mostra Landim (2002), a primeira geração das denominadas ONGs brasileiras foi formada fundamentalmente por quadros estreitamente ligados a igrejas e a correntes marxistas - agentes sociais com forte experiência de militância política (anistiados, por exemplo), melhor dotados em cultura e em relações pessoais e, frequentemente, com inserção no universo acadêmico. Nessa posição, foram centrais no processo de institucionalização dos grupos, na ela-

<sup>6</sup> No entanto, é preciso lembrar, como o faz Barthélémy (1994, p. 89-90), que do ponto de vista das estruturas e dos comportamentos individuais, são grandes as semelhanças entre a atividade associativa e outras formas de participação na vida pública. Inclusive, muitas associações se constituíram no seio de partidos e de sindicatos, integradas a esferas de influência ideológica e a constelações de ideias.

boração de discursos legitimadores de suas causas e intenções e, por essa via, na própria conformação de um espaço profissionalizado de ativismo. Para muitos, portanto, a atuação nessas instâncias oferecia oportunidades de rentabilizar uma competência política acumulada ao longo de seus itinerários sem necessariamente ingressar nas disputas partidárias, para alguns, inclusive, bloqueada. Isto é, podiam continuar a fazer política por outras vias, atualizando assim a lógica individual de seus engajamentos<sup>7</sup>.

Mas o caminho inverso na militância também é frequente, e talvez seja viável esboçar a hipótese de uma tendência ao envolvimento em modalidades associativas preceder a militância partidária. Embora não se disponham de dados mais exaustivos que forneçam detalhes sobre itinerários militantes, sabe-se, em todo caso, que a militância associativo-sindical tem exercido papel crescente nos mecanismos de legitimação do espaço partidário no Brasil. No contexto atual, as condições de entrada e de sucesso em disputas eleitorais têm dependido cada vez mais de vínculos previamente estabelecidos com associações e sindicatos. Inclusive, detecta-se que as concepções sobre pretensões ao exercício de funções eletivas implicam crescentemente a exibição de algum tipo de liderança associativa prévia, como demonstram pesquisas recentes (CORADINI, 2001, 2012; 2007; SEIDL & LEANDRO, 2012).

Em suma, tem-se no capital associativo um componente de peso no processo de especialização política. Esta tendência também é encontrada nos casos por nós examinados em Sergipe, os quais apontam a importância de atuações em espaços participativos, notadamente em movimentos estudantis e sindicatos, como porta de entrada para os partidos. Seguramente, as transformações das últimas décadas na configuração do espaço político estadual acompanham tendências gerais de diversificação das bases sociais do pessoal político e de novas formas de composição de recursos que conformam modalidades mais variadas de carreira política. O êxito de grupos e

<sup>7</sup> Exemplos de trajetórias de militantes políticos “que lutaram contra a ditadura” e tiveram destinos políticos e profissionais marcados por esta experiência são analisados por Reis (2007; 2008).



agentes cujos itinerários estão ligados a concepções militantes do jogo político em Sergipe sem dúvida dá provas desse processo<sup>8</sup>.

Como veremos, combinados com outros elementos, aqueles espaços foram determinantes nos processos de politização de indivíduos que investiriam no jogo político em intensidade e formas variadas. Nesse sentido, a análise levada a cabo procurou matizar com cuidado os elementos que explicam o fenômeno da militância múltipla. Sem desconsiderar as variáveis mais estruturais, a abordagem dos processos de engajamento e das lógicas de investimento na militância combinou aquela dimensão com a das interações sociais, a qual conduziu à análise das redes sociais e da construção de sentido vivenciada pelos indivíduos ao longo de suas biografias (PASSY, 2005).

### 3.2. Processos de engajamento

Se ninguém nasce militante, como recorda Fillieule (2001), mas alguns indivíduos tornam-se militantes - de forma *durável* ou *provisória* -, segundo o contexto e as circunstâncias próprias às trajetórias pessoais, tomar esse fenômeno como *processo* é questão central. Como apontado por outros estudos sobre militância associativa no estado de Sergipe (MATOS, 2010; MELO, 2012; NASCIMENTO, 2011; SEIDL, 2009a, 2009b; SOUSA, 2010; SOUZA, 2009; 2012), as condições sociais de engajamento individual encontradas naqueles contextos remetem a experiências de socialização primária e secundária favoráveis à constituição de disposições à participação em atividades coletivas. No espaço familiar amplo, destaca-se forte integração social de seus membros em atividades partidárias, associativas e religiosas através de sindicatos, partidos, associações de bairros e religiões.

<sup>8</sup> Como exemplo disso, em 2000, uma coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores conquistou a prefeitura de Aracaju e posteriormente o governo do Estado, o qual ainda controlam em segundo mandato. Sobre a ascensão de novos grupos políticos no estado, ver Dantas (2002). Para um perfil social e de carreira dos deputados estaduais, consultar Steckel (2007), e sobre a composição dos secretariados estaduais, Seidl & Leandro (2012).

Mesmo que nem sempre explicitada ou compreendida como *política*, essa série de experiências práticas que atravessam o universo familiar dos futuros militantes tem impacto sobre a formação de percepções das relações sociais e de modelos de sociabilidade e de atuação que são marcados pelo envolvimento em espaços coletivos. A valorização de uma ética social orientada por princípios religiosos, sobretudo de matriz cristã, também compõe os ambientes em que grande parte dos militantes cresceram e chegaram à adolescência.

Significativamente, parcela expressiva deles envolve-se já neste período da juventude em grupos e atividades pautadas por noções como “participação”, “caridade”, “ajuda”, “cooperação”, os quais se baseiam em modelos “deliberativos”, “democráticos”, “participativos”, como os grupos de jovens e as pastorais ligadas à Igreja católica, os escoteiros e os grêmios estudantis. Assim, embora não se trate de forma alguma, ressalte-se bem, de estabelecer aqui uma determinação direta ou mecânica entre condições socioculturais e engajamento, tais condições são tomadas como fator central para a compreensão dos processos de engajamento exibidos nos itinerários de militância que examinamos.

Por outro lado, é preciso recordar que todo processo de engajamento resulta do encontro entre disposições e expectativas individuais (prévias ou não) e estruturas de oportunidades de ação (GAXIE, 2005). Vale dizer, qualquer envolvimento em algum grupo, causa ou mobilização coletiva somente pode se realizar em contextos que permitam que indivíduos atribuam sentido a algum tipo de ação participativa. Isto diz respeito não apenas, por exemplo, a alguém que, em dado momento da vida, resolve aderir a um grupo; digamos, uma ONG ambientalista. Ou seja, que encontra uma oportunidade para agir concretamente e satisfazer uma vontade pessoal de intervir no mundo com finalidades específicas. Refere-se também aos casos de indivíduos que decidem criar um grupo ativista ou dar início, digamos, a uma associação de bairro, processo que igualmente exige uma constituição prévia de valores e preferências que o levam à ação.

Por sua vez, para que tal ação se desenvolva, ela também depende do contexto histórico, político e cultural de um determinado local e de um determinado momento, pois se sabe que as configurações políti-



cas e períodos não suscitam o mesmo nível de engajamento militante (JUHEM, 2001). Como exemplo, podemos citar o período de regime militar brasileiro como determinante, em primeiro lugar, na criação de quadros de referência e sentido para a ação e, em segundo lugar, na formação de grupos e movimentos mobilizados, entre outras causas, pela “redemocratização” e “reconstitucionalização”, pela “defesa dos direitos humanos”, pelo “fim da tortura”. Ou então, opostamente, o período de restabelecimento da democracia, que deu novo impulso à parte das causas já existentes – com garantias constitucionais - e favoreceu a constituição de novas causas até então com pouco ou nenhum espaço na agenda política nacional, como o “ambientalismo”, as “questões raciais”, a “homofobia”, o “combate à AIDS”<sup>9</sup>. Poderíamos ainda mencionar a relação entre a ausência de políticas governamentais efetivas e constantes de distribuição agrária e o surgimento de mobilizações que constroem esta “causa” e se afirmam em torno dela, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Como indicamos mais acima, os indivíduos tomados como referência para este estudo são ou foram lideranças (ou figuras de destaque) de seus respectivos grupos. Não estranha, portanto, que a quase totalidade dos casos revele engajamentos com intensidade relativamente alta, grau importante de estabilidade e pouca flutuação, uma vez que tais posições são resultado de investimentos intensos ao longo do tempo, inclusive com diversos casos de profissionalização via militância.

Se suas condições de socialização familiar e as experiências de participação coletiva na adolescência aparecem como fatores favoráveis à adesão a alguma forma de mobilização, a inserção em novas redes sociais, sobretudo a partir do ingresso no ensino superior - mas também na esfera do trabalho -, representa momento central para a definição de seus engajamentos e militâncias futuros. Aqueles cujo envolvimento prévio em grêmios escolares, escoteiros ou grupos religiosos fornecera alguma intimidade com espaços coletivos tendem

<sup>9</sup> Para uma análise do efeito das transformações em âmbito internacional da “questão do racismo” sobre a esfera estatal brasileira e seus impactos no “movimento negro”, consultar Souza (2012).

a encontrar na universidade terreno para ampliar sua atuação. Em primeiro lugar, e de forma mais visível, tem-se os casos de ex-membros de grêmios que ingressam no movimento estudantil e integram o comando de diretórios acadêmicos, como ilustra o caso de um ex-líder de grêmio de uma escola técnica federal, ligado ao PCdoB antes de iniciar o curso na universidade, ex-presidente do Diretório Acadêmico Estudantil (DCE) por duas gestões, atual coordenador da recém-criada Coordenação Municipal de Juventude, controlada pelo PCdoB, e secretário de Juventude do partido.

Conforme demonstramos em outro lugar (SEIDL, 2009a), embora mais evidente e efetiva, não apenas a participação em movimentos estudantis aparece como canal de exposição à lógica do engajamento e do ativismo na arena escolar. As possibilidades de envolvimento abertas a jovens universitários em projetos “sociais” por meio de ações concretas e intensas como “educação popular”, “mutirões de solidariedade”, cursos de saúde básica, por exemplo, também figuram como arena de socialização política importante. Em alguns casos, tais experiências são apontadas pelos entrevistados como um “início no social” e funcionariam como uma espécie de prova de “sensibilidade” e de “comprometimento”. Como em todos os casos examinados, o olhar retrospectivo lançado pelos militantes sobre suas biografias não deixa de encontrar elementos que busquem confirmar a “coerência” de suas opções e investimentos.

### 3.3. Espaço escolar e ativismo político

A importância do espaço acadêmico nas condições de engajamento e de militância deve ser considerada especialmente pela centralidade que tem na criação de novos vínculos e na subsequente inserção dos indivíduos em redes de sociabilidade que podem ser decisivas tanto na redefinição de engajamentos preexistentes quanto na realização de novos, ou, ainda, ambas as coisas. Essa afirmação pode ser ilustrada, por um lado, com os casos de indivíduos que entram na universidade sem nenhum tipo de militância anterior (ou



somente contando participação em algum grupo não ativista) e que, pelo efeito de contatos com colegas, amigos e professores, envolvem-se gradativamente em grupos do movimento estudantil, militância negra, homossexual, MST e partidos políticos.

Por outro lado, também pode ser exemplificada com casos de indivíduos já vinculados a partidos e/ou outras formas de participação militante ao entrarem no ensino superior. Para estes, com frequência a universidade abre oportunidade a uma intensificação do ativismo - via política estudantil e, muitas vezes, em tarefas de recrutamento de militantes para o partido -, mas também a uma diversificação do engajamento, por exemplo, com a inserção em outros grupos e adesão a outras causas. Seja como for, a amplificação e adensamento das redes de relações sociais favorecidas pela circulação no espaço escolar é um dos mecanismos mais fortes nos processos de recrutamento tanto para a militância associativa quanto para a partidária, favorecendo as militâncias múltiplas.

Mas além da sociabilidade e da formação de bases de interconhecimento privilegiadas pela esfera escolar, a relação entre escolarização superior e militância precisa ser tomada pelo ângulo do próprio engajamento. Isto porque a escolha inicial de determinados cursos e/ou disciplinas pode estar orientada por uma concepção política da formação e/ou da profissão buscada, casos em que a profissionalização é tomada como uma forma de militância, como demonstra em especial nesta coletânea o trabalho de Cândida Matos sobre as assistentes sociais em Sergipe. Aliás, esta constatação é mais ampla em configurações como a brasileira, onde "o sentido e o valor da 'profissão' são inseparáveis do 'compromisso com uma 'realidade' que é 'totalmente política'". Ou seja, "a formação escolar e o exercício profissional requerem a capacidade ou competência de "comprometimento" da formação escolar e técnica com "a realidade" e com a 'prática'" (OLIVEIRA, 2012, p. 23).

Isto é especialmente visível nos casos de militantes cuja principal ocupação é o magistério em nível médio ou superior, para os quais a atuação como professores é indissociável da militância e as retribuições (simbólicas e materiais) dependem das possibilidades de

intervenções concretas “na realidade” por meio da “conscientização”, “politização”, “mobilização” de seus públicos. Estas intervenções raramente se restringem ao espaço de sala de aula e incluem, no âmbito institucional, envolvimento sindical e disputas por cargos administrativos e, fora dele, ativismo em diferentes espaços: partidos, movimento de leigos católicos, grupos de jovens, ambientalismo, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, educação popular.

O papel de mediadores que estes indivíduos executam entre a esfera acadêmica e institucional e outras esferas de inserção militante pode adquirir contornos variados em função da intensidade do ativismo e das contingências instáveis das relações com os grupos. De um modo geral, inclui em alguma medida o exercício da figura de “intelectual orgânico” ou de “autoridade científica” com legitimidade para falar *ao* grupo e sobre a “causa” e, em alguns casos, falar *pelo* grupo; mas comporta também tarefas de difusão da “causa” e do grupo e de recrutamento de adeptos entre alunos e colegas, facilitando contatos por meio da indicação de leituras e de certos esquemas de compreensão e, não raro, convidando para eventos como reuniões, palestras, acampamentos, visitas a assentamentos, entre outros.

Então, quando eu entrei na escola [técnica federal], o MST tinha feito uma ocupação das terras da escola; aí tinha uns professores... o professor X. foi o cara que começou a desenvolver um trabalho de apoio ao movimento social, aí eu comecei a me aproximar, a partir dessa ocupação. A gente ia no final de semana dormir no assentamento, ter contato com as pessoas do MST. Um tempo depois eu fiz um curso de formação militante de seis meses com o MST. Todo final de semana eu ia pra lá e reuniam jovens do estado inteiro, uns 200 jovens, lideranças jovens do MST. Era um curso sobre tudo, um curso sobre a origem do MST, sobre a questão fundiária do Brasil, como se deu a regulamentação, por que a luta pela democratização da terra. Tinha teses de como fazer uma ocupação, era uma espécie de treinamento para ocupação, de resistência, de montar barraca e tinha questões mais políticas (...). Eu ganhei o Manifesto Comunista de presente de um professor da escola técnica, professor de Filosofia. (...) foi mais porque o movimento sindical [de professores] tinha tirado uma resolução de apoio à ocupação, então ele falava em sala de aula. Tinha um camarada do meu quarto que se chamava Y. Aí a gente despertou o interesse. Quem fundou o grêmio lá foi eu e ele. O grêmio esta-



va fechado desde 93 e a gente refundou. Sinceramente, quem é militante político acha que a UFS é o grande reduto, é o grande reduto da militância, daquilo que se pensa e tal. (Ex-presidente de DCE, coordenador de Juventude do PCdoB).

Seria ainda necessário destacar outra dimensão fundamental das relações entre espaço escolar e militância (ou politização), a qual diz respeito à intensificação e diversificação de investimentos na aquisição de recursos culturais – diplomas superiores, especializações, pós-graduação *stricto sensu* – e sua utilização como trunfos na militância partidária e associativa (CORADINI, 2001; 2002; GAGLIETTI, 2003; GRILL, 2007; OLIVEIRA, 2007; 2009b; 2009c). Sem dúvida, este fenômeno liga-se em primeiro lugar ao processo mais amplo de fortíssima expansão da escolarização superior no Brasil, com acentuada desvalorização relativa de boa parte dos diplomas e um efeito em cascata de proliferação de cursos de pós-graduação de todos os tipos. Mas se o grau de escolarização da população brasileira aumentou de modo geral, o que interessa perceber são os efeitos desse incremento no uso dos títulos escolares como recurso para afirmação no espaço da política, tanto em seu polo associativo quanto no partidário-eleitoral.

Assim, como dito mais acima, se as concepções dominantes sobre profissão no Brasil enfatizam a politização dos espaços de atuação, tem-se que o próprio interesse em determinada formação, ou seu critério de avaliação, envolva as “possibilidades de sua utilização instrumental para a conquista de cargos ou então outra função ‘prática’ qualquer” (CORADINI, 2002, p. 106). E mais do que apenas uma titulação formal maior e mais diversificada, com crescente valorização das Ciências Sociais, estão em jogo as diferentes formas de mobilização dos títulos segundo as esferas de militância envolvidas. Em outras palavras, as condições de legitimação no espaço político exigem crescentemente a exibição de diplomas acadêmicos, embora estes somente tenham eficácia em combinação com outros recursos, como tempo de militância, redes de relações e inserções em outras esferas sociais, recursos econômicos.

Filho de um ex-seminarista menor, médio proprietário de terras

no interior de Sergipe, e de uma dona de casa que completou o ginásio, contando tios-avós políticos em ambos os ramos familiares, J. nasceu no início dos anos 50 e realizou todo seu itinerário escolar numa escola católica de elite na capital do Estado. Criado em ambiente fortemente religioso, lembra que desde a juventude gostava de participar de movimentos e grupos e “se interessava por política”. A aproximação com o espaço estudantil secundarista configura um primeiro contato com o universo das disputas políticas. Aos quinze anos é eleito presidente do Grêmio estudantil, durante os chamados “anos de chumbo”. Ao concluir a escola, ingressa no curso de Química Industrial na Universidade Federal, instituição que o admitirá como professor dois anos após sua formatura. Católico praticante desde a infância, J. intensifica o envolvimento com a Igreja através de “cursilhos” que coordena dentro do quadro da diocese de Aracaju. Esta ligação com o catolicismo perdurará por muitos anos e também estará vinculada com sua participação no Partido dos Trabalhadores – do qual diz ser “fundador”, embora à época ainda não fosse filiado. A inserção de J. na universidade é acompanhada da intensificação de atividades militantes e da ampliação de redes sociais que o conectam com o envolvimento partidário. O engajamento na fundação da Associação dos Professores da UFS (que presidirá dez anos mais tarde) coincide com aquela no PT, partido ao qual se filiará também uma década depois. Por sua vez, parte do conjunto de relações tecidas nesses dois espaços, em especial no partidário, desdobra-se no conselho de leigos católicos em que atua. J. dá ênfase a politização daquele espaço: “éramos a vanguarda, discutíamos muito política social, educacional!”. Desses vínculos intensos diz ter saído a indicação de seu nome à candidatura a deputado estadual na qual não teve sucesso. Dizendo-se “frustrado” com a campanha política e com os resultados do governo do PT no país, J. desfilia-se do partido, porém logo em seguida ajuda a fundar o PSOL em Sergipe, compromisso que será efêmero por conta de suas discordâncias com o “radicalismo”. Embora longe dos partidos, segundo ele, o afastamento da militância partidária não comprometeu seus princípios. “Acho que nossa militância na educação é forte, porque a gente pode influir bastante na realidade. Descobri que a universidade é a vida da gente, mas é claro que a gente tem que influir fora também; isso eu consegui com a Igreja e os movimentos sociais”.

Exemplo típico de uma modalidade de combinação de recursos militantes são os casos de indivíduos que associam a um capital militante acumulado ao longo do tempo de ativismo, através de experiências e de contatos, a aquisição de títulos acadêmicos que tendem a



lhes conferir, com legitimidade, maior competência e prestígio frente ao grupo. Com frequência, mesmo quando não se encontram em posições de liderança, estes militantes são solicitados a falar em nome do grupo em atividades que cobram alguma forma de competência intelectual. Por outro lado, como nos relataram muitos militantes de grupos e movimentos diversos, são flagrantes as tensões geradas pelas disputas na legitimação entre diferentes recursos e concepções de militância (ou de “fazer política”, como dizem), como a maior ou menor importância “dos estudos” frente à “experiência” e a “história” no movimento. Nas palavras de um militante partidário e do movimento negro: “Depois que entrei no mestrado (em Sociologia), o pessoal começou a me olhar assim de outro jeito. Alguns, desconfiados. Mas têm muito respeito por mim”.

Significativamente, a grande procura de militantes pelos cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe – com altíssima correlação entre “temática de estudos” e interesse militante - dá indicações sobre as possibilidades de rentabilidade dos títulos escolares na dinâmica da militância em Sergipe. Obviamente, estes investimentos também estão ligados a alternativas de profissionalização no magistério. Embora não se trate, em sua maioria, propriamente de militâncias de *expertise*, como se vê no movimento ambientalista brasileiro (OLIVEIRA, 2009b; 2009c), a aquisição de diplomas chancelados por universidades tem efeitos importantes na estrutura do capital militante detido. São assim incrementadas a autoridade social e as chances de ocupação de cargos de direção do movimento ou partido e/ou realização de atividades mais especializadas, como em comissões ou secretarias temáticas de partidos e na administração pública, em instâncias específicas como secretarias, subsecretarias e órgãos de níveis variados.

Não se pode perder de vista, por outro lado, o efeito do processo de institucionalização e profissionalização da militância sobre a relação escolarização-militância. Como sabido, são crescentes as exigências por qualificações que dependem de diplomas escolares à medida que o acesso aos espaços e processos formais de produção

de políticas do Estado - mas também aos canais de financiamento de projetos públicos e privados - passam a depender não somente da institucionalização dos grupos, mas igualmente da exibição de quadros profissionalizados e de especialistas ou *experts*. Novamente, entram em conta a aquisição e mobilização de recursos escolares diretamente orientados pela lógica da militância, com chances palpáveis de retribuição.

Boas indicações desses processos são observadas em nosso estudo no caso de um grupo de indivíduos com características que chamaríamos de empreendedorismo militante. Trata-se de militantes que, entre os 20 e 30 anos de idade, investiram na criação de ONGs ambientalistas e de “defesa de homossexuais” das quais se tornaram eles próprios dirigentes. Devido à instabilidade de financiamento para realização de projetos e remuneração regular de pessoal, as condições de profissionalização militante desses indivíduos são limitadas. Assim, combinam uma vida profissional de professores de nível fundamental e superior – todos com titulações que variam de especialização a doutorado, com o caso extremo de um militante ambientalista exibindo em seu currículo *Lattes* cinco especializações, além de mestrado (Desenvolvimento Ambiental) e doutorado (Ciências Sociais) - com intensa dedicação a associações relativamente estruturadas com as quais ganham recursos de forma irregular através de projetos financiados por órgãos do Estado ou do setor privado. Embora não disponhamos de dados precisos sobre o grau de profissionalização da militância associativa em Sergipe, há fortes indicações de que predominem situações como estas, em que o ativismo combina-se com o exercício de uma profissão à parte, estável e remunerada.

Por fim, é preciso fazer referência aos casos de militantes cujas condições de acesso a recursos escolares e de sua utilização, mais do que representarem resultado direto do vínculo com algum movimento, encarnam estratégias de investimento do grupo na formação de quadros e lideranças. Não por acaso os dois itinerários que apresentam essa dimensão são de militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, uma organização bem estruturada e articulada



com diversos outros grupos, instituições e esferas sociais, tais como a Igreja católica, as burocracias do Estado, sindicatos, grupos ativistas internacionais, escolas e universidades. Ambos os casos referem-se a indivíduos com envolvimento prévio em sindicatos e associações rurais e com o Partido dos Trabalhadores e, em um dos casos, com um grupo católico, em pequenos municípios do interior.

Agora, antes de me organizar no MST, eu já era da Pastoral da Juventude e do Partido dos Trabalhadores, então o meu vínculo com o PT é até anterior ao movimento; até hoje eu continuo. Tenho alguma ressalva... eu entrei no Partido dos Trabalhadores numa fase muito bonita, em que era muito próxima a luta do movimento com os ideais e com a luta do Partido dos Trabalhadores, era muito próximo..., como organizar as comunidades, a Igreja, o movimento da Igreja. Partido dos trabalhadores e Movimento Sem Terra, naquele momento, faziam praticamente a mesma coisa: organizar o povo, organizar os trabalhadores, organizar a comunidade; era esse o meu papel. Eu consegui muito rápido... transitava muito fácil entre movimento sem terra, Igreja e Partido dos Trabalhadores.

Você entrou no MST... e sua entrada foi pela secretaria?

Foi pela secretaria. Na verdade, um processo inverso ao que a maioria dos jovens fazem. É muito comum, o jovem entra, a família entra, depois o jovem acaba se envolvendo no MST. É, tem uma outra forma, não é tão comum, mas acontece também. São os jovens universitários que nos cursos, nos estágios de vivências, a depender do contato com algum professor, que tenha relação com o campo, acaba se aproximando do MST e entra. Nós temos alguns casos, mas o meu caso foi atípico. Eu fui convidado, eu fui um jovem convidado pro MST; depois é que minha família entra, e também não fui um jovem universitário; eu entro na universidade depois que eu estou no MST (militante e dirigente do MST e do PT.)

As experiências políticas anteriores ao ingresso desses militantes no MST são expressivas e foram acumuladas em espaços com princípios de ação e organização semelhantes às do movimento em termos de esquemas de percepção social e de lógicas de lutas, de “constelação de ideias” (ION et al., 1992), de vocabulário e ritualística. A adesão ao MST, inclusive, dá-se pela mediação desses outros espaços de politização. Como relatado, em um dos casos as experiências e contatos acumulados no sindicato, na Igreja e no PT permitem

ao futuro “militante sem-terra” uma entrada “atípica”, “por cima”, no movimento, colocando-lhe rapidamente em funções de direção e de trânsito entre os diferentes espaços de ativismo. Graduando em Ciências Sociais à época de seu ingresso no movimento, “através” deste realiza uma especialização em estudos latino-americanos e, posteriormente, um Mestrado em Sociologia Rural, em universidades federais em dois estados diferentes. Há alguns anos é dirigente destacado do MST em Sergipe, integra a coordenação nacional do movimento, dirige um programa de rádio “sobre o MST” na emissora AM do governo do Estado e se apresenta, em seu *Twitter*, como dirigente do Partido dos Trabalhadores.

Veja só. Quando o Movimento Sem Terra investe, e tem investido, na formação de seus militantes, seja na área política, seja na área técnica (...) aí eu comecei a participar dos cursos do movimento, e ao mesmo tempo que eu estava acampado, comecei a participar de vários cursos do movimento...(…) como o movimento possibilita para todo mundo que queira estudar, o movimento foi me dando oportunidades e eu fui me envolvendo na militância, né? Fui me envolvendo; então, passei dois anos mais em acampamento e a partir desses dois anos em diante comecei a atuar na militância do movimento. (...) aí sim, já vim mais para Aracaju, né? Já vim pra Aracaju, pra outras atividades do estado (militante do MST, integrante da coordenação nacional).

Essa especialização foi em Juiz de Fora; eu fiz uma especialização já através do movimento (MST). (...) o movimento proporciona muito isso, o acesso dos jovens, acampados, assentados, os filhos de acampados e assentados e militantes, acesso à educação, informal e formal. Tem muito curso de formação informal e muitos cursos formais em escolas de ensino médio e também universidade. O movimento fez uma parceria, talvez uma das primeiras parcerias, de curso formal com a escola, com a Universidade Federal de Juiz de Fora, e eu participei dessa primeira turma; foi a turma de curso de Especialização em Estudos Latino-americanos.

O mestrado eu diria que teve muita influência do movimento porque, quando eu entrei no mestrado, na verdade o curso era Sociologia Rural. (...) e nós tínhamos uma discussão na Via Campesina, que é essa espécie de guarda-chuva internacional da luta do campo, vários movimentos do campo no mundo inteiro (...) através da Via Campesina houve uma decisão de incentivar os jovens que já tinham curso de graduação dos movimentos, inclusive o MST, a participar de cursos de pós-graduação. (militante do MST, cerca de



40 anos, integrante da coordenação nacional).

No caso do outro militante – ex-membro da diretoria de um sindicato rural e ex-presidente de associação de moradores de seu povoado -, a adesão ao MST é mais gradual e ocorre após uma experiência de dois anos de “acampamento” e de cursos de “formação” no interior do próprio movimento. Num primeiro momento, frequenta uma série de cursos ofertados dentro do sistema do próprio MST, que variam de questões ditas políticas, sobre “conjuntura”, “justiça social e agrária” a outras mais “técnicas”, como organização de acampamentos, formas de cultivo, agroecologia e cooperativismo. É também por meio de convênio firmado entre o MST, a Universidade Federal de Sergipe, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE) e o INCRA que obtém o título de engenheiro agrônomo em 2008. São nessas condições que adquire uma formação “técnica” na área ambiental, tornando-se coordenador da assistência técnica social e ambiental e integrante da direção nacional do movimento.





## Considerações finais

---

A questão central deste texto tratou de discutir as condições de realização de engajamentos militantes de tipo associativo no Estado de Sergipe. Para tanto, tomou como base um conjunto de casos de ativistas com elevado grau de envolvimento em grupos ligados a causas muito variadas. Para os propósitos específicos deste trabalho, as dimensões privilegiadas pela análise foram os espaços de *politização* – tanto no sentido de aquisição de *competências políticas* (GAXIE, 1978) quanto no de atribuição de um *sentido político* a diferentes temas e esferas sociais (LAGROYE, 2003) - identificados em diferentes etapas de seus itinerários individuais, com atenção especial ao espaço escolar, e a relação entre estas inserções e a composição de carreiras militantes.

O interesse pelos processos de engajamento no polo associativo da esfera política deriva não somente da relativa menor atenção dada pela literatura nacional a esta forma de engajamento, mas sobretudo da relevância que o ativismo associativo apresenta nas modalidades de participação política no Brasil contemporâneo. Como demonstrado aqui e em outros estudos, a militância política no caso brasileiro raramente se resume unicamente a um tipo de envolvimento (associativo-sindical ou partidário). Pelo contrário, como sintetiza Oliveira (2012, p. 22), “uma das características das dinâmicas de configuração do engajamento e da militância política é que os militantes estejam inseridos simultaneamente em diversos tipos de organizações políticas e movimentos sociais”.

Esta militância múltipla, que combina vinculações simultâneas a grupos e associações os mais variados – MST, catolicismo e religiões afro, direitos humanos, sindicatos, movimento negro, ambientalis-

mo - com pertencimento a partidos políticos, indica ao mesmo tempo uma grande heterogeneidade e uma alta porosidade do espaço político. E se as arenas de participação, as formas de militância e as causas politizadas se multiplicaram de modo notável nas últimas três décadas, isto é, o espaço político brasileiro tornou-se mais complexo e competitivo, é visível a importância dos partidos políticos como esfera de socialização, de alocação de recursos, de realização individual e também de profissionalização na militância.

Indiscutivelmente, a reconfiguração das oportunidades de participação política ocasionada pela redemocratização de meados dos anos 1980 teve efeitos diretos nas condições de realização de engajamentos militantes, com a ampliação tanto das instituições partidárias quanto dos movimentos sociais e de seus atores. Assim, a articulação entre partidos e movimentos através da incorporação de “causas” ou “bandeiras” dos movimentos pelos partidos favoreceu o desenvolvimento de importantes canais e bases de recrutamento de militantes, inclusive com a criação de órgãos e postos partidários especializados em temáticas atreladas aos movimentos. Da mesma forma, essas novas condições de disputa e de acesso ao poder burocrático-estatal passam a acenar aos militantes com oportunidades de ocupação de cargos eletivos e de administração com base em recursos acumulados nos grupos e movimentos com os quais têm vinculação. Como visto, neste contexto a associação de recursos escolares mais diversificados com a militância aparece como componente central tanto para o ingresso quanto para a permanência na militância, dadas as possibilidades mais palpáveis de retribuição em termos de realização de ideais, de ocupação de cargos e de profissionalização.

A recente ascensão ao poder de grupos partidários identificados com movimentos sociais e com diversas formas de militância associativo-sindical na esfera municipal (prefeitura de Aracaju, 2001), estadual (Governo do Estado de Sergipe, 2007) e federal (presidência da República, 2003) marca uma nova configuração na dinâmica do espaço político. Nesta dinâmica, certamente mais complexa do ponto de vista das formas de legitimação e das concepções de política e



de sociedade, ganham força modalidades de fazer política pautadas por uma *visão militante* da política. Em tais condições, destaque-se, a militância em partidos e outras esferas é tomada como principal critério para qualquer pretensão de ocupação de cargos ou exercício de liderança. Num efeito de retroalimentação, as próprias concepções de política e de sociedade dominantes nesses grupos que assumem o poder favorecem a criação de mecanismos deliberativos (como o Orçamento Participativo, por exemplo) e de instâncias especializadas na elaboração e implementação de políticas voltadas a “causas” defendidas pelos movimentos sociais com os quais têm vínculos (secretarias de combate à discriminação racial, de gênero, de combate à homofobia, de direitos humanos etc.). Como dito mais acima, este processo institucional fortalece os investimentos na militância e tende a fomentar a politização de novas questões e grupos à medida que as condições de atendimento das demandas pelo sistema político apresentam-se favoráveis.





## REFERÊNCIAS

---

BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. (dir.). **L'engagement politique: déclin ou mutation?** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, p. 87-114, 1994.

CARVALHO, J. M. de. **Religião e política em Sergipe: a participação dos leigos católicos na política partidária.** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

CORADINI, O. L. Cargos e funções públicas e candidaturas eleitorais. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 689-708, 2012.

\_\_\_\_\_. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 181-203, jun. 2007a.

\_\_\_\_\_. Les participants et les organisateurs du Forum social mondial : la diversité du militantisme. **Cultures et Conflits**, v. 70, p. 153-175, 2008.

\_\_\_\_\_. Escolarização, militantismo e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et. al. (orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

DANTAS, J. I. C. **Eleições em Sergipe - 1985-2000.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

FIGUEIREDO, T. C. S. de. **Em nome dos professores? Inserção profissional e carreiras políticas.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, nº 1-2, p. 199-215, 2001.

GAGLIETTI, M. **PT: ambivalências de uma militância**. Porto Alegre: Da Casa; Palmarina, 2003.

GAXIE, D. **Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique**. Paris: Seuil, 1978.

\_\_\_\_\_. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, 11(1), p. 157-188, 2005.

GOHN, M. G. M. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRILL, I. G. Família", direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. **TOMO (UFS)**, v. 10, p. 85-111, 2007.

ION, J. et al. **Le militantisme en questions**. Grenoble: CRESAL, 1992.

JUHEM, P. Entreprendre en politique: de l'extrême gauche au PS. La professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, nº 1-2, p. 313-153, 2001.

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In: LAGROYE, J. (dir.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003.

LANDIM, L. "Experiência militante": história das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, p. 215-239, 2002/1.

MATONTI F. & POUPEAU, F. Le capital militant: essai de définition. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 154, p. 5-11, 2004.

MATOS, C. M. O. **Serviço Social e engajamento: a prática política dos assistentes**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MISCHE, A. De *estudantes a cidadãos*: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 134-150, 1997.

NASCIMENTO, M. S. **A atividade de consultoria ambiental em Sergipe: tra-**

**jetória, formação e exercício profissional.** Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe, 2011.

NEVES, P. S. C. A questão negra em Sergipe: visões de militantes e de não-militantes. **XXIV Reunião Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2000.

\_\_\_\_\_. Movimentos negros e a questão racial no Brasil contemporâneo: um estudo de caso. In: SANTOS, A. M. dos; GRILL, I. G.; SEIDL, E.; SOUZA, C. (org.). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. São Leopoldo/ São Luís: Oikos/EDUFMA, p. 336-356, 2012.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Abertura política, militância múltipla e proliferação de protestos públicos em defesa de causas ambientais. **Cadernos CERU (USP)**, v. 20, p. 223-239, 2009a.

\_\_\_\_\_. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, p. 103-128, 2008a.

\_\_\_\_\_. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. **Dados**, v. 51, p. 751-777, 2008b.

\_\_\_\_\_. Os usos da educação no militantismo ambientalista. **Pro-Posições**, v. 20, n. 2 (59), p. 77-92, 2009b.

\_\_\_\_\_. **“Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. Significados e usos sociais da expertise na militância ambientalista. **Avá**, n.15, p. 161-185, 2009c.

PASSY, F. Interactions sociales et imbrications des sphères de vie. In : FIL-LIEULE, O (dir.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, p. 111-130, 2005.

PERRINEAU, P. (dir.). **L’engagement politique: déclin ou mutation?** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

REIS, E. T. dos. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, O. L. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, p. 43-60, 2008.

\_\_\_\_\_. **Contestação, engajamento e militantismo: da 'luta contra a ditadura' à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

\_\_\_\_\_; GRILL, I. G. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **TOMO** (UFS), n. 13, p. 127-168, 2008.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980).** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógicas de investimento militante. **Pro-Prosições**, v. 20, n. 2(59), p. 21-39, 2009a.

\_\_\_\_\_. Engajamento e militância associativa em Sergipe: modalidades, recursos e itinerários. **Cadernos CERU** (USP), série 2, v. 20, n. 1, p. 155-169, 2009b.131

\_\_\_\_\_; LEANDRO, H. W. S. Dirigentes políticos em Sergipe: um grupo em mutação? In: SANTOS, A. M. dos; GRILL, I. G.; SEIDL, E.; SOUZA, C. (org.). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil.** São Leopoldo/São Luís: Oikos/EDUFMA, p. 194-211, 2012.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, 13, n. 28, p. 86-124, 2011.

SOUZA, R. S. **Filantropia e participação política pela causa do câncer em Sergipe.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

SOUZA, M. E. S. de. **Militância negra em Sergipe: investimentos e estratégias individuais.** Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimento negro em Sergipe e política institucional: uma análise a partir de carreiras de militantes negros.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

\_\_\_\_\_. Trajetórias individuais, redes sociais e mediação: elementos para



o estudo da emergência de lideranças na defesa da 'causa negra' em Sergipe. In: SANTOS, A. M. dos; GRILL, I. G.; SEIDL, E.; SOUZA, C. (org.). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. São Leopoldo/São Luís: Oikos/EDUFMA, p. 212-230, 2012.

STECKEL, D. de O. G. **Veredas e atalhos: recrutamento e seleção de elites políticas em Sergipe**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2007.





## Capítulo II

### Altruísmo e Engajamento Político: as lógicas sociais de inserção no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil

Raquel Santos Sousa<sup>1</sup>

---

Nos últimos anos, tem sido notável o expressivo número de pessoas no Brasil que dedicam algumas horas do dia para ajudar alguém, seja este conhecido ou desconhecido. Motivadas pela “vontade individual de ajudar ao próximo”, são pessoas que se envolvem em trabalhos assistenciais, de maneira voluntária, “fazendo o bem sem olhar a quem”. Justificativas como “nasci com o dom de ajudar as pessoas” são comumente relatadas por grande parte destas que se interessam em participar em mobilizações coletivas do tipo “humanitário”.

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados de um trabalho mais geral sobre condições e lógicas sociais de ingresso de militantes em grupos mobilizados na causa do combate ao câncer infanto-juvenil<sup>2</sup>. O material empírico que serve de base para a pesquisa compreende 18 entrevistas biográficas com voluntários dirigentes e não dirigentes de duas instituições situadas na cidade de Aracaju, Sergipe<sup>3</sup>: a primeira, a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia de Sergipe (AVOSOS), conhecida também como Casa de Apoio

<sup>1</sup> Licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela UFS.

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi realizada para a conclusão de Dissertação de Mestrado intitulada “Filantropia e participação política no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil em Sergipe”, realizada no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>3</sup> Do conjunto de entrevistados, 10 ocupam a posição de dirigentes e os demais desenvolvem atividades fora do quadro da diretoria.

à Criança com Câncer Tia Ruth, fundada em 1982. A segunda, o Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Sergipe (GACC/SE), fundada no ano de 1999<sup>4</sup>. Tais espaços são denominados de filantrópicos, sem fins lucrativos, de caráter privado e desenvolvem atividades assistenciais para crianças e adolescentes carentes e com câncer.

O interesse pela escolha dos grupos citados decorreu, primeiramente, do discurso de “amor ao próximo” utilizado por alguns militantes engajados nas respectivas instituições, sendo que este sentimento de “altruísmo” é considerado responsável por direcioná-los para a prática da filantropia. E, segundo, pela divulgação frequente de suas ações em diferentes meios de comunicação (TV, rádio, internet, panfletos, etc.), sensibilizando as pessoas a colaborarem com a causa por meio de recursos financeiros, materiais ou tornando-se um voluntário. Entretanto, a opção em estudar não somente por parte de voluntários sem nenhuma ocupação dominante, mas também de voluntários dirigentes, surgiu após verificar que, na sua grande maioria, tais pessoas são as que ocupam posições de grande importância nos grupos, sendo, por exemplo, integrantes do grupo de fundadores, as que ocupam posições hierárquicas dominantes e justamente as mais requisitadas para representar os grupos nos principais meios de comunicação e as que mais atuam na constituição da causa.

Nesse sentido, questiona-se o porquê de certas pessoas decidirem de uma hora para outra ingressar em um tipo de mobilização como a do combate ao câncer infanto-juvenil, sem serem beneficiários diretos dessa causa. Então, de onde surgiu essa vontade individual? Essas pessoas são motivadas por questões familiares, religiosas ou políticas? Em outras palavras, como é construída essa vontade de engajamento a partir da análise das diferentes características sociais dos indivíduos?

<sup>4</sup>Daqui em diante, ao referirmos as instituições investigadas, utilizaremos as siglas AVO-SOS (Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia de Sergipe) e GACC/SE (Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Sergipe).



Partimos da hipótese de que não é uma vontade individual que determina a entrada na militância do combate ao câncer, mas é possível identificar que as disposições para a participação se constroem a partir dos diferentes contextos e ordens de experiências (familiar, escolar, religiosa, profissional) dos indivíduos, aspectos estes que podem conduzi-los à identificação com ideais humanitários.

Com base neste entendimento, o eixo central de investigação buscou apreender o conjunto de elementos ou fatores que geraram as opções dos militantes por um tipo de engajamento como o do combate ao câncer infanto-juvenil. Para este artigo, consideramos alguns elementos que se destacaram durante a coleta de dados, que são os diferentes contextos de socialização, destacando-se o ambiente familiar, religioso e escolar como fundamentais para a formação de disposições para ideais humanitários e as redes sociais formais e informais como mais um recurso que interfere na definição desse tipo de engajamento.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para agregar conhecimentos a respeito da relação entre engajamento político e comportamento militante partindo de estudos já existentes nesta área (GAXIE, 2002; PASSY, 1998; OLIVEIRA, 2008a; ROZIER, 2002), levando em consideração que essa disposição não advém da natureza individual, mas é construída a partir das diferentes relações que o indivíduo passa a ter com o mundo social.

#### 4.1. Contextos de socialização e formação de disposições

A análise das trajetórias sociais dos voluntários dirigentes e não dirigentes de grupos mobilizados no combate ao câncer infanto-juvenil possibilita identificar os condicionantes sociais que estão relacionados a este tipo de engajamento e, ao mesmo tempo, compreender o que leva indivíduos a se dedicar ao outro sem serem beneficiários diretos de tal dedicação. Levando em consideração que o processo de construção das identidades é fruto de um longo trajeto que envolve contexto sociocultural, posição social e as diferentes ex-

periências do mundo de um indivíduo, trata-se de demonstrar que há uma relação entre interesse político e os tipos de socialização, uma vez que, como lembra Gaxie (2002), o comportamento político de cada um estaria apoiado sobre as visões e valorizações do mundo e pode ser explicado de acordo com a história social dos agentes.

Nesta investigação, consideramos alguns elementos que se destacaram durante a coleta de dados, dentre eles os contextos de socialização nos quais os agentes evoluem e a interferência das redes sociais, que, em boa medida, aparecem como um aspecto que contribui para definir as opções dos entrevistados por tal mobilização e, principalmente, pelos grupos AVOSOS e GACC/SE. A inserção em diversas esferas sociais se revela importante para chegar a uma explicação de como se construiu essa “vontade individual” para o engajamento, já que o meio do qual os agentes vieram e no qual estão inseridos, a vinculação com diferentes esferas de socialização e o contato com diferentes pessoas contribuem para moldar o comportamento do indivíduo, gerando os valores e práticas que podem definir a sua ação no mundo social.

Dentre os tipos de socialização nos quais os entrevistados interagem, têm-se a socialização familiar, escolar e religiosa como fatores geradores de uma disposição para o ingresso nesse tipo de militantisimo. Em boa medida, é perceptível nas trajetórias de vida dos militantes um tipo de aprendizado adquirido no ambiente familiar e em espaços religiosos – sobretudo em meios católicos e espíritas, que tem como principal característica a articulação da prática da caridade cristã e a ação social – que contribuem para a incorporação de certos valores que direcionam o indivíduo ao envolvimento em práticas coletivas.

Com base nos dados coletados, pode-se considerar que, em relação à origem geográfica, entre os 18 entrevistados têm-se militantes oriundos em sua grande maioria da capital e do interior de Sergipe, exceto três casos provenientes de Belo Jardim – PE, Granja – CE e Colégio – AL. No entanto, em relação à transição geográfica, as trajetórias dos entrevistados mostram que os indivíduos oriundos do interior e de outros estados migraram para Aracaju ainda na infância

– exceto em dois casos, um aos 18 anos e outro aos 30 –, em alguns casos porque a capital apresenta melhores oportunidades de trabalho e instituições de ensino.

### Quadro 1 Algumas propriedades sociais dos entrevistados

	Instituições	Origem geográfica	Profissão pais
E01	GACC/SE	Aracaju – SE	Soldador / Lavadeira
E02	GACC/SE	Aracaju – SE	Eng. agrônomo (Func. público)/ Func. pública estadual (ENERGIPE)
E03	GACC/SE	Aracaju – SE	Soldador / Lavadeira
E04	GACC/SE	Granja – CE	Carpinteiro/ Dona de casa
E05	AVOSOS	Aracaju – SE	Motorista de táxi / Dona de casa
E06	AVOSOS	Belo Jardim – PE	Feirantes
E07	AVOSOS	Capela – SE	Func. público federal / Dona de casa
E08	AVOSOS	Frei Paulo – SE	Grande proprietário de terras (agropecuário)/ Professora primária
E09	AVOSOS	Aracaju – SE	Func. público estadual / Dona de casa
E10	AVOSOS	Japoatã – SE	Lavradores
E11	AVOSOS	Aquidabã – SE	Lavrador / Dona de casa
E12	GACC/SE	Divina Pastora – SE	Func. público municipal/ Dona de casa
E13	GACC/SE	Aracaju – SE	Func. público estadual/ Dona de casa
E14	AVOSOS	Maruim – SE	Comerciante / Operária
E15	AVOSOS	Aracaju – SE	Empresário / Dona de casa
E16	GACC/SE	Aracaju – SE	Eng. mecânico / Dona de casa
E17	AVOSOS	Carmópolis – SE	Ferrovário/ Professora
E18	AVOSOS	Colégio – AL	Autônomo/ Dona de casa

Fonte: Dados coletados em entrevistas, 2010.

Considerando a posição social de origem de suas famílias, percebem-se militantes como procedências relativamente heterogêneas. Como se pode observar no quadro 1, embora predominem indivíduos provenientes de origens baixas, tais condições impedem maiores generalizações quanto à relação entre origens, recursos sociais e um provável engajamento, visto que, apesar de determinado pertencimento, é possível identificar que os diferentes espaços sociais nos quais os entrevistados interagiram ao longo de seus itinerários – como ambiente escolar, pertencimentos religiosos, profissionais, políticos, redes de relações, etc. – contribuíram para a elaboração de projetos individuais que implicaram um possível engajamento. Entre os 18 entrevistados, tem-se uma filha de feirantes; uma filha de lavradores; uma filha de um engenheiro agrônomo e uma funcionária pública estadual; dois são filhos de um soldador e de uma lavadeira; três são filhas de professoras primárias e pais que são ferroviário, comerciante e grande proprietário de terras (agropecuário); e dez filhos de donas de casa, cujos pais são carpinteiro, motorista de táxi, funcionários públicos (sendo dois estaduais, um federal e um municipal)<sup>5</sup>, lavrador, empresário, engenheiro mecânico, autônomo.

Em comparação com os recursos culturais herdados, os dados expostos sobre o grupo familiar demonstram que, em relação à escolaridade dos pais, em geral têm-se militantes com uma ascensão considerável no nível escolar, já que, na sua grande maioria, seus pais chegaram a cursar o ensino fundamental (completo ou não), exceto em um caso em que a entrevistada, filha de pais analfabetos, somente cursou o primário incompleto<sup>6</sup>. Todavia, observam-se dois casos em

<sup>5</sup> Em relação aos cargos exercidos pelos pais dos entrevistados, as informações obtidas foram as seguintes: dos dois funcionários público estaduais, um trabalhou como electricista e o outro na ENERGIPE (Empresa Energética de Sergipe) em um cargo não definido pelo entrevistado; em relação aos demais funcionários do setor federal e municipal, os entrevistados não souberam identificar os cargos exercidos por seus pais, relatando que na época os funcionários eram remanejados para diversos cargos conforme a necessidade da ocasião.

<sup>6</sup> O primário nos dias atuais é o ensino infantil que vai do 1º ano ao 5º ano e antecede o ensino fundamental.



que os pais concluíram o ensino médio e o ensino superior (Agronomia) e cinco casos em que os pais estudaram ou concluíram o ensino fundamental (até 8ª série). No entanto, apesar da baixa escolaridade dos pais, percebe-se entre os entrevistados um forte reconhecimento em relação a seus progenitores no que diz respeito à educação e à transmissão de certos valores. Nas entrevistas, tais militantes evidenciam que seus pais, tendo ou não algum tipo de recurso escolar, são considerados pessoas detentoras de uma boa educação e responsáveis por transmitirem uma conduta adequada para seus filhos. Para os entrevistados, seus progenitores são exemplos de pessoas que liam, escreviam e falavam muito bem e que procuraram educar seus filhos da melhor forma, sendo sempre lembrados e tidos como referência nas maneiras de pensar e agir no mundo. Tal assertiva pode ser constatada em diversos casos analisados que vão nessa direção, entre eles dois casos que demonstram a influência que os progenitores exercem sobre certas ações dos filhos, já que muitos de seus ensinamentos foram incorporados em suas trajetórias individuais.

### Caso 1:

Que eu me lembre, meus pais foram alfabetizados [...] devem ter cursado alguma escola do interior mesmo [...] não sei te dizer isso [...] mas a escolaridade deles era bem baixa [...] agora meus pais, mesmo não sabendo a base que eles tinham, eu os considero como pessoas sábias [...] minha mãe falava maravilhosamente bem, escrevia muito bem e meu pai fazia cálculos maravilhosos [...] na verdade, eu nem sei se concluíram algum primário [...] meu pai também era uma pessoa muito correta [...] a palavra dele não tinha preço, a palavra dele era o máximo, não precisava assinar documento nenhum, bastava a palavra [...] e eu ainda sou desse segmento aí [...] eu acho que vivi na época certa, aprendi a dar valor a esses valores que até hoje para mim são verdadeiros [...] é a honestidade, lealdade, simplicidade [...] eu fui criada assim e eu me sinto muito bem assim como sou e vou morrer assim. (E09<sup>7</sup>, 81 anos, dona de casa, diretora-presidente da AVOSOS).

<sup>7</sup> Neste trabalho, optamos por não revelar as identidades dos entrevistados, atribuindo,

## Caso 2:

Meus pais são pessoas de origens humildes [...] meu pai era soldador e minha mãe lavadeira [...] mas se for comparar os dois, minha mãe parece ter bem mais estudo do que ele, porque minha mãe sempre foi antenada nas coisas, então ela sempre se interessou em ler, independente ou não de assistir televisão [...] pra você ver até bula de remédio ela lia] [...] tenho minha mãe como um exemplo para mim! (E03, 35 anos, autônomo, diretor administrativo-financeiro do GACC/SE).

A análise dos itinerários escolares dos entrevistados demonstra que, dentre os 18, tem-se um que possui primário incompleto, sete cursaram até o nível médio, e dez chegaram a ingressar no nível superior, nas áreas de ciências exatas (Licenciatura em Química), ciências humanas (Licenciatura em Letras, Pedagogia, Comunicação Social) e ciências sociais aplicadas (Direito, Economia, Administração). Cabe ressaltar que, dentre os entrevistados com nível superior na área de Química e Letras – Português, dois possuem algum tipo de especialização *lato sensu*. Além destes, há uma entrevistada com nível médio e com passagem por uma escola que formava professores do ensino primário (Escola Normal) e duas entrevistadas com nível técnico profissionalizante na área da saúde (auxiliar de enfermagem e instrumentação cirúrgica).

### Quadro 2 Grau de escolarização e ocupação dos militantes

	Escolaridade dos pais	Escolaridade dos entrevistados	Profissão/ ocupação	Função nos grupos
E01	Primário (até a 4ª série)	Sup. incompleto Comum. Social	Supervisor de comunicação e estudante	Supervisor de comunicação GACC
E02	Superior/ Médio	Advocacia	Advogada e consultora do Terceiro Setor	Diretora presidente GACC/SE
E03	Primário (até a 4ª série)	Sup. incompleto Economia	Autônomo e estudante	Diretor administrativo-financeiro GACC/SE

assim, uma numeração a cada um dos que participaram da pesquisa.

E04	Semianalfabetos	Médio	Dona de casa	Diretora de Atendimento ao Paciente GACC/SE
E05	Primário	Médio	Dona de casa	Primeira secretária e diretora da Casa de Apoio AVOSOS
E06	Primário/ Semianalfabeta	Letras Port. Pós-graduação	Professora aposentada	Primeira tesoureira AVOSOS
E07	Primeiro grau completo	Química Pós-graduação	Professor aposentado	Gerente administrativo AVOSOS
E08	Analfabeto/ Primário (Até a 4ª série)	Letras Inglês	Professora aposentada	Segunda secretária AVOSOS
E09	Primário	Médio	Dona de casa e aposentada	Diretora presidente AVOSOS
E10	Analfabetos	Fundamental incompleto	Dona de casa	Voluntária AVOSOS
E11	Semianalfabetos	Médio	Dona de casa	
E12	Primário	Médio Téc. em enfermagem	Técnica em enfermagem Aposentada	Voluntária GACC/SE
E13	Primeiro grau completo/ Primeiro grau incompleto	Sup. incompleto Letras Port.	Estudante	Voluntária GACC/SE
E14	Primário/ Analfabeta	Pedagogia	Professora aposentada	Voluntária AVOSOS
E15	Primeiro grau completo/ Primário	Administração	Empresária	Voluntária AVOSOS
E16	Primeiro grau incompleto	Médio	Desempregada	Voluntária GACC/SE
E17	Primeiro grau incompleto (até a 6ª série)/ Primeiro grau completo	Pedagogia Pós-graduação	Professora aposentada	Voluntária e ex-dirigente AVOSOS
E18	Semianalfabeto/ Primário	Sup. incompleto Letras Esp. Téc. em instr. cirúrgica	Dona de casa	Segunda tesoureira AVOSOS

Fonte: Dados coletados em entrevistas, 2009 e 2010.

No que diz respeito à relação entre capital econômico e cultural, verifica-se que, mesmo identificando, na sua grande maioria, casos de indivíduos de origens sociais modestas, a análise demonstra que não houve por parte dos pais descuido com a educação de seus filhos

e, em alguns destes casos, percebe-se a inserção na universidade como uma estratégia de reprodução social (BOURDIEU, 2008), ou seja, o comprometimento dos pais em garantir um estudo adequado e necessário para os filhos melhorarem de vida. Assim, integram esse quadro uma professora aposentada e dois estudantes, um na área de economia e outro na área de comunicação social. Desta forma, têm-se uma filha de feirantes que cursou o ensino fundamental em escola particular, o ensino médio e superior em escola pública e a pós-graduação em faculdade particular, e dois entrevistados com pai soldador e mãe lavadeira<sup>8</sup> que fizeram todo o ensino fundamental e médio em escola particular católica e iniciaram o ensino superior quando já estavam integrados na militância do combate ao câncer, um em faculdade pública e outro em particular. É importante destacar que, nesse último caso, a inserção de um dos militantes na universidade, no curso de comunicação social, ocorreu em um momento em que ele já estava engajado na militância do combate ao câncer, sendo que, neste caso, os saberes escolares estariam voltados para projetos pessoais, investimento militante e a ocupação de postos ou cargos de comando no grupo no qual milita (PETRARCA, 2008; OLIVEIRA, 2008b; SEIDL, 2009).

Entre o conjunto de entrevistados encontram-se dois casos em que não houve ingresso no ensino superior, mas inserção em escola técnica profissionalizante, sendo este tipo de ensino apontado pelos entrevistados como uma forma mais rápida de entrar no mercado de trabalho. Têm-se, neste caso, duas entrevistadas filhas de donas de casa cujos pais são agricultor e funcionário público municipal e que optaram por fazer curso profissionalizante, uma como auxiliar de enfermagem e outra como instrumentador cirúrgica. Neste último caso, o ingresso no ensino técnico e superior (no curso de Letras – Espanhol), ocorreu tardiamente (depois dos trinta anos), após o falecimento de seu cônjuge.

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que estes dois entrevistados são irmãos e atuam no mesmo espaço de militância.



De um modo geral, pode se dizer que se trata de indivíduos em grande parte escolarizados em “boas escolas”, alguns em escolas particulares, outros em colégios com base católica e, em alguns casos, em escola pública<sup>9</sup>. No intuito de reforçar os valores transmitidos pela educação familiar, verifica-se ainda a passagem de boa parte dos entrevistados por colégios com orientação religiosa (colégios coordenados por freiras ou padres). Nos casos em que isto ocorreu, os entrevistados mencionam que, para seus pais, os colégios particulares que integram a rede católica eram tidos como os melhores estabelecimentos de ensino para crianças e jovens na cidade de Aracaju. Conforme indica Saint-Martin (1999, p. 107), percebe-se que há uma preocupação dos pais em colocar os filhos em “colégios que prolonguem ou completem a educação familiar e que cumpram as diferentes funções que lhes são atribuídas tanto pelas famílias quanto por seus responsáveis”. Em termos de pedagogia, algum destes colégios, além de dar ao aluno uma formação baseada em atividades científicas e intelectuais, transmite-lhe uma moral indissociável da religião. Em boa medida, essa relação contribui, inconscientemente ou conscientemente, para a constituição de gostos e disposições favoráveis à valorização do comportamento denominado de altruísta.

O ensino religioso está presente na escolarização de sete entrevistados – nos itinerários de E01; E02; E03; E05; E06; E12; E18 –, e um aspecto que chama a atenção é que, dentre eles, cinco estudaram, em períodos diferenciados, em um mesmo colégio. Trata-se de instituições religiosas que integram a rede católica e têm como princípio básico uma formação fundamentada em valores cristãos, transmitindo a seus alunos a importância do trabalho em grupo, de ser solidário, de ser um homem justo e bom. De acordo com Siméant (2009, p. 109), a passagem por universos comunitários e a exposição precoce a práticas e atividades que valorizam a ajuda ao outro contribuem

<sup>9</sup> Nos entrevistados que cursaram parte de seus estudos na Escola Pública Atheneu Sergipense, em Aracaju, percebe-se uma valorização do próprio estabelecimento de ensino, sendo citado, em alguns casos, como uma das melhores escolas de ensino médio em décadas passadas.

para a “formação de gostos e vocação humanitária”. Este tipo de instituição tem o papel de ensinar valores que contribuam para formar disposições favoráveis para atividades humanitárias.

De um lado, têm-se cinco entrevistados – E01; E02; E03; E05; E18 – que estudaram no Colégio Patrocínio São José em Aracaju, conhecido por integrar a rede de colégios das “Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição”. Dois deles, E01 e E03, cursaram todo o primeiro e o segundo grau nesse colégio: E01 foi coroinha quando cursava o primário e E03 fez parte de um grupo, ainda na adolescência, denominado de Renovação Carismática vinculado à Igreja Católica; E05 cursou nele o ensino infantil e parte do ensino fundamental; E02, que, além de ter cursado parte do ensino fundamental no mesmo colégio, concluiu o ensino fundamental e cursou parte do ensino médio em duas escolas também ligadas à rede católica (Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus e Colégio Salesiano, ambos coordenados por padres); E18 fez parte do ensino fundamental e médio no Colégio Patrocínio e também estudou em outro colégio católico até a 4ª série (Cristo Rei). Por outro lado, tem-se o caso de E12 e E06, que também tiveram passagem por escolas confessionais: E12 cursou parte do ensino fundamental no Oratório Festivo “São João Bosco” (Oratório de Bebê), centro educacional coordenado por freiras, e E06 fez o ensino médio também em uma instituição escolar da rede católica, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, coordenado pelas Irmãs Sacramentinas. Neste último caso, o contato com as irmãs da escola e o fato de ter sido uma ex-aluna foi decisivo para gerar um capital social que lhe possibilitou ser contratada como professora no grupo<sup>10</sup>.

Nesse caso, a socialização primária e secundária contribui para a prática de “boas maneiras” e para a caridade cristã, reforçando assim, como lembra Saint-Martin (1999, p. 119) “não apenas o sentimento de se pertencer a um grupo à parte, de não ser como os outros, mas também o sentido do dever para com a família e mais amplamente para com o próximo”. No que diz respeito às mulheres – já que grande

<sup>10</sup> Cabe mencionar que a entrevistada relata que, antes de tornar-se professora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ela já era professora concursada do Estado de Sergipe.

parte dos militantes dos grupos investigados são mulheres –, essa socialização contribui para a transmissão do capital moral e, por conseguinte, valores, virtudes, competências que devem acompanhar a transmissão do capital cultural (BOURDIEU, 2008).

A partir do quadro 1 e 2, é possível notar também que a questão de gênero aparece na pesquisa como um dado que não pode ser relegado, visto que, no conjunto de entrevistados, as mulheres totalizaram 83,33% da amostragem, ou seja, dos 18 entrevistados, 15 são mulheres. Isto ocorre porque, nas instituições às quais a pesquisa esteve direcionada, o trabalho voluntário é desenvolvido com mais frequência por mulheres.

Pode-se dizer que, durante muito tempo, as representações sociais construídas sobre o papel da mulher se ancoraram no entendimento de que a educação feminina deveria estar voltada para o papel específico de “mãe feliz, esposa culta, envolvida em obras de caridade e atividades voluntárias” (SAINT-MARTIN, 1999, p. 107), deixando de fazer parte de espaços dominados pelo mundo masculino. Conforme assinala Siméant (2003, p. 123), as definições que foram construídas em torno do papel legítimo da mulher na sociedade demonstram as fronteiras simbólicas e concretas existentes entre homens e mulheres, sendo que “os domínios de ação que são atribuídos à mulher, como a maternidade, podem ser percebidos como uma forma muito mais de dominação do que a sua exclusão da esfera de poder”. Desse modo, a identificação da mulher com o social está, muitas vezes, atrelada aos vários papéis que foram definidos pela sociedade, o que incide diretamente na ideia da mulher como mãe, esposa, dona de casa e responsável por cuidar dos mais carentes.

## 4.2. Socialização religiosa e a questão altruísta

A análise dos itinerários sociais dos entrevistados que militam no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil possibilita evidenciar experiências no espaço de socialização religiosa como um componente marcante e complementar para a formação de gostos e

disposições para causas humanitárias. Desta forma, tem-se o aspecto religioso como elemento fundamental e formador de uma predisposição de ser “útil ao outro”. No entanto, isso não significa que as pessoas socializadas em meios religiosos vão manifestar essa “vontade de ser útil” ou se direcionar para algum tipo de mobilização coletiva de forma mecânica. Parte-se do pressuposto de que a forma como estes indivíduos foram socializados pode conduzir, em algum momento, a comportamentos, escolhas, decisões que são tidas por eles como significativas ou gratificantes. Neste sentido, a ação dos agentes dependerá da respectiva situação e do sentido que essa prática terá para os envolvidos.

Nos casos investigados, pode-se observar a interferência da socialização familiar na orientação religiosa dos filhos. Quanto a isso, observa-se que a religiosidade dos pais influencia a orientação religiosa dos filhos, sendo que, na maioria dos casos, a figura materna é responsável por definir as preferências dos entrevistados por um tipo de religião específica. Mesmo nos casos em que tanto o pai como a mãe participam assiduamente da missa, no caso da Igreja Católica, e das reuniões, no caso do centro espírita, ou nos casos em que os pais não têm uma religião definida, a figura materna exerce um poder de integrar os filhos nos grupos religiosos que frequentam. O fato de ir à missa ou às reuniões por influência dos pais é, em geral, comentado pelos entrevistados. Desta forma, percebe-se que a orientação religiosa doméstica contribui para a incorporação de uma série de valores que auxiliam os agentes em sua maneira de ser, pensar e agir no mundo. Conforme indica Seidl (2009, p. 24), a relação entre orientação doméstica e orientação religiosa leva à “incorporação de valores direcionados a ‘cooperação’, ‘ajuda’, ‘caridade’, ‘devoção’ e ‘compromisso pessoal’, contribuindo, assim, para a elaboração de projetos individuais que implicam algum tipo de engajamento”.

### Quadro 3 Religiosidade familiar

Entrevistado	Religião dos pais	Religião do entrevistado
E01	Pai – católico (frequentou também grupo espírita) / Mãe – católica	Católico
E02	Pai – agnóstico / Mãe – espírita	Espírita
E03	Pai – católico / Mãe – católica	Católico
E04	Pai – agnóstico / Mãe – católica	Espírita
E05	Pai – católico/ Mãe – católica (depois de um tempo optou pela doutrina espírita)	Espírita
E06	Pai – católico / Mãe – católica	Católica
E07	Pai – católico / Mãe – católica	Espírita
E08	Pai – católico / Mãe – católica	Católica
E09	Pai – agnóstico/ Mãe – católica (após ter se salvo de um incêndio, optou pela doutrina espírita).	Espírita
E10	Pai – católico / Mãe – católica	Católica
E11	Pai – evangélico / Mãe –agnóstica	Católica
E12	Pai – agnóstico/ Mãe – católica	Católica
E13	Pai – evangélico (mas já foi católico) / Mãe – católica	Católica
E14	Pai – gnóstico / Mãe – agnóstica/	Espírita
E15	Pai – católico / Mãe – católica	Católica
E16	Pai – protestante (mas já foi católico) / Mãe – católica	Católica
E17	Pai – católico/ Mãe – católica	Espírita
E18	Pai – agnóstico/ Mãe – católica	Católica e espírita

Fonte: Dados coletados em entrevistas, 2009 e 2010.

Conforme mostra o quadro 3, percebe-se que, na maioria dos casos, a referência religiosa dos pais influencia no aspecto religioso dos filhos, sendo perceptível a presença de famílias provenientes de grupos católicos e espíritas. Dos 18 entrevistados que praticam ou se identificam com algum tipo de religião, dez são adeptos do catolicismo e sete do espiritismo, e chamando a atenção o caso de uma entrevistada que se considera pertencente às duas religiões (católica

e espírita). Do total dos entrevistados, 12 seguiram a religião dos pais – mesmo nos casos em que seus genitores mudaram de religião – e quatro filhos de pais católicos mudaram de religiosidade quando alcançaram a fase adulta, optando pelo espiritismo. Têm-se, ainda, dois casos de filhos de pais agnósticos (em um destes o pai tornou-se evangélico) que definiram sua própria orientação religiosa, um optando pelo catolicismo e outro pelo espiritismo. Quanto às trajetórias sociais, observou-se também que grande parte dos entrevistados mantém algum tipo de envolvimento com meios religiosos, frequentando de vez em quando ou participando de maneira intensa em alguma atividade oferecida nestes ambientes.

Além disso, verificou-se que as práticas desenvolvidas por meio de instituições religiosas, seja através de missas, reuniões, grupo de jovens, grupo de casais, ou atividades beneficentes, dentre outros, são fundamentais para a valorização da prática coletiva e para o aprendizado do que é viver em sociedade. No entanto, cabe ressaltar que não se pretende tomar a socialização religiosa como único sistema de crenças, valores ou fé que influencia as escolhas morais e intelectuais dos agentes (SIMÉANT, 2009). Neste caso, leva-se em conta que a passagem por ambientes religiosos também contribui para desenvolver aprendizados para a vida em grupo, para a formação de gostos e disposições favoráveis ao engajamento associativo.

### 4.3. Socialização católica-espírita e conduta humanitária

No chamado “mundo das ações sociais”, nos seus mais variados espaços, encontram-se pessoas que falam de uma concepção altruística de servir ao próximo como um dos motivos de seu engajamento. Para elas, fazer caridade ou ajudar ao outro sempre foi um dos ensinamentos aprendidos no ambiente familiar, principalmente se este meio é fortemente regido por preceitos religiosos. Aliás, caridade cristã e ação social são práticas que, ao longo da história do Brasil, es-

tiveram ligados às tradições religiosas, sobretudo à Igreja Católica<sup>11</sup>, que permaneceu como religião dominante durante mais de três séculos. Todavia, mesmo com o crescimento de outras religiões no Brasil, como evangélicos, espíritas, religião afro, etc., os valores transmitidos pelo catolicismo são encontrados no itinerário dos entrevistados de maneira marcante, ainda que estes tenham optado por mudar de religião na adolescência ou na vida adulta.

No que diz respeito à educação religiosa católica, Siméant (2009, p. 102) destaca que “certos tipos de socialização católica valorizam e favorecem comportamentos qualificados de altruístas”, fato este que evidencia a articulação entre “socialização religiosa e vocação humanitária”. Diante deste aspecto, observa-se que, em meio às características sociais encontradas entre os entrevistados, a socialização religiosa é um elemento que aparece com muita frequência na trajetória dos militantes engajados no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil. Desta forma, quando se perguntou se os entrevistados participam ou participaram de algum tipo de grupo no decorrer de suas vidas, tem-se nas respostas de grande parte dos entrevistados alguma passagem por grupos religiosos, sobretudo católicos. Observa-se ainda, entre os entrevistados pertencentes à religião espírita, que estes em algum momento de suas vidas tiveram contato com algum tipo de prática do catolicismo, seja a partir da participação em missas ou nas aulas de religião em colégios católicos.

Quanto a isso, vale mencionar que, dos 18 entrevistados, dez dos que se consideraram católicos têm ou tiveram algum envolvimento com grupos ou atividades ligados ao catolicismo, seja através de grupo de casais, de jovens, apostolado da família, missa, colégios religiosos, eucaristia, etc. Na situação em pauta, têm-se três que tiveram passagem pela renovação carismática; dois pela pastoral familiar, sendo que uma destas ainda participa do grupo; dois pelo grupo de casais, sendo que uma teve passagem pela JUC (Juventude Universitária Católica); uma faz parte do coral; um foi coroinha; uma faz parte do apostolado dos idosos; e uma sempre frequentou missas

<sup>11</sup> Sobre esse aspecto ver Landim, 1993.

e procissões. Todavia, dos sete que se consideram espíritas, cinco já haviam pertencido à religião católica anteriormente, mas mudaram de religião devido ao contato com outras doutrinas. Assim, antes de romperem com o catolicismo, uma fez parte de um grupo de casais; quatro não pertenceram a nenhum grupo, mas descrevem que iam muito à missa e procissões; três não fizeram parte de nenhum grupo católico, sendo que duas destas tiveram contato com o ensino religioso em colégios católicos. Por fim, complementando o conjunto, uma entrevistada coloca que não rompeu definitivamente com o catolicismo e, por isso, frequenta as duas religiões, pois, segundo ela, nada a impede de participar dos dois espaços.

A participação ou o contato com alguma atividade ou grupo católico proporciona aos entrevistados a aquisição de aprendizados sobre o que é a vida comunitária, o agir coletivo, permitindo a cada participante compreender e valorizar o outro, seja ele conhecido ou desconhecido. Assim, seja essa participação realizada em alguma pastoral, grupo de jovens, encontros ou outras atividades dentro do meio católico, estes ambientes permitem aos indivíduos internalizarem diferentes experiências e reforçarem a vontade de pertencimento a algum grupo. Além disso, o desenvolvimento de certas práticas proporciona o reconhecimento do sentido que envolve o “nós” ou o “eu” direcionado ao “outro”, uma vez que permite o relacionamento com outras pessoas. Nesse caso, estes indivíduos são religiosamente motivados para a “prática da ajuda espiritual ou material”, seja dentro do grupo familiar, religioso ou da vizinhança, a partir dos problemas ou necessidades que observam.

Um exemplo da formação de gostos e disposições para a prática humanitária encontra-se no relato de dois entrevistados que são irmãos e estudantes, ambos integrantes do mesmo espaço de militância e criados sob orientação católica. O primeiro é E01<sup>12</sup>, 28 anos, estudante de Comunicação Social e supervisor de Comunicação Social no GACC/SE. O segundo é seu irmão E03, 36 anos, estudante de

<sup>12</sup> Em relação a informações sobre os entrevistados citados, vide quadros 1, 2 e 3.



Economia e autônomo. Provenientes de origens humildes, filhos de uma lavadeira e um soldador aposentado, concluíram o ensino fundamental e médio no Colégio Patrocínio São José, colégio da rede católica situado na cidade de Aracaju, Sergipe, e coordenada por freiras de formação franciscana. Assim, quando se perguntou se em algum momento de suas vidas participaram de algum tipo de grupo ou mobilização coletiva, respondem da seguinte forma:

### Caso 1:

O único grupo que participei, que é normal de um adolescente, foi o grupo da eucaristia [...] Ah! também fui coroinha umas duas vezes, mas depois não quis mais porque levei uma bronca por ter esquecido de bater o sino [...] e no grupo da eucaristia, eu fazia parte da comissão para levantar fundos para organizar a eucaristia [...] nessa época eu andava muito na igreja [...] tinha meu grupinho da escola e a gente se reunia para ir para a igreja juntos [...] lembro que fizemos até uma visita à Fazenda Esperança (local que cuida de jovens envolvidos com entorpecentes) [...] Fora o grupo da igreja, depois só vim participar aqui no GACC quando tinha 17 anos. **E a escola em que você estudou era católica?** Sim! Coordenada por freiras, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição [...] lá tínhamos o ensino religioso, tínhamos que participar das missas, tínhamos que participar dos eventos que o colégio oferecia, até porque as freiras eram muito rigorosas [...]. (E01, homem, 28 anos, supervisor de Comunicação do GACC/SE).

### Caso 2:

Na minha infância quando comecei a estudar, minha mãe me colocou em um colégio de freiras, né! [...] então eu tive uma formação basicamente franciscana [...] estudei no Colégio Patrocínio São José e só saí de lá quando terminei o segundo grau [...] me interessei em

participar em um grupo de jovens quando ainda estava na escola, que dava aulas de religião [...] e aí você vai se envolvendo com uma turminha de amigos e os colegas que vão indo para os encontros, e você acaba indo também [...] foi o meu caso [...] na verdade, o grupo de jovens não fazia parte da escola, mas tinha gente da minha turma que frequentava, aí surgiu um convite de um amigo meu que já frequentava o grupo e aí ele me convidou dizendo que era legal, que tinha muita gente nova para a gente conhecer e tal [...] que tinha algumas atividades interessantes, e aí eu fui e comecei a me envolver e passei mais ou menos uns seis anos frequentando a Renovação Carismática [...] eu só frequentava mesmo, era só participante! [...] ia para as reuniões [...] teve uma época até que passei ajudando na equipe de recepção aonde as pessoas chegavam e a gente entregava folhetos com mensagens [...] mas aí, a questão do trabalho, estudo e tal, vai tirando o seu tempo [...] se é que a gente fica sem tempo, né! [...] dizem que quando a gente quer, a gente vai, né! [...] e foi aí que eu acabei deixando de ir [...]. (E03, homem, 36 anos, diretor administrativo-financeiro do GACC/SE).

O que caracteriza o trajeto dos entrevistados em questão é o fato de terem sido alunos do ensino confessional, uma vez que, nesse caso, a exposição a atividades comunitárias realizadas por tal espaço leva os agentes a terem contato com práticas humanitárias. Porém, isto não significa que este aprendizado vá direcioná-lo somente para causas afins, ou que vá ocorrer da mesma forma para cada um, ou ainda que isso não tenha sentido para aqueles que não tiveram contato com algum grupo religioso católico ou romperam com o catolicismo. Todavia, a passagem por este universo permite apreender um conjunto de práticas que podem ser utilizadas em outros espaços que, para os agentes, podem ser considerados como gratificantes. Como coloca Siméant (2009, p. 109), “pouco importa a organização da qual participam ou querem participar, se tem ou não uma referência confessional, já que o que importa é o conteúdo da ação, que conta mais do que o rótulo”.



Nas narrativas de experiências no espaço de socialização religiosa, um ponto a ser destacado diz respeito à inserção dos entrevistados em espaços considerados ideologicamente próximos, que valorizam o comportamento qualificado de “altruísta” e incentivam seus frequentadores ao envolvimento em causas sociais. Assim, observa-se nas trajetórias dos entrevistados que o aprendizado e as experiências em espaços religiosos permitiram internalizar valores e práticas que direcionam os agentes para algum tipo de engajamento culturalmente próximo. Nesse sentido, trata-se de indivíduos que estão ou estiveram inseridos em grupos católicos e espíritas, que têm como característica comum a valorização do trabalho voluntário e da caridade – doar seu tempo, sem esperar remuneração, como meio de fortalecer o lado espiritual.

Um dos aspectos que deve ser levado em consideração nessa relação é que tanto o espiritismo como o catolicismo têm como característica comum a valorização de uma conduta direcionada para o bem-estar do outro, onde, a partir do momento em que o indivíduo torna-se solidário, caridoso, colabora para o fortalecimento da sua relação individual com Deus e para sua salvação. Assim, além do comportamento altruísta ser uma forma de colocar em prática aquilo que foi incorporado em seu trajeto de vida, o investimento em causas sociais ou humanitárias muitas vezes se traduz em uma questão de “retribuição ao divino”, de “lucro simbólico” ou até mesmo de “realização de si” (ROZIER, 2002; SIMÉANT, 2009). Desta forma, fazer algo de bom para alguém é apresentado pelos entrevistados como uma forma de “se tornar mais humano”, de “dar sentido à sua vida”, de “poder salvar vidas”, de “ser reconhecido por ter feito algo” e de “estar bem perante Deus”. Isso pode ser demonstrado a partir do relato de alguns entrevistados que comentam serem seguidores dos ensinamentos de sua religião. Pode-se citar como exemplo em questão o caso da presidente de honra do grupo AVOSOS, E09, uma dona de casa que se declara espírita, filha de um funcionário público e de uma dona de casa. Tal depoimento deixa transparecer como a orientação doméstica e religiosa teve um papel relevante para a formação de uma conduta humanitária. Desta forma, o engajamento na causa

do combate ao câncer infanto-juvenil é, para essa entrevistada, uma forma de agradecer a Deus por tudo que conseguiu em sua vida. O relato abaixo ilustra tal visão:

A participação de minha mãe foi muito importante para que eu me interessasse pela doutrina espírita [...] lá no centro, além das reuniões, também eram feitas as partes filantrópicas [...] eram feiras, remédios, algumas coisas assim [...] e eu aprendi isso [...] e hoje eu vejo que Deus me dedicou essa tarefa de estar ajudando essas pessoas e eu abracei com amor e com vontade [...] eu acho que nós temos de tudo e temos que agradecer de alguma forma o tanto que Deus nos dá. (E09, mulher, 81 anos, diretora-presidente da AVOSOS).

Alguns estudos têm demonstrado o surgimento de novas formas de ajuda mútua fora de ambientes confessionais que atuam como “formas contemporâneas de salvação” (WEBER, 2003; SIMÉANT, 2009). Neste sentido, as formas como os agentes encaram o mundo partem do investimento intenso em espaços ou organizações que desenvolvam atividades voltadas para o bem-estar do outro. Conforme assinala Siméant (2009, p. 102), “a atualização de disposições religiosas nos humanitários esclarece o fato das ONGs humanitárias constituírem hoje empresas de bens de salvação”. Neste caso, entre os agentes investigados, observou-se que os espaços nos quais atuam lhes propiciam a possibilidade de colocar em prática suas experiências socializadoras, já que grande parte destes esclarecem que sua participação na causa é uma forma de realizar o “desejo de ajudar ao outro” de maneira mais direta. Essa relação é ilustrada no relato de E08, uma professora aposentada, filha de um agropecuário e uma professora primária:

Acho que Deus me deu tanto, mas tanto, que eu tenho que retribuir um pouco de tudo que recebi na minha vida [...] e aqui no grupo eu tento dar o melhor de mim para ajudar essas pessoas. (E08, mulher, 67 anos, segunda secretária da AVOSOS).

Em relação ao espiritismo, as atividades direcionadas para obras sociais têm um lugar privilegiado em seus ensinamentos, uma vez que a doutrina espírita apresenta a caridade como um tipo de princípio e valor. Sob essa perspectiva, Giumbelli (1998) assinala que a



caridade é considerada parte e consequência da adesão à doutrina espírita, e essa relação é destacada por Alan Kardec quando diz que “fora da caridade, não há salvação” (KARDEC *apud* GIUMBELLI, 1998, p. 134). Dentre alguns aspectos que caracterizam as instituições espíritas, Doimo (2004, p. 148) salienta que “o espiritismo tem uma longa tradição associativa em casas de caridade, de trabalho voluntário e de estímulo aos cuidados da saúde, hábito de leitura e a formação profissional”. A pluralidade de práticas oferecidas pelo grupo espírita é salientada por boa parte dos entrevistados adeptos desta religião, uma vez que colocam que, em decorrência do envolvimento em atividades do grupo, tiveram a oportunidade de praticar o trabalho voluntário, por exemplo.

É possível identificar, nos relatos de alguns entrevistados, que as pessoas socializadas no espiritismo têm um forte envolvimento dentro e fora do espaço confessional, o que permite compreender que tal investimento em práticas voluntárias é realizado em função da religião. O relato abaixo, feito por uma entrevistada que se considera espírita, ilustra tal visão:

Eu acho que o trabalho que executo aqui no grupo já é um trabalho espiritual, porque minhas energias estão todas direcionadas aqui [...]. Quando assumi o grupo, parece que fui direcionada por uma força oculta, né! e que o tempo foi amadurecendo e que só tenho olhos mesmo pra aqui [...]. No início eu não gostei de trabalhar com pessoas que têm esse tipo de doença [...] mas aí a gente vai tomando uma consciência religiosa mesmo, de religiosidade, e quando você ler bastante dentro, eu não digo ler a doutrina espírita, mas ler o evangelho de Cristo, a própria Bíblia, você vai ver que as palavras sem as ações não valem de nada, entendeu! (E05, mulher, 58 anos, diretora da Casa de Apoio AVOSOS).

Portanto, do total de entrevistados, sete se consideram espíritas e atestam que o envolvimento religioso foi fundamental na hora de aderir à causa do combate ao câncer: dos setes, três disseram que o seu envolvimento no centro espírita lhes permitiu ter um maior contato com ações de caridade, através da atuação como voluntárias em “grupos de ajuda” e realização de visitas aos mais necessitados; três entrevistados relatam que a doutrina espírita foi de fundamental im-

portância para dar continuidade ao seu envolvimento na causa; e um entrevistado afirma que a religião criou nele uma conscientização do que é ajudar o outro.

#### 4.4. Redes sociais e engajamento individual

Assim como os diferentes tipos de socialização aparecem como formadores de disposições nas trajetórias dos entrevistados, pode-se acrescentar que o papel das redes sociais constitui outro aspecto fundamental, principalmente no que diz respeito ao critério da opção dos entrevistados pelo o engajamento no combate ao câncer. Na verdade, as redes sociais têm sido destacadas em alguns trabalhos que analisam o engajamento individual (PASSY, 1998; OLIVEIRA, 2008) como um fator que influencia e conduz os indivíduos a decidirem sobre o tipo de movimento no qual veem sentido em participar.

Levando em conta que cada rede é um veículo de informação e somente a vontade de agir dos agentes não é suficiente para a inserção em um movimento coletivo, pode-se dizer que o interesse em algum tipo de engajamento muitas vezes resulta dos vínculos sociais que estes indivíduos estabelecem, sejam eles informais, a partir do envolvimento de parentes, amigos, conhecidos em algum tipo de prática coletiva ou formais, por outras formas de conhecimento sobre uma mobilização específica, tais como jornais, internet, panfletos, etc.

Entre os agentes investigados, percebe-se que é por meio das interações em redes que eles são direcionados para a participação nos grupos GACC e AVOSOS, já que a grande maioria dos entrevistados iniciou a sua participação em tais instituições por intermédio das interações estabelecidas em redes sociais. Desta forma, os diversos tipos de redes que estes agentes estabelecem nas diferentes esferas sociais contribuem não só para a formação de disposições, mas também para colocar em prática a vontade de participar em algum tipo de movimento coletivo. Conforme aponta Mische (1997, p. 139) “as diferentes redes representam um repertório mais ou menos de-



limitado de reconhecimento coletivo, [...] dão sentido e direção aos laços sociais”. Nesse sentido, pode-se dizer que as redes têm a função de aproximar os agentes de estruturas ideológicas próximas, além de definir e redefinir a escolha ou interesse por certo tipo de mobilização, sendo que, segundo Passy (1998, p. 65), “sem essa inserção, é pouco provável que o indivíduo adquira um nível suficiente de socialização com o jogo político e de identificação com o movimento social”. No que concerne à oportunidade de mobilização para a causa em questão, as “redes informais e formais” (PASSY, 1998) aparecem como uma espécie de mediação entre os valores que são internalizados e a conversão do “potencial de mobilização” do agente.

A partir das trajetórias de vidas dos entrevistados, observa-se que as redes informais e formais constituem uma das principais vias de acesso para o engajamento nos grupos GACC e AVOSOS. Do conjunto de entrevistados, têm-se 12 que foram direcionados para a participação no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil por meio de redes, sendo, neste caso, oito através de redes informais e quatro por redes formais. Por um lado, percebe-se que a oportunidade de mobilização por tal causa ocorre através dos diferentes vínculos sociais estabelecidos com pessoas que já atuam na causa ou conhecem tais grupos.

Nesse caso, dos oito entrevistados que foram influenciados por redes informais, têm-se quatro casos – como os de E02, E07, E03 e E14<sup>13</sup> – cuja participação nesta causa foi motivada pela mãe, cônjuge, irmão e irmã. Para três entrevistados, E10, E12, E16, a interferência de amigos, vizinhos e conhecidos já engajados em tais grupos foi decisiva para sua participação. E, por fim, o entrevistado E08 escolheu tal mobilização por meio de sua irmã, que não integra nenhum dos grupos, mas tinha conhecimento do trabalho de uma das associações, devido à relação de amizade com uma das voluntárias fundadoras. Assim, o conhecimento prévio sobre esse tipo de mobilização se dá por meio de pessoas que fazem parte do círculo social dos agentes em potencial, uma vez que este tipo de relação aumenta as chances e a possibilidade de inserção em algum tipo de engajamen-

<sup>13</sup> Em relação a informações sobre tais entrevistados, vide quadros 1 e 2.

to. Conforme indica Passy (1998, p. 66) “os indivíduos, estando em contato com uma pessoa já mobilizada, têm uma forte predisposição a participar da ação coletiva”.

Por outro lado, têm-se quatro entrevistados – E01, E06, E13 e E17 – que foram influenciados por redes formais, uma vez que a oportunidade de mobilização surgiu por intermédio de diferentes meios de comunicação, como rádio, internet, faixas e panfletos que tinham a função de divulgar o trabalho dos grupos e incentivar a adesão de novos militantes. Tais meios de divulgação contribuíram para definir as preferências dos entrevistados por participarem do movimento, já que este tipo de rede, segundo Passy (1998, p. 66) “aumenta as chances de o indivíduo descobrir as atividades dos movimentos sociais que são culturalmente próximos”. Esse tipo de recurso contribui para aproximar os indivíduos a um determinado movimento coletivo, como também serve para definir as preferências dos agentes por um grupo pelo qual têm simpatia política.

Porém, percebem-se também indivíduos que foram direcionados para participar em tal causa após presenciarem, em suas famílias, a ocorrência dessa doença em parentes. Assim, verificam-se três casos – os de E15, E16 e E18 – nos quais a decisão de participar na causa ocorreu após o falecimento de algum parente próximo – como pai, sogro e cônjuge que apresentavam a doença –, fato que levou tais entrevistados a decidirem fazer algo em prol de outros com o mesmo tipo de mazela.

Finalizando o conjunto de entrevistados, observa-se a interferência da socialização religiosa e redes informais estabelecidas em espaços confessionais e engajamento neste tipo de movimento nos itinerários de três entrevistados – E04, E05 e E09. Nos relatos dos entrevistados, pode-se perceber que no grupo religioso no qual estão inseridos – eles frequentam a religião espírita –, desenvolvem a prática do trabalho voluntário através de grupos de ajuda aos mais necessitados e, em outros casos, fazem visitas hospitalares aos doentes. Neste caso, a dedicação a atividades voluntárias, religiosas e caridosas contribuiu para expandir os seus vínculos sociais, uma vez que a interação com outras pessoas possibilitou o contato com a causa do



combate ao câncer infanto-juvenil. Identificamos nas trajetórias das três entrevistadas citadas que a passagem por um ambiente altamente favorável à incorporação de práticas humanitárias e a inserção em redes constituem aspectos que influenciaram na decisão de escolher o tipo de mobilização no qual houve o engajamento. Desta forma, pode-se dizer que tais elementos foram essenciais na passagem de um engajamento passivo para o engajamento ativo na causa.

Pode-se citar como trajeto típico de tal engajamento o relato de E05, filha de um motorista e uma dona de casa, que iniciou sua participação na causa em questão por meio de práticas voluntárias na religião espírita e da interferência de redes de relações estabelecidas neste tipo de espaço:

Eu conheci tia Ruth, porque nós tínhamos em comum um trabalho voluntário no Centro Espírita Bezerra de Menezes e no centro espírita Caminho da Redenção [...] dia de segunda a gente costurava, fazia enxoval de recém-nascido e foi aí que conheci tia Ruth nesses trabalhos [...] foi aí que ela começou a fazer visitas nos hospitais, porque ela já participava de um grupo com mais três pessoas, uma vizinha e uma amiga dela que já visitavam o hospital Cirurgia [...] eu fazia trabalho voluntário dentro do centro espírita, né, participava do grupo de estudos, grupo de pais [...] na época eu já fazia várias atividades, e, quando falavam em visitar os hospitais, eu fazia restrições [...] e aí tia Ruth um dia disse: Jeane, vamos? [...] eu sempre ia para o centro na segunda e na terça-feira e na quarta era o dia de levar lanches no hospital [...] e um dia eu resolvi conhecer como era. [...] e não gostei! Não gostei porque não estava preparada, sabe! [...] Você se revolta diante do que vê ali, diante do serviço miserável que o governo oferece. [...] no início, quando começamos a nos reunir na casa de tia Ruth, muitas vezes eu não queria ir [...] e aí eu dizia: poxa, o lanche é ótimo porque é um dia só, mas e o outro dia? E foi aí que aos poucos eu despertei! (E05, mulher, 59 anos, voluntária da AVOSOS).

Para demonstrar como as redes religiosas e informais contribuíram para o ingresso no movimento do combate ao câncer, pode-se citar a trajetória de E09, fundadora e presidente de honra da Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia (AVOSOS). Sua traje-

tória apresenta uma articulação entre socialização familiar, religiosa e a presença de redes sociais como definidoras de sua escolha de tal causa. Em seu trajeto de vida, não teve nenhum envolvimento com ambiente partidário, estudantil ou sindical. Seus pais eram oriundos do interior de Sergipe e só cursaram o ensino primário (da 1ª a 4ª série). O pai era funcionário público estadual e trabalhou durante grande parte de sua vida como eletricista, fazendo manutenção da rede elétrica dos bondes no início do século XX. Sua mãe sempre foi dona de casa. Filha de pai agnóstico e mãe espírita, R. W. nasceu e foi criada na cidade de Aracaju, no final dos anos 20, e concluiu o ensino fundamental em escola particular (Colégio Tobias Barreto) e o médio em escola pública (Colégio Atheneu) na capital de Sergipe. Criada num ambiente familiar em que os pais eram muito rígidos, a entrevistada comenta que só frequentava outros locais na companhia deles ou de algum parente. Em relação à sua educação, ela demonstra uma forte admiração por seus genitores, explicando que grande parte de sua conduta é resultado do aprendizado familiar. Do mesmo modo, toma os pais como exemplo de altruísmo, afirmando que:

O interesse de ajudar aos outros foi herdado dos meus pais, pois faziam caridades junto aos mais necessitados que os procurassem [...]. A ideia veio, não de ajudar parentes, amigos, e sim de ajudar os desconhecidos sem querer retribuições [...].

Única mulher dentre os cinco irmãos, casou-se com 20 anos de idade com um engenheiro agrônomo e foi morar fora do estado por conta da profissão do marido. Nesse trajeto, moraram 15 anos no Rio Grande do Sul e cinco anos em Recife, e tiveram três filhos, um homem e duas mulheres, uma delas com necessidades especiais. Ela sempre desenvolveu a atividade de dona de casa. Depois de 20 anos de casada, divorciou-se e foi morar com o filho e a nora na cidade de São Paulo. Um ano depois voltou para Aracaju e começou a trabalhar em casa, fazendo doces e salgados para vender e sustentar a família. Nesse período, voltou a frequentar o espiritismo e participou de projetos desenvolvidos pelo Centro Espírita Bezerra de Menezes, desenvolvendo trabalhos voluntários em projetos sociais, fazendo visitas hospitalares, além de atuar em trabalhos internos, como costura,



doces, grupos de estudos, etc. Ao ser perguntada se já tinha alguma ideia do que era a participação em algum tipo de movimento coletivo, a entrevistada relata o seguinte:

Não! [...] a única ideia que eu tinha era assim, no centro espírita, porque lá a gente se juntava em certos tempos e fazia bazares, vendia na feira da praça Tobias Barreto, costurava, fazia enxoval de recém-nascido, doces [...] e o dinheiro era revertido para os pobres [...] então, eu gostava dessas coisas porque eu também já tinha um conhecimento pelos meus pais.

Desta forma, foi a partir do envolvimento em trabalhos voluntários no centro espírita que ela pôde ter contato com pacientes com câncer. Aliado a isto, o fato de residir nas proximidades de um hospital contribuiu para que ela pudesse ir mais além em suas ações. Aos 50 anos, começou a fazer visitas no Hospital Cirurgia junto com outras pessoas do grupo espírita e, nesse período, interessou-se pelo setor de oncologia, por se tratar, segundo ela, de um setor que apresentava muita necessidade, por ser ocupado por pessoas carentes que ficavam abandonadas, sem a presença da família:

Me identifiquei com o setor de oncologia após olhar a necessidade de todas as unidades do hospital [...] geralmente eram pessoas carentes e muito apegadas às raízes que ficavam sozinhas nos leitos sofrendo de solidão [...] e aí comecei a visitá-las para conversar, levando uma palavra de conforto, um pedaço de bolo [...] era uma maneira de chegar mais próximo delas [...] eu já tinha definido que ia ficar no setor de oncologia! [...].

Assim, em 1981 a entrevistada iniciou um trabalho direcionado a atender pessoas carentes e com câncer. Além do aprendizado desenvolvido no grupo religioso, ela presenciou muitos destes pacientes dormindo nas calçadas dos hospitais, decidindo, assim, abrigar alguns em sua própria casa. A partir daí, tornou-se uma das principais articuladoras no movimento e mobilizou outras pessoas para desenvolver um trabalho mais organizado:



Comecei a convidar minha vizinha, e depois ela chamou a irmã, e depois uma amiga, e assim o grupo foi crescendo [...] eram poucas pessoas, mas eram pessoas leais [...] uma escrevia carta para as famílias, eles diziam o que queriam e elas escreviam [...] outra ia só para cortar o cabelo porque no tempo era o que a gente tinha para oferecer [...] conversava com eles e ali distraía para passar o tempo daqueles que estavam angustiados [...] depois o grupo já estava maior e foram chegando outras pessoas [...].

Em decorrência disso, o grupo começou a ser conhecido nas redondezas devido ao trabalho realizado e à divulgação de seus participantes que buscavam meios de angariar recursos financeiros para dar melhor assistência ao seu público alvo. Em decorrência dos vínculos sociais que articulou e da visibilidade que o grupo tomou, conseguiu formalizar a associação no ano de 1987, tornando-se, então, uma das principais fundadoras e presidente de honra da AVOSOS até os dias de hoje.



---

## Considerações finais

Este artigo teve como objetivo principal apresentar recursos e lógicas sociais que estão relacionados a um tipo de engajamento. A partir da análise dos itinerários sociais dos militantes, pudemos descrever alguns elementos que permitem identificar a constituição de gostos e preferências pelo engajamento em atividades coletivas como a do movimento do combate ao câncer infanto-juvenil na cidade de Aracaju, Sergipe. Para tanto, expusemos características em termos de origem sociofamiliar, geográfica, papel escolar, profissão, etc., que, associadas ao passado dos militantes, permitem identificar quem são e de que forma tais aspectos se refletem nas suas orientações políticas e ideológicas. Além disso, este trabalho revelou também que os mecanismos apreendidos entre os agentes engajados na causa do combate ao câncer não diferem das lógicas que conduzem ao engajamento individual. A partir do que foi analisado, pudemos verificar que cada entrevistado foi direcionado para o engajamento neste tipo de causa movido por diferentes motivações, de acordo com a fase da vida pela qual estava passando, e que cada entrevistado possui um conjunto de características que definem a sua suposta razão para aderir a essa causa.

Desta forma, pudemos observar que a “vontade” de engajamento não advém da natureza individual, tal como os entrevistados consideram, mas é construída ao longo da vida social dos indivíduos pelos diferentes tipos de socialização e interações sociais por eles estabelecidas. Assim, vimos neste artigo que desde cedo os indivíduos vão assimilando crenças e disposições adquiridas pelos diferentes

processos de socialização. Tal como assinala Bourdieu, esse processo ocorre desde a infância, pois os agentes foram imersos em um universo em que são preparados e inclinados a agir em sociedade. Diante disso, muito desses aprendizados são incorporados pelos indivíduos, que, de maneira inconsciente, passam a agir sem se dar conta de que esse processo foi socialmente construído pelas diferentes instituições sociais, como a família, escola, religião, ambiente de trabalho, etc. É diante destes processos que os seres humanos aprendem a se realizar como indivíduos, a se tornar pessoas realmente humanas e a ser úteis para os demais.

Então, questiona-se: qual o sentido de se dedicar ao outro, de estar mobilizado em uma causa na qual os agentes tomam o “outro” como referência? Podemos dizer que o altruísmo é um sentimento construído pela sociedade, que pode ser expresso de diferentes formas e, no caso de nosso estudo, revela-se a partir do engajamento na causa do combate ao câncer infanto-juvenil. No entanto, o caráter altruísta está conjugado ao ideal humanitário/religioso, haja vista que podemos identificar na trajetória de grande parte dos entrevistados relações comunitárias religiosas significativas que os predispueram ao engajamento nessa causa.

Por outro lado, mesmo que os processos de socialização permitam moldar os comportamentos e a intenção dos entrevistados em participar do mundo social, observamos que, sem as interações em redes, esta conversão do interesse em ação propriamente dita torna-se improvável. Nesta perspectiva, pudemos identificar que, mesmo que os agentes não tenham a intenção de se engajar em um tipo específico de ação coletiva, esse interesse só passa a ser possível por meio de vínculos sociais, seja de amigos ou parentes, ou por conhecimentos sobre a causa através de outras fontes, enfim, por pessoas conhecidas suas que participam ou participaram da causa, ou até mesmo por terem ficarem sabendo da causa e ação do grupo por meios informais.

Assim sendo, com base na investigação das trajetórias apresentadas neste texto, concluímos que a doença em si não os conduz para este tipo de mobilização, se eles não são influenciados por redes sociais. Ou seja, o nosso trabalho revelou que, mesmo que alguns agentes tenham



amigos, parentes ou conhecidos que têm ou tiveram a doença, o interesse em participar de um tipo de mobilização como a do combate ao câncer só se dá quando eles têm um contato mais próximo com a doença ou com a causa, o que pôde ser demonstrado ao longo do nosso estudo. Partindo da análise feita por Passy (1998, p. 239) acerca do engajamento altruísta, podemos dizer que “o objeto de contestação não influencia nos mecanismos de engajamento”, o que também pôde ser identificado em outros estudos que vão nessa mesma direção (FILLIEULE, 2001; ROZIER, 2002; OLIVEIRA, 2008b; SIMÉANT, 2009).





## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo. **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 123-196, 2004.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, février-avril 2001.

GAXIE, Daniel. Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. **Revue Française de Science Politique**, v. 52, n. 2, p. 145-178, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: LANDIM, Leilah (Org.). **Ações em sociedade – militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro, Nau – Instituto de Estudos da Religião (ISER), p. 123-171, 1998.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 134-150, 1997.

OLIVEIRA, Wilson. J. F. de. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, Odaci Luis (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: estudos recentes. Porto Alegre: UFRGS, p. 103-128, 2008a.

\_\_\_\_\_. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, 2008b.

PASSY, Florence. **L'action altruiste**: Contraites et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Genève: Librairie Droz, 1998.

PETRARCA, Fernanda Rios. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Revista Política & Sociedade**, n. 13, p. 311-329, out. 2008.

ROZIER, Sabine. Les justifications de l'engagement. In: COLLOVALD, Annie (Org.). **L'humanitaire ou la management des dévouements**: enquête sur un militantisme de solidarité internationale en faveur du Tiers-Monde. Presses Universitaires de Rennes, 2002.

SAINT-MARTIN, Monique de. Uma "boa" educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 66, p. 104-122, abr. 1999.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n.2 (59), p. 21-39, maio/ago. 2009

SIMÉANT, Johanna. Socialisation catholique et biens de salut dans quatre ONG humanitaires françaises. **Le Mouvement Social**, n. 227, p. 101-122, 2009.

\_\_\_\_\_. Philanthrope et féministe: Itinéraire d'une bourgeoise picarde et vision de La famille ouvrière. **Revue Sociétés Contemporaines**, Paris, n. 52, p. 123-140, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Martin Claret, 2003.



# Capítulo U

## Investimento Profissional e Engajamento na Construção de Causas: os advogados na defesa dos direitos humanos

Fernanda Rios Petrarca<sup>1</sup>

---

Este artigo tem como objetivo investigar os profissionais do direito que, em nome de um conhecimento jurídico, atuam na defesa e promoção dos direitos humanos em Aracaju. Tal trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla<sup>2</sup> sobre a atuação de profissionais na defesa de causas sociais diversas, na qual foi possível constatar a existência de um total de 22 instituições que contam com profissionais qualificados ocupando cargos técnicos, remunerados ou voluntários. Dentre os profissionais, podem-se identificar 101 ao todo, distribuídos em 20 formações diversas, com destaque para o direito, o qual corresponde a 40% do universo. Além disso, 73% dos profissionais estão voltados à defesa dos direitos humanos, a qual se constitui como a causa que mais agrega profissionais, sobretudo advogados.

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS) e em Comunicação (PPGCOM/UFS) da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (<http://leppufs.blogspot.com.br/p/coordenacao.html>) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Pesquisadora do CNPq. E-mail: [f.petrarca@uol.com.br](mailto:f.petrarca@uol.com.br)

<sup>2</sup> Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq. Agradeço especialmente à bolsista de iniciação científica Maria Rita Ribeiro pelo intenso trabalho de coleta de dados realizado e a Flávia Ferreira, membro da equipe e mestranda em Sociologia.

Nas últimas décadas, um conjunto de trabalhos tem enfatizado a forte imbricação entre a esfera profissional e a do engajamento militante e os seus efeitos nas formas de recrutamento e retribuição do militantismo<sup>3</sup>. Nestas condições, o saber especializado tem se mostrado particularmente importante, possibilitando usos da profissão e do título universitário nas carreiras daqueles que se engajam na defesa de causas variadas. Tal fenômeno traz uma série de problemas analíticos para a tarefa de repensar a compreensão dos universos profissionais e as transformações pelas quais passam, dentre as quais podemos destacar: como o modelo da especialização contribui para estruturar o espaço do militantismo; de que modo as competências profissionais se ajustam aos objetivos da ação militante; qual a base dos recursos sociais de que dispõem os agentes especializados para se engajar profissionalmente na defesa de causas e como ocorre a retribuição da ação militante, assim como os “engajamentos de si”, ou seja, as percepções, as crenças diversamente elaboradas, interiorizadas e investidas na defesa das causas.

Mais especificamente, é preciso questionar a forma como o “profissional militante” é conduzido a fazer uso de dois “registros de legitimação”, para usar aqui uma expressão de Lochard e Simonet (2009), que são as competências profissionais e a ação política. Trata-se, portanto, do peso que exerce a multiposicionalidade, o multipertencimento, e as trajetórias e carreiras que se formam em diferentes universos. Assim, a figura do profissional militante se constitui na circulação entre o espaço profissional e o engajamento político, entre a profissão, as associações militantes e as instituições públicas. Esta múltipla inserção exerce um papel importante nos processos de reelaboração da imagem do profissional e do sentido atribuído ao conhecimento especializado.

Além destas indagações, o exame das conjunturas sócio-históricas e dos contextos particulares também é importante para compreender o investimento de muitos profissionais na defesa de

<sup>3</sup> Sobre isso ver: Agrikolianski (2002, 2010); Collovald (2002); Dauvin & Siméant (2002); Lechien (2002); Meimon (2004); Siméant (2004).



determinadas causas, uma vez que elas criam novos espaços de engajamento. Um dos elementos que compõem esta conjuntura diz respeito ao exame da configuração tanto do espaço profissional e sua relação com a esfera política quanto do espaço das mobilizações e suas transformações. Desse modo, a constituição de um espaço de atuação profissional no universo da defesa de causas depende de um conjunto de circunstâncias específicas, eventos e situações que criem as oportunidades para tal investimento.

Levando em consideração tais problemáticas, este artigo tem como objetivo principal demonstrar que a investigação da relação entre o engajamento na construção de causas e os investimentos profissionais dos advogados que lutam em prol dos direitos humanos constitui uma abordagem pertinente para a apreensão das condições de acúmulo e reconversão de recursos profissionais em recursos políticos e militantes. Para dar conta de tal objetivo, aplicamos questionários e realizamos entrevistas biográficas com tais profissionais com o intuito de observar as condições objetivas do seu engajamento. Este instrumento permitiu apreender: as origens sociais; a socialização militante passada; os investimentos sociais e profissionais múltiplos (diacrônicos e sincrônicos) e as redes de relações que conduzem ao engajamento. Na primeira parte deste artigo, detemo-nos em demonstrar em que medida o contexto político nacional exerceu um papel central na luta contra a violação dos direitos humanos, oferecendo as condições para a mobilização do espaço jurídico nesta causa. Na segunda parte, procuramos compreender de que forma as lógicas objetivas se tornam condições importantes de acesso ao universo das causas sociais e de investimento profissional nos direitos humanos por parte dos advogados.

## 5.1. Contestação política e violação dos direitos humanos

A atuação engajada dos advogados na defesa dos direitos humanos no Brasil, assim como na América Latina de modo geral, teve início com a defesa dos presos políticos no contexto da ditadura mi-

litar dos anos 1970<sup>4</sup>. A luta contra a violação dos direitos humanos contou com a participação de diferentes atores, incluindo tanto as instituições religiosas, como a Igreja Católica por meio da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e das comunidades eclesiais de base, como as novas lideranças sindicais, as entidades estudantis e as instituições de representação profissional, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A OAB teve um papel decisivo nesse processo, intensificando sua participação por meio das comissões de direitos humanos e na luta pela democratização (OLIVEIRA, 1992). Também desempenharam papel central as redes internacionais de contestação política e de cooperação no processo de ampliação das causas dos direitos humanos e de defesa de presos políticos, manifestada na denúncia de torturas e prisões aos fóruns e comissões internacionais.

Entretanto, a defesa dos direitos humanos, que inicialmente se voltava para os presos políticos, passou por profundas transformações no curso das décadas de 80 e 90. Nos anos 1990, intensificou-se um discurso mais técnico e político, fazendo com que os apelos religiosos perdessem espaço paulatinamente. Entrou em cena um conjunto diversificado de atores, tais como professores, advogados, assistentes sociais, voltados à causa dos direitos humanos.

Além disso, a redemocratização do país e o processo constituinte dela decorrente representam um momento de reconhecimento de várias normas internacionais e nacionais de direitos humanos e de intensa tradução de problemas sociais em problemas jurídicos, em que se observa a emergência de novos direitos coletivos (mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais). Associada a esta proliferação de causas, observa-se uma definição mais ampla da questão dos direitos humanos, que não inclui apenas os direitos políticos, mas também os direitos das populações marginalizadas, como direito a moradia, à saúde, ao transporte, etc. Este é o momento também em que os advogados

<sup>4</sup>Os trabalhos de Vecchioli (2006) e Garland (2003), respectivamente sobre o investimento dos advogados na luta pelos direitos humanos na Argentina e no Chile, fornecem elementos para pensar esta questão.



passaram a investir na tradução de problemáticas diversas construídas no âmbito dos movimentos sociais para o universo do direito.

Consequentemente, a abertura política e o processo de redemocratização possibilitaram também uma modificação no interior dos movimentos sociais, tanto no que diz respeito ao perfil das lideranças quanto às causas defendidas. O que se observa neste momento é uma diversidade não só nos atores que começaram a investir no espaço da militância, oriundos de vários segmentos, profissões e origens sociais, mas também nos temas e causas sociais<sup>5</sup>. Isso pode ser visto na ampliação de temas e causas voltadas à questão dos direitos humanos que ganham destaque neste cenário e na diversificação dos atores que passaram a investir no espaço da mobilização humanitária.

Nesse sentido, há um duplo movimento que permite – e se torna uma condição necessária para – reestruturar a profissão jurídica e criar as condições de possibilidade de um engajamento na defesa de causas sociais. Por um lado, as mudanças ocorridas no espaço do direito, como o intenso investimento dos advogados e de setores organizados da profissão, devido à própria conjuntura política, na luta contra a violação dos direitos humanos. Por outro lado, as mudanças que perpassaram os movimentos sociais, como a proliferação de temas e causas sociais, que tornaram possível uma oferta militante.

No caso de Sergipe, especificamente, observamos que a atuação dos advogados na defesa dos direitos humanos começou de maneira institucional por meio das coordenadorias e comissões da OAB. A primeira comissão de direitos humanos foi criada em 1981, momento em que a OAB autorizou suas regionais a instalar e criar suas próprias comissões locais, seguindo os moldes da comissão do estado do Rio de Janeiro, a qual contava com assistência jurídica. Entretanto, apesar da sua criação neste período, ela só iria funcionar efetivamente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A organização interna por meio de regimentos e as subdivisões em coordenadorias só ocorreram em 1998.

<sup>5</sup> O estudo de Oliveira (2009) mostra os efeitos de tais mudanças nas características dos militantes do movimento ambientalista.

Atualmente a comissão está organizada em quatro coordenadorias: Saúde Pública; Defesa dos Direitos dos Grupos Vulneráveis e Políticas Sociais, o qual agrega várias formas de discriminação social (pessoas com necessidades especiais, homofobia, crimes de injúria racial); Atividades Policiais e Políticas Penitenciárias; Infância e Juventude. Além destas iniciativas, a OAB/SE criou em 2007 uma “Comissão Permanente de Combate à Discriminação e ao Preconceito”. Recentemente, os temas associados à discriminação racial e à luta contra homofobia passaram a ser tratados em coordenadorias independentes, não estando, portanto, vinculados à pasta de direitos dos grupos vulneráveis.

Além da atuação dos advogados na defesa dos direitos humanos em espaços institucionais de representação profissional, os movimentos sociais em Sergipe também ofereceram algumas possibilidades de engajamento e investimentos profissionais. Na falta de estudos sobre a configuração dos movimentos sociais em Sergipe, nosso levantamento, ainda que incipiente, permitiu verificar que a década de 1980 constituiu o momento de emergência de um conjunto de associações e movimentos voltados a causas coletivas, sobretudo à questão racial e à defesa dos homossexuais. As décadas seguintes se caracterizam pelo intenso esvaziamento de alguns grupos que não conseguiram se adequar às mudanças que perpassavam os movimentos e pela profissionalização de outros por meio de financiamentos e projetos desenvolvidos junto à esfera estatal. Este é o caso das associações que se articulam em torno de projetos, como aqueles voltados à questão da AIDS, das comunidades quilombolas, da defesa da criança e do adolescente, da violência contra a mulher, da luta contra a homofobia, que passaram a contar com o investimento da esfera estatal<sup>6</sup>. A década de 2000 configura um momento de intensa

<sup>6</sup> São várias as organizações que surgiram neste período e que se profissionalizaram contando com significativos recursos estatais; podemos citar: MOPS (Movimento Popular de Saúde), fundado em 1989 por uma enfermeira, voltado à melhoria dos serviços públicos e à luta pela saúde, atualmente inserida no Fórum Permanente ONG/AIDS, apoiado pela Secretaria da Saúde do Estado de Sergipe; GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), fundada em 1991 por um médico e por um grupo de advogados, altamente capacitado com recursos públicos e vinculado a programas governamentais como o DST/



organização do Estado por meio de fóruns, coordenadorias, comitês, centros, conselhos, secretarias, projetos na defesa de causas e na articulação com os movimentos sociais. Assim o Estado oferece também possibilidades de investimento profissional na defesa de causas, uma vez que ele vai funcionar tanto como um espaço de atuação de técnicos e especialistas na defesa de causas, cooptando profissionais e militantes, quanto como um dos grandes financiadores de projetos.

No que diz respeito à atuação relacionada à temática dos direitos humanos na esfera estatal, pode-se observar que é somente a partir de 2007 que o governo do Estado de Sergipe tomaria um posicionamento oficial na defesa dos direitos humanos com a adesão ao Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura no Brasil, assim como a instituição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Sergipe. Antes disso, as iniciativas estavam concentradas na defesa dos direitos da criança e do adolescente (conselhos municipais e estaduais, fóruns, comitês) e na luta contra a discriminação racial e contra a homofobia (Centro de Combate à Homofobia).

Como se pode perceber, as iniciativas dos advogados voltados a esta temática estão associadas, por um lado, por meio da criação das comissões de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Sergipe), na qual se inserem os direitos raciais, a defesa de

AIDS; UNIDAS (Associação de Travestis Unidas pela Cidadania), fundada em 1999; ASTRA (Associação Sergipana de Transgêneros), fundada em 2001, realiza atendimento médico e assessoria jurídica; ADHONS (Associação de Defesa Homossexual de Sergipe), fundada em 2003. Estas três últimas contam com recursos financeiros do Programa DST/AIDS do governo federal. Além destas, podemos citar o Instituto Braços, fundado em 2006, voltado à temática do direito da criança, que está fortemente integrado aos fóruns, conselhos e projetos estatais, como o Conselho Municipal e Estadual da Criança e do Adolescente, Fórum Estadual de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, atualmente presidido por um advogado e cujo orçamento anual gira em torno de R\$ 800.000,00, além do Instituto Recriando, fundado em 2002, que atua na promoção dos direitos da criança com foco na produção de mídias e comunicação. Está inserido nas mesmas redes formais do Instituto Braços e em redes nacionais como a ANDI (Agência de Notícias da Infância), e seu orçamento anual gira em torno de R\$ 78.000,00.

peças com deficiência, etc.; por outro lado, pela atuação isolada em algumas entidades destinadas à defesa de categorias socialmente excluídas, como os grupos de defesa das mulheres, dos homossexuais, dos negros, que contam com alguns advogados. E podemos perceber ainda o investimento em comitês, comissões e conselhos organizados pelo Estado. Vale destacar que o investimento dos advogados em movimentos sociais na qualidade de assessores jurídicos depende da configuração própria dos movimentos sociais no estado de Sergipe. O que se observa é que os movimentos que mais acionam advogados, e profissionais em geral, estão voltados aos direitos da criança e do adolescente e à luta contra a homofobia. Tal situação está associada à configuração própria das entidades que lutam por essas causas e que, como destacamos, são as que mais se articulam em torno de projetos vinculados à esfera estatal.

Assim, a possibilidade de uma advocacia engajada na defesa de causas sociais está diretamente relacionada à estruturação do espaço jurídico e à configuração dos movimentos sociais. As modificações e as formas de organização destes espaços oferecem as condições de realização de carreiras constituídas pela dupla relação entre profissão e política. Tais questões nos permitem entender a formação de um “espaço de possibilidades”. Contudo, o modelo das “oportunidades políticas e jurídicas” não é suficiente para compreender o investimento dos advogados na defesa de causas; é preciso, ainda, examinar quem são estes profissionais capazes de mobilizar a linguagem do direito e acionar a justiça.

## 5.2. Condições de investimento profissional e de engajamento na defesa dos direitos humanos

Neste texto buscamos compreender, por meio de dados obtidos pela aplicação de questionários, os investimentos profissionais, políticos e militantes múltiplos, diacrônicos e sincrônicos, os quais nos permitem caracterizar os profissionais que atuam na defesa de causas. As principais questões que nos colocamos visam a entender



quem são os profissionais que investem nestas causas e quais são suas características em termos de origens sociais, formação profissional e atuação política. Contudo, é preciso deixar claro que não pretendemos, com estas características gerais, sugerir que o “gosto” pela atuação na defesa dos direitos humanos se situe apenas na atualização das disposições adquiridas em outros âmbitos, determinadas por um engajamento precoce ou ainda por uma origem social específica, ou seja, em disposições recicladas e atualizadas por novas experiências. Sabemos que tal gosto depende também de uma reconversão ideológica feita pelo profissional nas mudanças de concepções de mundo. Tal reconversão vai compor o sentido das suas ocupações e constituir a trama da sua trajetória, como bem destaca Collovald (2002). O que pretendemos aqui é afirmar que uma das maneiras de compreender o engajamento dos advogados na defesa de causas humanitárias é dando ênfase à articulação entre um passado social (origens sociais, formação escolar, engajamento político) e um conjunto de lógicas objetivas (disposições adquiridas).

Como dissemos no início deste texto, podemos verificar, com base nos dados levantados, que a defesa dos direitos humanos é a causa que mais agrega profissionais, de modo geral. Em segundo lugar está a luta contra o câncer, e em terceiro a defesa do meio ambiente. A atuação profissionalizada se manifesta na sua participação na qualidade de técnicos em instituições filantrópicas e organizações não governamentais que atuam no auxílio a estas causas, bem como em comissões e redes formais organizadas por instituições profissionais, como a Ordem dos Advogados de Sergipe, e pela esfera estatal. No caso, especificamente, da defesa dos direitos humanos, a defesa da criança e do adolescente é a que mais se destaca, seguida do combate à homofobia e da luta contra o racismo.

É interessante observar também que em algumas causas, como a defesa do direito da criança e do adolescente e a luta contra o câncer, podemos identificar um conjunto de associações e grupos mais profissionalizados e fortemente institucionalizados, o que permite configurar, assim, uma situação de intensa oferta aos profissionais. Nessa linha,

podemos citar algumas iniciativas que ilustram esta situação, como a do Instituto Braços, que realizou, recentemente, uma seleção para contratar profissionais de diversas áreas, como serviço social e direito, para atuar no âmbito de um projeto financiado pela Petrobrás através do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>7</sup>. Além disso, podemos perceber, no caso da luta contra o câncer, duas associações que se destacam neste aspecto: a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe (AVOSOS) e o Grupo de Apoio a Crianças com Câncer (GACC). A AVOSOS possui um quadro de 42 funcionários integrando várias equipes com atividades técnicas, dentre as quais estão médicos, dentistas, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos. Além de contar com o apoio financeiro de empresas públicas e privadas<sup>8</sup>, possui aproximadamente 158 voluntários em diferentes áreas e uma sede própria capaz de prestar atendimento a 300 pacientes. A GACC possui aproximadamente 32 funcionários que integram várias equipes, estando entre as técnicas aquelas voltadas ao atendimento médico, e atende aproximadamente 50 pacientes<sup>9</sup>.

Estes dados, porém, não podem ser dissociados de outras variáveis da pesquisa, que são as áreas de formação que mais concentram os profissionais. Neste sentido, destaca-se, principalmente, a formação em direito, correspondendo a 40% dos casos, e nas áreas da saúde, sobretudo medicina e enfermagem, com 31,8% (medicina, enfermagem, nutrição, educação física e biologia). Dos 40% formados em direito, todos estão inseridos na causa dos direitos humanos. Tal concentração depende, como dissemos acima, de um conjunto

<sup>7</sup> O projeto, denominado “Estado de Direitos”, recebeu um montante de R\$ 628.940,00. Na seleção realizada para a contratação de profissionais para atuar no projeto, foram abertas sete vagas, cinco delas para graduados na área de direito, serviço social e ciências humanas e dois para graduandos na qualidade de estagiários, com salários que variam entre R\$ 640,00 e R\$ 1.300,00 para graduados. Só em projetos esta ONG conta, atualmente, com um montante de R\$ 812.000,00 distribuídos em quatro projetos diferentes. Ver em: <http://www.institutobracos.org.br/artigoestatico/3>

<sup>8</sup> Isso ocorre, principalmente, por meio de editais de projetos do governo federal, como também do investimento de empresas privadas locais, como grandes construtoras.

<sup>9</sup> Sobre o associativismo na luta contra o câncer em Sergipe, ver Sousa, 2010.



de lógicas situacionais e contextuais, uma vez que a ampliação do espaço do direito, no que diz respeito à sua atuação profissional na defesa dos direitos humanos, contribui para uma maior inserção profissional na esfera do militantismo, permitindo, assim, a formação de um espaço de atuação profissional engajado. Além disso, trata-se de cursos com uma maior aplicabilidade prática, o que contribui para intensificar suas atuações no espaço da defesa de causas.

Do conjunto de 101 profissionais engajados na defesa de causas e cadastrados no momento inicial da pesquisa, conseguimos atingir um total de 60, conquistando, portanto, 60% do universo, para os quais aplicamos um questionário detalhado, organizado em torno de três eixos: origens sociais (profissão, escolaridade e engajamento político e partidário dos pais), percurso escolar e trajeto profissional e inserção política e militante. Com este material, podemos identificar que dos profissionais que atuam na defesa dos direitos humanos 70% têm formação em direito, e os demais se dividem em cursos bastante diversificados, como letras, ciências sociais, história, serviço social, jornalismo. Iremos tratar, nos tópicos seguintes, das características sociais, em termos de origens, investimentos profissionais e engajamento militante, dos advogados engajados na defesa dos direitos humanos, com o intuito de identificar a base de recursos de que dispõem para investir nesta causa.

### 5.2.1. Origens sociais

No que diz respeito às origens sociais dos advogados engajados na defesa dos direitos humanos, foram utilizadas três variáveis; são elas: grau de escolarização, profissão e participação política dos pais. Pode-se perceber, quanto à escolaridade dos pais, uma grande variação: 33,4% concluíram ou iniciaram o curso de graduação; 25% têm o ensino médio completo ou curso de nível técnico, como aemescolas técnicas; 20,8% possuem apenas o fundamental e 20,9%, o ensino fundamental incompleto ou nenhum grau de escolaridade.

Contudo, este dado precisa ser relacionado com a profissão do pai. No que tange a este aspecto, nota-se que a maior concentração está nas atividades manuais, sobretudo aquelas que não exigem uma qualificação técnica determinada ou formação universitária, e no pequeno comércio, correspondendo a um total de 37,8%. Este é o caso das atividades como: pedreiro, servente, pequeno comerciante, barbeiro, dentre outras. Em seguida vêm os profissionais que atuam de acordo com sua formação universitária, sobretudo as atividades liberais, como medicina e as engenharias, com 29,4%. Por fim, estão os técnicos, tais como técnico agrícola ou técnico em edificações, com 16,8%. Há ainda percentuais pequenos de professores (4,2%), servidores públicos (8,3%) e industriários (4,2%).

No que diz respeito às origens sociais maternas, os dados indicam que 41,6% iniciaram ou concluíram o ensino médio; 33,4% possuem ensino fundamental completo ou incompleto e 25% iniciaram ou concluíram o curso de nível superior. Quanto à profissão da mãe, a maior parte delas são donas de casa, com 29,2%, seguidas de professoras, com 20,8% e das que exercem atividades manuais, tais como cabeleireira e costureira, com 16,7%. Além destas, encontram-se atividades relacionadas à área da formação acadêmica e ao funcionalismo público, ambas com 16,7%.

No que tange à participação política, optamos por agregar os dados do pai e da mãe na mesma variável, uma vez que ela nos permite medir o nível de participação do grupo familiar de origem. Com base nisso, podemos afirmar que 50% dos pais dos advogados tinham algum tipo de participação política, em partidos, sindicatos, cooperativas ou associações. Neste tocante destacam-se entidades de representação profissional, como sindicatos e associações religiosas. Além disso, tal participação se manifestava pelo engajamento nas atividades e eventual ocupação de cargos, como presidente de sindicato, secretário, coordenadora de pastorais, dentre outras que se apresentaram.

Portanto, no que concerne às origens sociais, podemos perceber uma forte heterogeneidade, o que nos permitiu identificar pelo menos dois grupos. O primeiro grupo, que constitui a maioria do uni-



verso, é composto por pais com grau de escolaridade médio e alto, com ensino médio completo e formação acadêmica e profissões que exigem ou um conhecimento técnico aprendido em cursos profissionalizantes, ou conhecimento especializado obtido por meio do ensino superior. O segundo é formado por pais com baixa escolaridade, ensino fundamental incompleto ou sem escolaridade alguma, desempenhando atividades manuais que não exigem alto grau de qualificação, tais como: alfaiate, barbeiro, caminhoneiro, sapateiro, pedreiro. Consequentemente, tal situação se manifesta no nível de participação política dos pais. Aqueles que se situam no primeiro grupo apresentam um maior grau de participação política, estando divididos entre associações religiosas, sindicatos e cooperativas; em contrapartida, entre os que estão inseridos no segundo grupo a participação política é baixa.

Entretanto, apesar de haver uma heterogeneidade, nossa investigação permitiu levantar alguns elementos comuns importantes. O primeiro deles se refere à trajetória do grupo familiar. Podemos perceber que se trata de uma trajetória ascendente, uma vez que em 50% dos casos os avós maternos e paternos exerciam atividades manuais, sem exigência de qualificação, tais como caixeiro viajante, agricultor, motorista, pequeno comerciante, dentre outras. E a análise apresentada anteriormente nos permite afirmar que a maioria dos pais apresentou uma mobilidade intergeracional, ocupando no mercado de trabalho posições mais estáveis e com certo grau de qualificação técnica se comparados à geração dos avós. O segundo aspecto é concernente à participação política dos pais dos entrevistados. Por meio dela podemos identificar que o engajamento religioso constitui a principal atividade militante.

O engajamento religioso tem sido apresentado pela literatura sobre militância como importante meio de ingressar e desenvolver um “gosto” pela participação, uma vez que se caracteriza por um tipo de ação altruísta de solidariedade e ajuda aos outros, aos desfavorecidos, aos carentes (PASSY, 1998; SIMÉANT, 2004). Assim, estar exposto a estas mensagens, vivenciar, compartilhar e ser socializado neste tipo

de ação contribui para formar as bases sociais para o engajamento. Desse modo, percebe-se que a participação e a atuação dos pais em instituições religiosas constituem um importante mecanismo de composição dos antecedentes sociais que poderiam servir como alavancas ou estimuladores do militantismo. Em outras palavras, funcionariam como disposições sociais para o engajamento na defesa de causas.

### 5.2.2. Formação profissional e entrada no mercado de trabalho

Outra dimensão objetiva importante aqui está associada aos investimentos profissionais dos entrevistados. Para isso, tratamos das seguintes variáveis: titulação acadêmica, ocupação principal, inserção profissional, período de formação, títulos de pós-graduação. Do total daqueles que atuam na defesa dos direitos humanos, 70% têm formação em direito, e as demais formações são: pedagogia, jornalismo, serviço social, ciências sociais. Ainda com relação ao conjunto dos que se voltam para tais causas, 63,6% ocupam cargos não remunerados. Vale lembrar que este alto índice está associado ao fato de que se trata de cargos exercidos, na sua grande maioria, como representantes de comissões voltadas aos direitos humanos em instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe, conselhos municipais e estaduais.

No que diz respeito à ocupação principal, entendida aqui como o emprego no qual a vida profissional está centrada, foi possível perceber que o exercício da advocacia particular em escritórios constitui a atividade que mais se destaca, correspondendo a 70,8%, seguida das carreiras jurídicas estatais (procurador, delegado, defensor público), com 16,7%, e da assessoria jurídica, com 12,5%. Além disso, no caso daqueles cuja atividade principal está concentrada em escritórios de advocacia, percebe-se que eles dividem esta atuação com outras, como eventuais assessorias e consultorias jurídicas e o exercício do magistério em faculdades particulares de direito. Este dado é particularmente relevante porque revela que o investimento na defesa de causas humanitárias agrega advogados cuja atuação



está pautada na defesa de clientes. Como destacam um conjunto de trabalhos, o fato de estarem envolvidos com uma clientela pode proporcionar uma relação mais próxima com os dramas dos clientes. Portanto, eles estão mais inclinados a investir no militantismo humanitário do que aqueles que seguem as carreiras jurídicas estatais, por exemplo. Assim, a posição ocupada no mundo profissional se torna uma condição estruturante do engajamento. Podemos tomar como exemplo outros trabalhos, como os estudos sobre os médicos que atuam na luta contra a AIDS. Os médicos que atuam em consultórios e estão numa relação direta com a doença são mais inclinados que os pesquisadores a fazer alianças com os ativistas, como salientam Lochard & Simonet (2009). Logo, o exercício da atividade profissional pode se constituir como um facilitador do engajamento.

Do mesmo modo, este dado associado à faixa etária e ao período de formação acadêmica permite caracterizar melhor este universo. A faixa etária que se destaca é a que vai dos 22 até os 32 anos, com 38%, e o período de formação se concentra entre 2001 e 2010, com 58,4%. Os demais se subdividem em categorias bastante distanciadas de idade e ano de conclusão da graduação. A relação entre estes dados e a posição no universo profissional permitiu verificar que aqueles que exercem a advocacia privada e assessoria jurídica estão na faixa dos 22 aos 32 anos. Portanto, trata-se de advogados recém-formados, que estão investindo no direito via os escritórios particulares, intensificando seus investimentos profissionais em várias frentes, como assessoria jurídica ou exercício do magistério. E a defesa dos direitos humanos, manifestada seja pela atuação nas comissões da OAB, seja pela participação em movimentos sociais, representa uma dentre as atividades secundárias com as quais se envolvem. Isso revela um multipertencimento e um investimento intenso em vários espaços concomitantemente. Este múltiplo investimento e esta diversidade de atuação têm se revelado como uma condição importante em situação de não emprego ou de empregos frágeis e instáveis, uma vez que contribuem significativamente para ampliar os contatos e as redes de relações que podem ser mobilizadas em determinadas situações. Assim, a inserção no mercado de empregos

é um grande estimulador do engajamento, configurando uma nova situação no mercado de trabalho profissional.

No que diz respeito ao investimento na formação profissional, podemos identificar que 58% dos entrevistados possuem pós-graduação, sendo o nível de especialização o mais comum, correspondendo a 54%. Contudo, o que se percebe é que a especialização está direcionada para vários campos do direito, como direito do trabalho, direito civil, direito previdenciário, direito público. Isto está associado, por um lado, ao fato de que a pós-graduação na área dos direitos humanos em Sergipe constitui um fenômeno recente. Sua criação data de 2009; trata-se, portanto, de uma especialização nova. Por outro lado, a atuação na defesa da causa humanitária representa uma possibilidade de investimento profissional dentre muitas outras que se apresentam aos advogados. Assim, a defesa dos direitos humanos diversifica as formas de sua atuação profissional e intensifica os múltiplos investimentos e pertencimentos profissionais.

Além disso, é importante relacionar este dado com o momento de entrada no universo da defesa de causas. Desse modo, foi possível identificar que, entre aqueles que possuem pós-graduação, os investimentos na qualificação profissional começaram concomitantemente ao exercício da militância na defesa de causas. Associada a isto está a variável que nos permite medir o índice de inserção profissional. Através dela foi possível perceber que a entrada no universo de causas humanitárias amplia as possibilidades de investimento profissional, uma vez que a maioria dos advogados, cerca de 70% deles, ampliaram a ocupação de cargos em outros setores depois que começaram a participar da defesa dos direitos humanos em movimentos sociais ou em associações profissionais. Isso se manifesta na ocupação de cargos de chefia no seu setor de atuação profissional, assim como na diversificação de assessorias e consultorias jurídicas e em indicações como representante dos direitos humanos.

Pode-se constatar, com estes dados, que a militância na defesa dos direitos humanos amplia tanto os investimentos profissionais quanto as possibilidades de atuação política e militante. A atuação na constru-



ção desta causa promoveu um incentivo à qualificação profissional e conduziu à ocupação de cargos e posições no interior do movimento de luta pelos direitos humanos e na própria esfera do trabalho.

### 5.2.3. Engajamento, vínculos políticos e redes de relações

Os engajamentos anteriores e os investimentos políticos constituem condições importantes de acesso ao universo de causas, já que eles representam a inserção em redes de participação e o acionamento de contatos que podem funcionar como estimuladores da participação profissional na defesa de causas. Além disso, estes investimentos prévios contribuem para reorientar as perspectivas profissionais e funcionam, muitas vezes, como reconversões ideológicas. Uma vez inseridos nestes espaços de participação, os indivíduos estão expostos a um conjunto de imagens e discursos que contribuem para dar sentido e orientar as suas perspectivas.

Pode-se perceber, ao analisar o engajamento desses profissionais em outras esferas da militância, como o movimento estudantil, a participação política e filiação partidária e a atuação em movimentos sociais, os seguintes resultados. Do conjunto dos advogados que defendem os direitos humanos, 54% não participaram do movimento estudantil, e os 46% que participaram estão divididos em centro acadêmico (30%), grêmio estudantil (4%) e mais de uma instituição (12%). O universo acadêmico se torna, neste sentido, um importante estimulador da participação política, constituindo um meio de entrada na militância e no engajamento na defesa de causas.

Podemos ainda verificar a participação prévia destes advogados considerando a sua atuação anterior em movimentos sociais, associações e organizações não governamentais, e percebemos que 70% não tiveram engajamentos anteriores em movimentos sociais de natureza diversa. No que diz respeito à filiação partidária, os dados se mantêm e a maior parte, 76,5%, dos questionados não participam de partidos políticos.

Podemos identificar, deste modo, no que diz respeito aos engajamentos prévios como uma condição importante para o recrutamento no universo de causas, que as relações formais e institucionais com movimentos sociais e partidos políticos não se aplicam à maioria do grupo estudado. Contudo, ao questionar como o entrevistado entrou em contato com a causa em que atua, foi possível verificar que as relações não formais e indiretas<sup>10</sup> se apresentaram mais significativas para o acesso e a inserção na causa dos direitos humanos.

Do conjunto, apenas 16% entraram em contato com essa causa via participação em outros movimentos sociais. A grande maioria, cerca de 40%, afirmaram que entraram em contato com ela via amigos do espaço do trabalho ou colegas de universidade. Além disso, cerca de 60% foram incentivados a atuar profissionalmente na defesa de causas por amigos e colegas de trabalho. Podemos ainda destacar que dentre os fatores citados para a conquista do cargo profissional na instituição estão convites e indicações de amigos (da universidade, de outros movimentos sociais) e colegas de trabalho, com 30% do total. Construímos, de um lado, cinco categorias de laços sociais: amigos, colegas de trabalho, família, membros de outros movimentos sociais, universidade. De outro, identificamos aqueles que entraram no movimento via a publicização da mídia e por outras razões (destacam-se neste caso motivos pessoais, tais como doença na família).

O que se percebe nestes casos é o peso dos laços sociais, sobretudo os indiretos<sup>11</sup>, para o engajamento individual, sejam estes laços situados no interior das relações familiares, sejam eles construídos no espaço do trabalho ou das relações de amizade derivadas da múltipla inserção. Segundo MacAdam e Paulsen (1993), as pesquisas sobre os movimentos sociais há muito tempo vem apontando para o peso dos laços sociais no recrutamento e engajamento individual, mais especificamente, o peso dos laços constituídos por redes de relações

<sup>10</sup> Trata-se de relações que se constituem não pela participação formal nas instituições, mas por laços de amizade e redes de relações.

<sup>11</sup> Os "amigos dos amigos", ou ainda, "conhecidos", como relatado nas entrevistas.



anteriores com o movimento como um elemento fundamental para o engajamento no ativismo. Tais laços com membros de organizações constituem importantes estimuladores da ação coletiva. Contudo, uma das principais fontes de imprecisão destas pesquisas é a dificuldade de desmembrar a natureza destes laços e questionar como e por que eles laços são importantes e qual é a relação entre laços e ativismo. Assim, mostrar que os ativistas estavam conectados com o movimento por redes de relações preexistentes não prova o poder deste laço. O que McAdam procura destacar é que os indivíduos estão envolvidos em uma multiplicidade de laços sociais que precisam ser considerados.

Além do peso dos laços sociais e das redes de relações para o acesso à causa, foi possível perceber o intenso investimento dos advogados no universo dos direitos humanos. Um número considerável, 40%, conquistaram cargos de chefia devido a sua inserção profissional na defesa de causas, ampliando assim sua atuação. Deste conjunto, 12% ocupam tais cargos atualmente em ONGs e 88% em instituições públicas que se dedicam à atuação na defesa de causas sociais.

Outra variável importante que nos fornece elementos para a compreensão do engajamento militante é a participação em outras organizações, associações filantrópicas e conselhos e a formação de redes decorrentes dessa participação. Conseguimos medir o nível de participação política destes entrevistados e verificamos que todos os que defendem a causa dos direitos humanos têm um alto nível de participação, uma vez que estão inseridos em mais de um espaço de defesa<sup>12</sup>. É também na causa dos direitos humanos que podemos verificar um percentual maior de participação em comparação com outras causas, como aquelas voltadas para a luta contra o câncer ou para a defesa do meio ambiente. Podemos perceber que entre os advogados essa inserção é ainda maior: 87% estão inseridos em mais de três espaços de militância. Comparando estes dados com os anteriormente apresentados, podemos afirmar que a inserção na defesa de causas humanitárias

<sup>12</sup> Estes espaços de defesa podem ser assim caracterizados: movimentos sociais; conselhos municipais e estaduais; comissões profissionais voltadas aos direitos humanos (comissões da OAB); sindicatos e conselhos profissionais; partidos políticos.

amplia os níveis de participação, aumentando as chances de multiplicar os espaços de defesa. Isso porque tal inserção possibilita o acesso a outros espaços e universos antes não acessados.

Buscamos, neste ponto, demonstrar alguns indicadores de redes, sejam elas formais ou informais. Primeiro, temos como redes formais a participação do indivíduo como membro de um movimento social ou de organizações e associações filantrópicas, seja como voluntário, seja como integrante do quadro da organização. Os indicadores que se prestam para isso estão relacionados à participação em outros movimentos sociais, bem como ao tipo de participação (tais como: ativista, membro do quadro da organização, simpatizante). Segundo, procuramos apreender a situação importante para o seu envolvimento na causa em que atua e os fatores considerados relevantes para ocupar cargos de chefia dentro do movimento. Como indicadores partimos de uma lista de questões postas aos entrevistados concernentes à forma como tiveram contato com a causa em que atuam, caso tenha sido via participação em outros movimentos e associações, ou ainda se foi através de amigos, familiares e colegas de trabalho. Podemos, contudo, perceber que as redes informais, compostas, sobretudo, por amigos, colegas de trabalho, familiares, constituem um importante fator tanto na entrada na causa em que atuam como para a intensidade do engajamento manifestada, principalmente, pelos níveis de participação e ocupação de cargos de chefia.

Como nos mostram Passy e Giugni (2001), na análise das redes é importante investigarmos tanto a natureza do laço cuja influência pretendemos mostrar quanto o impacto que isso possa ter nos níveis e na intensidade da participação. Assim, as redes informais, aquelas compostas por laços de amizades, familiares e colegas de trabalho, são significativas para entendermos os processos de recrutamento na defesa de certas causas, ou seja, na estrutura das oportunidades de participação dada pela conexão com os laços sociais. As redes têm a função de socialização que facilita um envolvimento nos movimentos sociais, contribuindo, assim, de forma significativa para a participação individual. Deste modo, as redes não são apenas condição de participação, mas têm um efeito decisivo na intensidade do engajamento. De acordo com os autores citados, as redes têm três fun-



ções determinantes: primeiro, elas constituem estruturas de conexão que funcionam como oportunidades para participação; segundo, elas socializam os indivíduos nos temas de protesto, e, terceiro, contribuem para a tomada da decisão de se envolver na causa.

Portanto, podemos corroborar a hipótese levantada por Passy e Giugni (2001), como uma das principais questões extraídas destes dados, de que os laços sociais contribuem tanto para a entrada no engajamento quanto para a intensidade da participação. Podemos ainda destacar a necessidade de testar e especificar a dimensão do laço social que pode ter algum efeito no ativismo. Mais precisamente, é necessário saber se este laço tem origem em redes formais (organizações, movimentos, instituições) ou informais de participação, sendo estas últimas caracterizadas pelas relações interpessoais de amizade e parentesco.





## Considerações finais

---

De um lado, procuramos destacar, neste artigo, a importância de se analisar o contexto social e histórico a partir do qual se produzem os engajamentos. De outro, a pertinência de um exame das condições objetivas que podem servir como alavancas para o investimento no universo de causas.

Esta dupla preocupação nos permitiu mostrar que as configurações profissionais suscitam níveis de engajamento, uma vez que elas criam diferentes ciclos de mobilização política. Nesse sentido, pode-se dizer que o momento de abertura política e de redemocratização da política brasileira, assim como a organização do processo constituinte decorrente de tal abertura, a qual se iniciou nos anos 1980 para a construção da nova constituição brasileira, criaram as condições tanto para a emergência de novos atores na política nacional quanto para novas formas de mobilização do espaço jurídico. Entre esses novos atores estão os movimentos sociais que se diversificaram nesse período, contando com quadros de militantes oriundos de várias profissões e com diferentes formações universitárias. Estes novos atores, sobretudo os advogados, sentiram-se autorizados a mobilizar a lei em favor das causas que defendiam, criando, portanto, verdadeiros “ciclos de engajamento”.

Este contexto da redemocratização diversificou os vínculos dos profissionais com a política, tendo em vista que, neste momento, eles passaram a se interessar não somente pela luta contra a ditadura e pelos direitos políticos, mas também por uma diversidade de causas que favorecem as trocas e colaborações entre profissionais e militantes. Tal situação contribuiu para criar condições de possibilidade de convivência entre saberes políticos e saberes profissionais, ampliando

a intensificação das esferas de ação jurídica. Desse modo, os advogados se sentiram autorizados a desempenhar o papel de intermediários na expressão dos descontentamentos. Além disso, os grupos organizados de advogados também desempenharam um papel fundamental, conforme a expressão tomada de empréstimo de Boltanski (1982), no “trabalho de mobilização” em torno de problemáticas comuns. O desenvolvimento de atuações e espaços como esses de posições a serem ocupadas contribuiu para orientar as expectativas e projetos quanto ao exercício da profissão.

Ao mesmo tempo, a análise das condições objetivas do engajamento dos advogados permitiu demonstrar dois aspectos centrais: a situação profissional como determinante do engajamento na defesa de causas e a inserção dos profissionais em múltiplas esferas como uma forma de ampliar os espaços de investimento. Nesse sentido, os investimentos dos advogados na defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que possibilitam uma estrutura de oportunidades profissionais, contribuem para a formulação de um sentido para o exercício profissional. Devido à configuração do mercado de trabalho na área do direito, da intensa concorrência, os jovens formandos, sem recursos que lhes permitam montar seu próprio escritório e investir na advocacia privada, são colocados diante da necessidade de criarem seus próprios empregos. A limitada opção profissional os conduz ao investimento na defesa de causas como uma estratégia de sobrevivência no mercado de empregos. Assim, a experiência militante é facilmente reconversível no mercado.

Contudo, mais do que apenas uma inserção no mercado e uma retribuição profissional do militantismo, tal investimento tem um peso decisivo no seu comprometimento com a profissão, contribuindo para mantê-los no espaço profissional. Isso significa que o engajamento na defesa dos direitos humanos constitui uma experiência importante que permite aos advogados dar uma coerência à sua atuação profissional, contribuindo para ocupar um papel social que é valorizado e apresenta grande utilidade e visibilidade social.



## REFERÊNCIAS

---

AGRIKOLIANSKI, E. **La Ligue Française des Droits de L'homme et du Citoyen depuis 1945**. Paris: L'Harmattan, 2002.

AGRIKOLIANSKI, E. Les usages protestaires du Droit. In: AGRIKOLIANSKI, E. et al. **Penser les Mouvements Sociaux**. Paris: La Découverte, p. 225-243, 2010.

BOLTANSKI, L. **Les cadres**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BONELLI, M. G. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 61-81, fev. 1999.

COLLOVALD, A. Pour une sociologie des carrières morales. In: COLLOVALD, A. **L'Humanitaire ou le management des dévouements**. Presses Universitaires de Rennes, p. 177-225, 2002.

CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de "participação" política. HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 103-153, 2002.

DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **Le travail humanitaire: les acteurs de ONG, du siège au terrain**. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

GARLANT, D. Q. Formation et reformulation d'une cause: Le cas des droits de l'homme au Chili, de la dictature à la politique de réconciliation nationale. **Politix**, v. 62, n. 16, p. 165-190, 2003.

GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Political Science Review**, n. 11, p. 157-188, 2005.

LECHIEN, M. H. Aider les autres: trajectories professionnelles, reconversions militants et valorisation de la personne. In: COLLOVALD, A. **L'Humanitaire ou le management des dévouements**. Presses Universitaires de Rennes, p. 79-132, 2002.

LOCHARD, I.; SIMONET, M. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnels. In: DEMAZIÈRE, D.; GADÉA, C. **Sociologie des groupes professionnels**. Paris: La Découverte, p. 274-284, 2009.

LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

McADAM, D.; PAULSE, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, Vol. 99, No. 3, p. 640-667, 1993.

MEIMON, J. La Socialisation Militante des Professionnels de La Solidarité Internationale. In: DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **ONG et Humanitaire**. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 91-114.

OLIVEIRA, L. Violation des droits de l'homme et redémocratisation au Brésil. **Droit et Société**, n. 22, p. 447-463, 1992.

OLIVEIRA, W. J. F. Abertura política, militância múltipla e proliferação de protestos públicos em defesa de causas ambientais. **Cadernos CERU, USP**, v. 20, p. 223-239, 2009.

PASSY, F. **L'action altruiste**. Genève: Droz, 1998.

PASSY, F.; GIUGNI, M. Social networks and individual perceptions: explaining differential participation in social movements. **Sociological Forum**, v. 16, n. 1, p. 123-153, 2001.

PETRARCA, F. R. **O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no RS**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 304f, 2007.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.



SIMÉANT, J. ONG et Humanitaire. In: **ONG et Humanitaire**. Paris: L'Harmattan, p. 9-34, 2004.

SOUSA, R. S. **Filantropia e participação política no movimento do combate ao câncer infanto-juvenil em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2010.

VECCHIOLI, V. **A luta pelo direito**: engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, 414f, 2006.





# Capítulo II

## Configurações Políticas no Serviço Social: militância, contestação e engajamento dos assistentes sociais

Cândida Margarida Oliveira Matos<sup>1</sup>

---

Esse artigo identifica as configurações políticas em que os profissionais de Serviço Social militantes operam, tais como: militância religiosa, sindical, filantrópica, direitos humanos, político-partidária, causas sociais, organizações representativas, movimentos sociais, cargos públicos e eletivos, dentre outros.

Os tipos e combinações de participação política dos assistentes sociais foram estudados durante a pesquisa com assistentes sociais militantes, a qual objetivou identificar a relação que os mesmos estabelecem com a profissão de Serviço Social. Portanto, a análise das configurações políticas dos assistentes sociais é norteada pelo pressuposto de que há uma relação entre participação política e formação profissional.

Assim sendo, nos estudos sobre a participação política, ou seja, sobre as disposições de determinados grupos ou sociedades para atividades que envolvem a luta pelo poder, avalia-se que essas disposições estão relacionadas a uma variedade de recursos, entre eles o intelectual, pois a totalidade dessas características propicia ao portador assumir posições nas várias situações em que se apresentam (REIS, 2008).

<sup>1</sup>Assistente Social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – SE. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Rua Jordão de Oliveira, 1205, Atalaia, Aracaju – SE. CEP 49037-330. E-mail: camom@oi.com.br

Por conseguinte, o enriquecimento cultural desenvolvido, em parte, pela escolarização ocasiona interesse, participação e uma melhor compreensão da esfera política e de seus mecanismos.

Com essa premissa, considera-se que o capital cultural<sup>2</sup>, o qual começa na origem familiar, pelos membros da família dotados de forte capital cultural e econômico, assegura o investimento em educação, incorporado mediante a inculcação e assimilação ao longo de um tempo, concorrendo para a participação política em indivíduos predispostos a uma intervenção na sociedade.

Avaliando o discurso engajado e o posicionamento dos profissionais de Serviço Social frente às “causas” e “minorias sociais”, que em parte se deve à sua formação acadêmica ou, ainda, à sua inserção voluntária e/ou profissional em movimentos sociais e instituições de caráter sindical ou em políticas públicas, busquei analisar a participação política dos mesmos além das fronteiras profissionais.

Nesse caso, considero que os saberes específicos da profissão de Serviço Social tornam os profissionais mais afeitos a uma intervenção na sociedade, devido à formação técnica de caráter interventivo; isto é, o assistente social tem uma formação direcionada para o aprendizado do “social”, de forma que possa intervir tecnicamente na sociedade.

Apesar dessa constatação, a escolarização e a formação em Serviço Social não são suficientes para explicar a participação política de seus agentes. É necessário atentar para os recursos individuais herdados e adquiridos que convergem para um maior engajamento, bem como para a ocupação de cargos eletivos.

De tal modo, além de considerar a escolarização como recurso que se converte em participação política, é necessário atentar para os fatores anteriores ao processo de escolarização, os quais constituem elementos importantes.

<sup>2</sup> Para Bourdieu (1998), existem três estados do capital cultural: o estado objetivado (bens), o estado institucional (diploma) e o estado incorporado.



Segundo Oliveira (2008, p. 9), a “‘experiência vivida’ e ‘prática’ são elementos fundamentais do engajamento e da intervenção militante”, e, nesse caso, a escolarização e a titulação universitária são recursos adicionais, com valor e utilidade variáveis, a depender do conjunto deles que cada indivíduo porta.

Portanto, cabe considerar que, além da titulação universitária, que pode ter ou não uma relevância na vida política dos indivíduos, é necessário sopesar o capital<sup>3</sup> social, econômico e cultural de origem de cada agente, de forma a compreender os processos de reconversão que levam os assistentes sociais ao engajamento nas causas sociais; porque, em muitos casos, os profissionais de Serviço Social estão vinculados exclusivamente ao conselho profissional, haja vista a obrigatoriedade dessa vinculação para a inserção no mercado de trabalho, ou aos conselhos de assistência, caso em que, na maioria das vezes, os assistentes sociais são indicados ou até convocados a representar a instituição à qual estão vinculados.

Quanto a essa questão, além das observações feitas ao longo dos anos de minha atuação como assistente social, o resultado da pesquisa feita com 30 assistentes sociais, mediante a aplicação de questionários, indica que 69% das entrevistadas já tiveram ou têm alguma participação política, sendo 30% em conselho profissional e 22% em conselhos de assistência, e, na atualidade, apenas 22% das assistentes sociais têm um vínculo com alguma causa social.

O estudo teve como *lôcus* de pesquisa a cidade de Aracaju, que foi composta por oito assistentes sociais que desenvolvem atividades políticas (algum tipo de militância e/ou engajamento). Chegamos às entrevistadas por meio de outros profissionais de Serviço Social que fazem parte do círculo de suas relações profissionais.

<sup>3</sup> O capital pode ser entendido como o acúmulo de recursos (riqueza material, dinheiro, conhecimento, relações sociais, prestígio) que se institucionalizaram e se traduzem em vantagens sociais e culturais, constituindo poder possuído pelos agentes ou grupos sociais.

A pesquisa realizada mediante entrevista biográfica compôs uma amostra diversificada, concernente ao ano de formação, à idade, trajetória profissional, a tipos de participação política, e abarcou as variáveis: origem familiar, posição social, processo de escolarização e formação profissional, trajetória profissional (experiências profissionais e espaços sócio-ocupacionais) e envolvimento político.

Além disso, baseei-me nos dados da pesquisa realizada com 30 assistentes sociais escolhidos aleatoriamente, cujos resultados indicaram que grande parte deles desenvolve nas organizações profissionais uma prática burocratizada, sem nenhum envolvimento político-partidário ou com causas sociais.

Os resultados dos questionários indicaram ainda uma origem socioeconômica baixa, a feminilização<sup>4</sup> da profissão (100% mulheres), o envolvimento religioso das profissionais, bem como a recorrência de motivações para a escolha da profissão e de conceitos da mesma.

A motivação das assistentes sociais que responderam o questionário, assim como das assistentes sociais militantes, para a escolha dessa profissão está focada principalmente na identificação com a área social – conhecia e gostava da profissão, tinha perfil, vocação, identificava-se e tinha afinidade com o curso –, perfazendo a quase totalidade das causas expostas. Elas diversificam e enriquecem as respostas quando fazem referência às especificidades de trabalhar com o público, com direitos e cidadania, com relações interpessoais ou ainda dentro de uma filosofia humanitária. Observa-se, assim, que, de forma consciente, as profissionais mencionam uma noção prévia sobre a profissão, que, inconscientemente, se combina com outros fatores, determinando a escolha profissional.

Estes resultados obtidos com a aplicação do questionário serviram como grupo de controle, possibilitando confrontar os dados

<sup>4</sup> A feminização refere-se ao significado e valor social da profissão na sociedade, dando-lhe um caráter qualitativo; já a feminilização refere-se ao aumento do peso relativo do sexo na composição de uma profissão (aspecto quantitativo) (YANNOULAS, 2000).



coletados nas entrevistas com as assistentes sociais militantes que desenvolvem práticas políticas.

Cabe ressaltar que os agentes profissionais foram tratados como agentes municiados de recursos interpretativos, decisivos na relação que estabelecem com o contexto societário, capacitando-os para a condução de suas ações em dado momento, intervindo, por conseguinte, no curso dos acontecimentos. Assim sendo, a natureza relacional do agente ganhou destaque no estabelecimento do sujeito no mundo, ou seja, na interação do agente com a realidade social e com o outro.

## 6.1. Origem social dos assistentes sociais e disposições para a prática política

Nos estudos sobre participação política dos diversos agentes políticos, é perceptível a reconversão de elementos familiares, educacionais e profissionais (formação profissional e espaços sócio-ocupacionais) em participação política.

Para Seidl (2009, p. 23), na participação política estão presentes a “conjunção de elementos de socialização familiar e escolar, combinados com fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo”. O autor indica que a “presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares *interessados* em política”, bem como a “relação localista e *concreta* com o político” (pais docentes, com intensa socialização religiosa ou ainda ligados aos movimentos católicos) fazem parte da origem social de agentes políticos.

Compreendendo que a participação política é “a soma das ações e atitudes políticas singulares, por meio das quais os cidadãos exercem uma militância sobre aqueles que nos governam” (GAGLIETTI, 2003, p. 68-69), investigou-se a origem social das assistentes sociais militantes e se extraiu um quadro que aponta para uma maioria de origem socioeconômica baixa, sendo alguns (3,75%) provenientes da zona rural, que migram com a família para a capital em busca de melhores condições de vida.

Esse aspecto explicita a realidade do perfil dos assistentes sociais no Brasil, que foi sendo modificado ao longo dos anos, e, após meados de 1970, começou a ser composto por mulheres de classe média e baixa. Na atualidade, os profissionais são cada vez mais recrutados em estratos de baixa renda.

[...] dois fenômenos cujas natureza e implicações [...] requerem acurada consideração: 1) uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em estratos médio-baixos e baixos das camadas urbanas; 2) um visível empobrecimento do universo cultural do alunado [...]. (NETTO, 1996, p. 110).

As mudanças acima indicadas por Netto (1996), além de retratar a realidade socioeconômica do alunado, chamam a atenção para o *empobrecimento cultural* dos mesmos, indicando também a pouca bagagem cultural do grupo familiar. Tal realidade dos futuros assistentes sociais afeta diretamente a sua prática política, visto que a disposição para a política tem suas raízes, conforme indico ao longo do texto, na origem familiar e não no Serviço Social.

No concernente à escolarização e à profissão dos pais das assistentes sociais entrevistadas, os dados ratificam um baixo padrão socioeconômico familiar: operários, pequenos agricultores, escrevente, caminhoneiro, costureira, lavadeira, donas de casa, com, no máximo, o curso primário, com pequenas exceções. Essa realidade, apesar de confirmar a importância do capital econômico para o perfil cultural das famílias, não anula o capital objetivado, ou seja, a escolarização baixa não proscreve uma criticidade e uma politização conquistadas por meio de outras experiências de vida ou que podemos identificar como uma educação informal, que se refletirá na trajetória dos filhos.

A criticidade e politização dos pais, indicadas pelas assistentes sociais militantes, são advindas da participação e da convivência com padres politizados, da leitura de jornais e revistas, do gosto pelos programas de rádio, da convivência comunitária e do interesse pela política, como indicam 70% das profissionais.

A origem de classe social se reflete ainda na trajetória escolar das assistentes sociais, visto que a maioria começou seus estudos em escolas particulares (algumas de caráter religioso) e completou o ensino básico e médio em escolas públicas. Conforme já mencionei, esses indicadores ratificam que a condição econômica é determinante no tempo gasto para a aquisição do capital cultural, pois é o capital econômico que possibilita um maior ou menor capital cultural, já que a família, para assegurar tempo livre para os filhos estudarem e acumularem conhecimento, precisa ter capacidade financeira para garantir e prolongar esse empreendimento.

Outro dado significativo refere-se à presença da religião na origem das assistentes sociais militantes. A referência religiosa dos pais – a maioria católica – é recorrente mediante uma formação religiosa diversificada na infância e juventude, seja por meio de catecismo, missas, grupos de jovens, colégios religiosos ou trabalhos comunitários de caráter missionário. Algumas profissionais tiveram, além da influência religiosa dos pais, uma prática religiosa intensa, chegando, inclusive, ao postulado, corroborado pelo estudo de primeiro e segundo graus em escolas religiosas.

Tal realidade é assim indicada por Simões:

[...] os assistentes sociais brasileiros são um grupo que, em sua quase totalidade, foi introduzido na religião no período da infância e mocidade. Os relatos demonstram que as diferentes maneiras como os assistentes sociais foram introduzidos ao ensino e às práticas religiosas durante a infância podem significar diferenças de importância dos valores e conhecimentos religiosos na vivência dos profissionais [...]. (SIMÕES, 2005, p. 89).

Assim, é crível a afirmação de que a educação religiosa é um aspecto marcante na origem familiar das profissionais entrevistadas, correspondendo a um total de 87,5 % das famílias das assistentes sociais militantes. Com base na orientação religiosa dos pais, os descendentes tendem a seguir a mesma direção<sup>5</sup>, salvo os casos em que

<sup>5</sup> Quanto à religiosidade das assistentes sociais do grupo de controle, os dados do ques-

umdos dois (pai ou mãe) não é religioso e influencia a religiosidade dos filhos – geralmente o pai é agnóstico, já que a religião é mais próxima à condição do ser mulher.

A formação universitária, e mais especificamente em Serviço Social, é um recurso que orienta a ação dos agentes políticos/profissionais na sociedade. O caráter político dado pela formação profissional e pelo projeto ético-político convoca os agentes a assumirem uma posição de aliança com as classes subalternizadas, um engajamento social.

Destarte, a predisposição para as causas sociais, constatada como critério de escolha profissional para a maioria daqueles que ingressam no curso de Serviço Social, será reforçada no processo formativo, instrumentalizando os acadêmicos e profissionais para uma melhor atuação política e tornando a formação profissional um instrumento de politização.

A formação em Serviço Social é, pois, um recurso que se converte no processo de engajamento, capacitando os agentes para uma atuação política mais efetiva, posto que a competência é importante no jogo político. Gaglietti (2003), com base em Bourdieu, informa que o *poder fazer* está associado ao sentimento de eficácia política, variando tal participação de acordo com sexo, idade, nível de instrução, renda, local de moradia, já que o indivíduo é a unidade de análise.

No percurso dos militantes, habilidades são aprimoradas, desenvolvendo a percepção que os capacita a mobilizar seus principais recursos no jogo político. Com a experiência, eles adquirem domínio do que dizer em público, aptidão para perceber as oportunidades e capacidade de liderança. Este é um aprendizado ou aprimoramento importante no investimento da militância para as assistentes envolvidas em movimentos sociais (GAGLIETTI, 2003).

tionário indicaram que a maioria (87%) tem uma religião, prevalecendo o catolicismo com 69%, sendo indicadas ainda a religião protestante (10%), a espírita e a evangélica com 4% cada. A frequência maior é semanal (34%) e mensal (26%). Apenas 13% afirmaram ir à igreja só por ocasião de eventos.



Por fim, os espaços sócio-ocupacionais são elementos importantes que direcionam e condicionam a prática política dos assistentes sociais. Neste sentido, no que se refere ao seu perfil profissional, com exceção de uma professora universitária aposentada, todas são atuantes em uma ou mais instituições de caráter público, privado e do terceiro setor, ocupando funções de assistente social, técnica, coordenadora, assessora e docente em instituições públicas e privadas, bem como de presidente de ONG.

Todas as profissionais conjugam a prática profissional com a prática política, que, na maioria dos casos, antecede a atuação profissional. Essa conjunção pode ocorrer no próprio espaço sócio-ocupacional, como acontece com uma assistente social que trabalha em uma entidade sindical. Mas, na maioria dos casos, essa junção de prática política e profissional ocorre em espaços diferentes. Em alguns casos, essas profissionais, além de dois vínculos empregatícios, permanecem ligadas a uma ONG, associação ou sindicato, apesar de sentirem que a jornada de trabalho se torna sacrificante. No caso da assistente social aposentada, não foi diferente, pois, quando atuava no mercado de trabalho, também combinava prática política e prática profissional, em alguns momentos no próprio espaço profissional e em outros, em instituições distintas.

Dessas profissionais, apenas uma atua em instituição privada, e todas as outras estão vinculadas a instituições de caráter público (governamental, sindical, voluntário ou filantrópico), sendo que quatro estão ligadas a uma ONG (considerando as associações) e uma atua em uma entidade sindical. Essas profissionais, ao estarem atreladas aos programas e projetos das três esferas de governo ou a entidades não governamentais, têm seus papéis e funções definidas, pois, na maioria das vezes, atuam no sentido de viabilizar o acesso dos usuários aos serviços sociais prestados institucionalmente e garantidos legalmente.

Sobre esta questão, Coradini (2007) afirma que a atuação profissional em serviço público articula-se à ideia de “direito” ou “dever do Estado”, definindo, em certos casos, a vinculação com o engajamento e a militância, reforçada pela concepção política que se tem da profissão (forjada no processo de formação profissional).

De forma geral, os assistentes sociais atuam diretamente com usuários de políticas sociais, caracterizados pela carência material, subordinação e violência estrutural. Na pesquisa, identificou-se a atuação junto aos trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, idosos, crianças em situação de vulnerabilidade ou com problemas de saúde.

O mercado de trabalho é, assim, um estruturante da prática profissional. Para Gentilli (2006), é o mercado de trabalho, através das instituições, que dá a base jurídica do que é “ser assistente social”. Consequentemente, o mercado de trabalho é um dos pilares da formação da identidade profissional, superando, inclusive, o discurso erudito – primeira base que dá a direção geral dos conteúdos teóricos, éticos, políticos que ganham legitimidade mediante produções teóricas –, ainda que gere um discurso fragmentado. A prática profissional define muito mais as convicções e representações profissionais que os paradigmas teóricos.

Para a autora,

Os discursos que conseguem ser expressos ganham legitimidade pela literatura produzida na profissão e são reforçados. De certa forma, veiculam as representações e as convicções dos segmentos profissionais que articulam a direção hegemônica na profissão. Várias questões que comparecem no mercado de trabalho ficam excluídas de representações por se desenvolverem nas franjas das análises teóricas (escritas), apesar de estarem presentes nas formações discursivas (faladas) dos profissionais da prática que não conseguem formulá-las em produções teóricas. (GENTILLI, 2006, p. 28-29).

Corroborando a ideia de que a atuação profissional e os direitos sociais se articulam, Gentilli (2006) identifica que o mercado de trabalho condiciona a prática do assistente social, fornecendo a dimensão política do fazer profissional, ao criar possibilidades de atuação forjadas pela *vontade profissional*, posto que, por meio da prática (manejo do assistente social), o usuário dos serviços sociais pode acessar benefícios e programas, realizando a tarefa de “transformar possibilidades em efetividade” *ditadas pelo inconformismo* (GENTILLI, 2006, p. 13).

## 6.2. Militância, contestação e engajamento dos assistentes sociais

Com base na análise da origem social das profissionais militantes, foram delineadas as configurações (tipos e combinações) das assistentes sociais que podem ser visualizadas na tabela abaixo.

### Tipos e combinações de participação política das assistentes sociais

Militância religiosa;

Militância estudantil (com três expulsões de escolas);

Militância em movimentos sociais variados – sem terra, sem teto, taxistas de lotação, ocupação de condomínio habitacional, etc. – com onze prisões por envolvimento na deflagração de mobilizações;

Militância político-partidária (duas candidaturas a vereadora com uma gestão). Filiada ao PT durante 13 anos;

Militância filantrópica (fundadora de uma ONG que presta assistência social à população de baixa renda).

Militância religiosa (pastoral operária, MEB);

Militância estudantil (expulsão do convento em que estudava);

Militância sindical (Sindicato dos Bancários);

Militância político-partidária, concorrendo à vice-prefeitura e ocupando vários cargos comissionados, dentre eles o de secretária do Sindicato dos Petroleiros e o de assessora de senador. Filiada ao PT desde 1986.

Militância religiosa;

Militância estudantil;

Militância sindical com duas gestões do Conselho Regional de Serviço Social e participação no Movimento de Revitalização do Sindicato dos Assistentes Sociais;

Militância filantrópica, mediante a fundação e direção de ONG ligada à assistência social e à saúde.

Militância sindical (fundação e extinção do Sindicato dos Assistentes Sociais/fundação da ASPESE/Associada ao sindicato SINTRASE).

Militância religiosa;

Militância sindical (fundação e extinção do Sindicato dos Assistentes Sociais; fundação e associação ao Sindicato dos Servidores do MOBREAL; participação no Conselho Regional de Serviço Social);

Militância filantrópica (diretora da Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe e autora do Projeto Universidade sem Deficiência na UFS).

Militância filantrópica;

Militância político-partidária, mediante três gestões consecutivas como vereadora pelo PFL, uma candidatura à vice-prefeitura e à prefeitura.

Militância religiosa (através da participação na Caritas);

Militância sindical, associada à questão da terra, dos trabalhadores rurais e de gênero.

Militância religiosa (coordenadora do grupo de jovens);

Militância estudantil;

Militância em movimentos sociais (movimento de bairro, exercício da presidência da associação de moradores por duas gestões, assessora de uma ONG ligada à questão de raça/etnia, do MST e do movimento quilombola, com uma prisão devido ao envolvimento com o reconhecimento de terras remanescentes de quilombo);

Militância filantrópica (fundadora e assessora de uma ONG que contribui no fortalecimento e organização das comunidades remanescentes de quilombo, mediante a obtenção da titulação de terra, e no fortalecimento das mulheres na representação política).

Fonte: Dados coletados nas entrevistas.

O quadro apresenta a composição das práticas políticas das oito assistentes sociais entrevistadas. Algumas profissionais apresentam uma variedade de militância ao longo de suas trajetórias, em contraposição a apenas um tipo de militância apresentada por uma delas.

A militância religiosa, configurada por meio da participação nos grupos de jovens e nas missões sociais, foi identificada como o pri-

meiro tipo de militância presente na maioria (75%) das trajetórias das profissionais ainda na juventude – nesse caso, anterior à formação profissional, tendo uma forte influência materna e paterna. Esse tipo de militância aparece isoladamente ou combinada com o movimento estudantil e, posteriormente, é reconvertida em outros tipos de militância, nomeadamente a militância filantrópica, devido, principalmente, ao acesso à universidade e à aquisição de conhecimentos que dão novos sentidos à militância.

A militância estudantil está presente em 50% das entrevistadas e aparece com incidência maior no ensino médio que universitário – sendo, nesse último caso, no processo de formação profissional –, ajudando a compor o capital político. A associação entre a esfera escolar e a política é perceptível, pois é a junção de elementos de socialização familiar e também de escolaridade que dispõem os indivíduos para uma grande variedade de práticas políticas, sendo, assim, um impulso para outras esferas de militância. A militância estudantil geralmente é antecedida por militância religiosa ou é concomitante a ela.

A militância filantrópica tem uma função marcante na trajetória profissional das entrevistadas, porque, na maioria dos casos, a assistente social aparece como uma das fundadoras de ONGs, que, nesse caso, têm uma associação direta com a sua área de atuação profissional ou com a causa social em que milita. A filantropia, ao ser abraçada pelas profissionais (geralmente após a graduação em Serviço Social), ajuda a dar sentido à sua prática profissional, contribuindo para a concretização de uma ação política inerente ao Serviço Social, consoante o prescrito nos princípios fundamentais do código de ética profissional. Esse tipo de militância, mais frequente na trajetória política das profissionais (62%), geralmente aparece associado à militância político-partidária com cargo eletivo, ou à militância em movimentos sociais diversos.

A militância sindical tende a aparecer sem a conjunção com outras práticas políticas. As profissionais que militam em sindicatos não são afeitas a outros tipos de militância. Geralmente a prática sindical está vinculada ao sindicato de Serviço Social, a áreas de atuação pro-

fissional – profissionais da saúde, entre outros – ou à natureza institucional do trabalho – por exemplo, o dos funcionários públicos. Essa prática não é comum nas trajetórias das assistentes sociais investigadas que optam mais pela militância filantrópica.

A militância em movimentos sociais é muito variada, ocorrendo, por exemplo, em movimentos de bairro, quilombola, negro, sem teto, entre outros, e podendo estar associada à militância político-partidária, filantrópica ou sindical. Na trajetória desse tipo de militância, foram observados casos em que a assistente social foi ameaçada de morte, devido a denúncias que fez ou devido ao seu envolvimento na causa em que milita, que envolve interesses diversos. A prisão foi outro fato identificado nas trajetórias políticas das entrevistadas. Esse tipo de militância tem uma recorrência menor nas trajetórias políticas das assistentes sociais, assim como a sindical.

A militância político-partidária, frequente na biografia de algumas profissionais, apresenta-se na ocupação de cargos comissionados (geralmente em secretarias e/ou programas de assistência social), devido, geralmente, à filiação da assistente social a algum partido político ou ao parentesco com políticos; ou se manifesta na ocupação de cargos eletivos, tais como o de vereadora, prefeita ou vice-prefeita.

A forma como as práticas políticas aparecem e se combinam nos percursos políticos e profissionais das assistentes sociais assume alguns significados que conformam a contestação, a militância e o engajamento.

Na contestação, observa-se a predominância de uma atuação coletiva, reivindicatória, patente na participação em mobilizações diversificadas e em uma lógica de descontentamento. Nessas trajetórias, por serem fundadas numa explicação episódica de “descontentamento”, as ações são mais conjunturais e situacionais. A mobilização é importante para afirmar que a causa abraçada é coletiva e está direcionada para seus opositores (TARROW, 2003, apud REIS, 2008).

Os profissionais apresentam também formas de engajamento<sup>6</sup>, isto é, uma associação a questões variadas, independentemente da causa ou de um partido político, articulada principalmente aos espaços sócio-ocupacionais, direcionando a prática profissional para uma inserção comprometida com os usuários. Essa disposição ética é acionada e atualizada nos diversos momentos da trajetória profissional e pessoal de cada indivíduo, como algo necessário à sua prática social.

Essa combinação do engajamento com a profissão, para os militantes, faz parte da própria prática profissional; isto é, a participação política é o “prolongamento natural” da formação escolar e profissional. Desse modo, prática profissional e participação política não são realidades distintas. Nesse caso, a prática profissional pode ser considerada uma prática política, em um sentido mais amplo de compreensão e transformação da realidade em diferentes esferas sociais (OLIVEIRA, 2008).

As profissionais indicam ainda a militância em diversas causas sociais, concomitantemente ao exercício profissional, que, na maioria dos casos, começou antes da formação acadêmica. A militância, para Gaxie e Offerlé (1985 apud REIS, 2008) e Gaxi, (1977 apud Reis, 2008), apresenta-se de forma sistemática, tal como a filiação a partidos políticos, visando, além de manter sua adesão, extrair gratificações. Nesse sentido, a militância reverte-se profissionalmente.

Na trajetória de militância de algumas assistentes sociais, prática militante e atuação profissional estão imbricadas, tornando a atuação profissional a “base para a ocupação de cargos públicos de confiança e sua eventual reconversão em recursos eleitorais” (CORADINI, 2007, p. 25), ou ainda predispondo o militante que ocupa cargos públicos a conceber “suas atividades como uma extensão do trabalho partidário” (GAGLIETTI, 2003, p. 122).

<sup>6</sup> Adotamos o conceito de engajamento de Sawicki e Berlivet (1994 apud REIS, 2008), que tratam do engajamento como uma intervenção isolada do lugar e da atividade exercida; como “uma ‘disposição ética’ que faz da inserção na ‘realidade’ (ou sua transformação) uma dimensão indispensável da prática social, que é constantemente atualizada nos vários momentos, lugares e etapas de vida dos indivíduos”.

A contestação, a militância e o engajamento se combinam e se apresentam de diversas formas, a depender da trajetória política e profissional, além das situações das quais os profissionais podem dispor para algum tipo de prática política. Neste sentido, a participação política foi sendo construída na trajetória social dos indivíduos, considerando os espaços familiares, acadêmicos, profissionais e políticos, os quais criam as condições para a aquisição de recursos sociais diversificados e, para a reconversão destes no processo de profissionalização e participação política.

Destarte, é possível identificar padrões de participação política das assistentes sociais entrevistadas combinados com a formação profissional, posto que a “intervenção política” pode se desdobrar das mais variadas formas, seja do ponto de vista das modalidades de atuação dos agentes, que podem ser diversas, com base em espaços distintos, assumindo múltiplas significações, seja do ponto de vista da sua investigação, que pode se debruçar sobre objetos e modelos de análise igualmente diferenciados e construídos no intuito de apreender uma série de fenômenos que podem ser agrupados sob essa rubrica (REIS, 2008). Por conseguinte, padrões mais gerais de itinerários políticos podem ser concebidos na trajetória das assistentes sociais pesquisadas.

Ponderando sobre a contribuição da formação em Serviço Social, os tipos de práticas políticas e a sua vinculação com as experiências pregressas e atuais, foi possível combinar as configurações políticas das profissionais militantes com a sua formação profissional, o que indicou duas modalidades. A primeira, caracterizada pelas profissionais que partem da formação profissional para a participação política; isto é, que desenvolvem a participação política concomitantemente ou após a formação profissional; e a segunda, composta pelas profissionais que partem da participação política para o Serviço Social; ou seja, profissionais já engajadas ou militando antes de ingressar no curso.

No primeiro caso, essas profissionais não indicaram uma efetiva participação política anterior ao ingresso na universidade, mas apresentaram, em sua origem familiar, pais com relações com políticos locais (lideranças comunitárias). Como informa Gaglietti (2003), existe uma combinação de diferentes capitais que produzem mediações



essenciais na tomada de decisões. Portanto, a aquisição de conhecimentos e percepções desenvolvidas na vida acadêmica, quando associados a recursos anteriores, torna-se relevante para o engajamento e concorre para ampliar ou despertar a eficácia política.

Por outro lado, a atuação profissional pode se tornar um instrumento de participação política, na medida em que a socialização acadêmica, a formação em Serviço Social e a titulação universitária são mobilizadas para a participação política. A titulação de nível superior é considerada um recurso para a participação política, confirmando a “tendência de associação entre o aumento e diversificação da titulação escolar e a probabilidade de sucesso em carreiras políticas e em militância variadas” (SEIDL, 2009, p. 24).

Os “saberes reconhecidos como ‘acadêmicos’, ‘científicos’ ou, mais geralmente, ‘intelectuais’”, agregados pela formação profissional, concorrem para a composição do capital político. Segundo Reis (2008), Coradini (2007) e Gaglietti (2003), a apropriação de conhecimentos adquiridos na formação universitária instrumentaliza os detentores deste saber para tomadas de atitudes e comprometimentos com causas com que se identifiquem.

Consequentemente, com base na compreensão da dinâmica do capital cultural, as pessoas com um nível cultural mais elevado são as que se interessam mais e participam mais da vida política.

Na segunda modalidade, as assistentes sociais partem da participação política para o Serviço Social. Nessa configuração, considera-se que a prática militante e a prática profissional se enriquecem, propiciando sucesso ora na vida política, devido à titulação acadêmica – visto o valor simbólico do título e do saber intelectual –, ora na vida profissional, com a militância, ao criar redes de relacionamento e ter chances de ocupar cargos públicos.

Nesse segundo formato, cuja modalidade teve uma incidência de 75%, como a formação em Serviço Social tem um papel secundário na disposição para a participação política, foi possível identificar

outros recursos que têm uma importância maior na trajetória das assistentes sociais. Sendo assim, mediante essa composição, observa-se a conjunção de elementos de origem familiar, religiosa, de escolarização (considerando a formação profissional) e do mercado de trabalho que formam redes de relações para a participação política.

Um dos padrões se mostra na presença de relações políticas dos familiares que funcionam como orientação para a política partidária. Nesses casos, a origem política configura um recurso de reconversão para a militância político-partidária, e a escolha do curso de Serviço Social decorre do envolvimento da militante com o social, já que, em sua trajetória política, ocupa cargos públicos, adquiridos mediante influência e experiência em associação de moradores.

A socialização religiosa também funciona como recurso importante de reconversão na participação política. Desse modo, a atividade religiosa também sugere o caminho traçado para uma militância e/ou engajamento, visto que, segundo Gaglietti (2003), os ideais humanitários e as motivações de ordem simbólica justificam – ainda que de forma parcial – a participação de militantes. Nesse aspecto, a religiosidade exerce um papel fundamental no processo de militância, pois, segundo a identificação do autor, há uma transferência de crenças ou concepções para a esfera política, que se apresentaram nos estudos como militância político-partidária, filantrópica e sindical.

Quando a associação com a religião inclui vertentes progressistas, que desenvolvem trabalhos comunitários em bairros pobres, mediante uma gama de atividades de cunho social, ela dispõe os envolvidos ao ativismo, visto que a valorização dos “mais pobres e necessitados” presente na orientação de grupos religiosos direciona a sua participação para as lutas sociais, “colocando em prática esse princípio cristão, mesclando, assim, religião e política” (GAGLIETTI, 2003, p. 95). A socialização religiosa é um dos principais indicadores do itinerário político das assistentes sociais. A conjunção entre a religião e a política é, assim, notória.



Tal associação sugere igualmente a escolha do curso de Serviço Social – identificado como uma profissão que pode agregar valores à trajetória política, ou pode ajudar no projeto de “transformação da realidade social” – além da militância.

Um terceiro padrão pode ser identificado com base na trajetória escolar. No que concerne à escolaridade das assistentes sociais, faz-se necessário considerar a graduação e pós-graduação como capital escolar que engendra ou agrega-se à atividade política, sendo determinante na fundação ou consolidação da participação política, haja vista que a integração social com o político decorre da junção de elementos de socialização familiar e também de escolaridade que dispõem os indivíduos para uma grande variedade de práticas políticas, relacionadas à posição e trajetória social dos militantes (GAGLIETTI, 2003).

O envolvimento com o movimento estudantil, que antecede a inserção no Serviço Social, aparece com um capital escolar importante na militância política e influente na escolha da profissão de assistente social, que pode ser vista como instrumental importante na composição de um capital político.

Além do espaço escolar, o próprio espaço profissional ganha relevância na composição de padrões de participação política quando o universo de trabalho dos assistentes sociais os torna propensos a uma prática engajada, uma vez que os profissionais, em geral, atuam com usuários de políticas públicas.

As diversas modalidades de atuação profissional, quando associadas diretamente à militância e ao engajamento em alguma causa social, podem gerar vários padrões de participação política em diferentes esferas sociais. Dependendo dos recursos individuais, os espaços sócio-ocupacionais podem se converter em participação política, que, ao longo da trajetória profissional, ganha novos significados e é direcionada de acordo com os espaços sociais em que o profissional se insere. Destarte, a militância se transforma e ganha novos sentidos em uma relação direta com os valores dados pela vivência pessoal do assistente social.

Por conseguinte, a formação em Serviço Social (conteúdos específicos da profissão, as habilidades técnico-operativas e a aquisição do diploma), o mercado de trabalho (vínculos institucionais, espaços de atuação, público-alvo dos profissionais) e a origem social, com destaque para as relações comunitárias e religiosas, apresentam-se como recursos e mediações importantes na configuração de disposições para engajar-se na causa pública, no coletivo, visto que a participação política se dá pela combinação de vários elementos, os quais se convertem em disposição para práticas militantes de contestação ou para o engajamento social.

Diante do exposto, considera-se que a participação política é dinâmica e mutável, pois depende dos recursos sociais que concorrem para compor a competência política do militante, oriunda, de forma geral, de atributos ligados à posição social, nível de escolaridade alcançado e espaços profissionais, que podem ser potencializados e aprimorados de acordo com a participação em movimentos sociais, com o tempo de engajamento em partidos e com as relações políticas pregressas e as relações pessoais (GAGLIETTI, 2003).



## REFERÊNCIAS

---

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M.; CATANI, A. (Org.). **Escritos da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 71-79, 1998. (Ciências Sociais da Educação).

CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 181-203, jun. 2007.

GAGLIETTI, Mauro. **Ambivalência de uma militância**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca, 2003.

GENTILLI, Raquel de Matos L. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. 2. ed. rev. São Paulo: Veras, 2006.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, p. 87-132, 1996.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: estudos recentes. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 103-128, 2008.

REIS, Eliana Tavares dos. A "arte" da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que lutaram contra a ditadura. In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 43-60, 2008.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pró-Posições**, UNICAMP, v. 20, p. 21-40, 2009.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes sociais e religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

YANNOULAS, Silva. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno (Org.). **Trabalhando com a diversidade no Planfor**: raça, cor, gênero, e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP, p. 78-91, 2000.

